

ATA DEGRAVADA DA 174ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

1  
2  
3 Aos nove dias do mês de novembro de 2012, às nove horas, na Sede do CEAS na rua Guajajaras,  
4 nº 40, realizou-se a centésima septuagésima quarta Plenária Ordinária do CEAS coordenada pelo  
5 presidente, Sr. Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho, onde estavam presentes os seguintes  
6 conselheiros titulares: Marcelo Armando – CREAS, Júlio César de Oliveira Brum – IMSNS, Mauro  
7 Alves de Souza – ACONQUISTAC, Cristiane Nazareth da Silva – ISJB, Adriana Rocha – SEAPA,  
8 Márcio Caldeira – ASSPROM, Luiz George M. da Trindade – CMAS/LS, Henedina Dias Fernandes –  
9 CMAS/Japaraíba, Ana Paula Simões Hilário – CMAS/BH, Fernando H. G. Rezende – SEPLAG,  
10 José Fernando A. Millani – CMAS/Cataguases, Nívia Soares da Silva – SEDESE; Conselheiros  
11 suplentes: M<sup>a</sup> de Fátima Bergamini – Sind-Saúde, Volney Lopes de Araújo Costa – Psind, Raquel  
12 Fonseca Veloso – SES, Gilvânia Francisca de Paula – SEDESE, M<sup>a</sup> Albanita Roberta de Lima –  
13 SEDESE; a convidada: Soraya Ramira Santa – SMPS/PBH; Membros da Secretaria Executiva:  
14 Consolação Cifani da Conceição, Rosalice Tassar, Nilce Araújo, M<sup>a</sup> Paula Ribeiro, Maria Luiza  
15 Carvalho. O presidente do CEAS inicia a plenária com as justificativas de ausência dos  
16 conselheiros: Rosilene Aparecida Tavares – CMAS/Montes Claros, Hélio Norberto – CMAS/Pouso  
17 Alegre, André Luís – CMAS/Ituiutaba, por motivo de trabalho; Marcos Vinícius Dias Nunes –  
18 FETAEMG, participação no Encontro – Trabalhador Rural em Jordânia; Anália Maria Ferreira –  
19 COGEMAS, motivo: saúde, Guilhermina Catarina Teixeira Torga – SEF, motivo: Seminário Minas  
20 Legal, Mário Roberto – MDC, outro compromisso; Andrea Medrado – SEDESE, participação em  
21 curso. Logo após passou para apreciação da pauta e inclusão de pontos e informes. Houve a  
22 inclusão da apreciação da ata da 169ª plenária ordinária, encaminhada por e-mail que foi aprovada  
23 por todos. Finalizou-se o ponto A-Abertura e passou-se para o Ponto B-Informes. GERALDO: A fala  
24 dos sete por cento que é o segundo maior e bom lembramos que o peso pesado é o bolsa família e  
25 que ele não está sob BPC, ele não está sob o controle social, então são observações que nós  
26 temos que fazer, quando a Ana Paula ratifica que não tenha certeza que isso continuará, então ficou  
27 naquela dúvida queremos uma política permanente, mas fica parecendo que é uma política não de  
28 Estado e sim de Governo. Conselheiro Volney, por favor! VOLNEY - Bom com relação à oficina que  
29 eu participei foi a gestão do trabalho do SUAS, Política Nacional de Educação Permanente do  
30 SUAS, nós tivemos dois expositores, foi a Professora Jucimere Silveira, professora da PUC do  
31 Paraná e José Gresco do MDS, a professora Jucimere da Puc Paraná fala da precarização do  
32 trabalho que veio junto com as crises sociais, trazendo um refluxo dos movimentos sociais, a atual  
33 política participa no cenário internacional e o mundo do trabalho traz demandas complexas e ao  
34 mesmo tempo a sociedade apresenta um mobilimos, tornando os vínculos fragilizados, quando se  
35 tem uma política permanente ela se torna poderosa. Se tivermos uma gestão no trabalho ela se  
36 torna estruturante, torna-se uma gestão profissionalizada, temos que qualificar os trabalhadores,  
37 pois uma ampla difusão consolida o serviço. Devemos qualificar os serviços, e com isso termos  
38 novos critérios de expansão, pois sem dúvida alguma a equipe é a grande diferença. Mas temos  
39 que perguntar quais são os critérios que temos que perguntar para formular esta expansão dos  
40 serviços, atualmente o SUAS vem fazendo capacitação, nos precisamos de criar cultura para a  
41 educação permanente é necessário que criemos soluções coletivas para solucionar os problemas,  
42 não podemos distanciar das universidades. É necessário fazermos parecerias com as universidades  
43 para que integre na formação destes trabalhadores é necessário que tenhamos ensino, pesquisa e  
44 extensão, não podemos mais manter distanciados da copa das confederações, o mundo do trabalho  
45 do SUAS precisa definir competências criar perfil deste novo trabalhador, pois assim vamos no  
46 caminho da desprecarização é necessário que os conselhos municipais possam exigir das  
47 entidades profissionais qualificados, é necessário que haja mobilidade dos recursos e que tenhamos  
48 capacidade de gestão, que haja gestão financeira, a nova NOB precisa trabalhar na direção do  
49 planejar e aprimorar a cada dia é preciso que a efetivação da cultura permanente venha a unificar o  
50 conceito. E de que forma vamos avaliar o resultado, o plano nacional de educação ele prioriza que a  
51 construção seja coletiva e legitimada para que haja formação de rede de educação permanente e  
52 difusão de novos conceitos. Mais uma vez a professora volta a afirmar da importância da  
53 aproximação dos SUAS com a universidade, precisa criar um percurso formativo e que haja  
54 certificação, somente através do conhecimento é que haverá o fortalecimento do controle social,  
55 depois teve a exposição do José Cruz do MDS, e eu confesso pra vocês que a fala dele não me  
56 acrescentou em nada. Não me trouxe novas reflexões, as laminas que ele apresentou estarão  
57 disponibilizadas no site do Conselho Nacional de Assistência Social. Inclusive foi dito para a  
58 representante dos trabalhadores dos serviços social, que não houve uma avaliação dos expositores  
59 e que a professora Jucimere também ao final da sua exposição deixou as pessoas, devido à  
60 necessidade de embarque da mesma em um voo. Quando alguém é convidado para ir a um debate  
61 a uma exposição, esta pessoa deveria estar à disposição daquele grupo. Eu até deixo o alerta para  
62 Minas Gerais que os expositores estejam à disposição para o debate. Eu fiz alguns questionamentos  
63 e estes não foram respondidos, deixando na falta, deixando uma angústia muito grande. O José  
64 Cruz trouxe uma informação que achei muito curiosa, que até quero trazer esta reflexão aqui pra  
65 Minas Gerais, ele trouxe um dado interessante que ficou a pergunta para o nosso gestor. O MDS  
66 fez um mapeamento, sendo informado pelo mesmo que alguns CREAS tem CPF de advogados  
67 cadastrados em dezoito CREAS. Eu não sei se esta realidade e se temos estes profissionais  
68 também aqui no Estado de Minas Gerais, quer dizer o cara está ali somente para compor só. Não  
69 foi feito em Minas, focou que já detectou dezoito CPF do profissional cadastrado em dezoito  
70 CREAS, ou seja, só pra constar a figura. Não! Sim, ela consta, uai, mas um advogado em 18  
71 CREAS, ele apresentou também um número de universidades que estão cadastrados para  
72 ocupar SUAS na rede Brasil e este mapa ele está disponível também no CNAS, eu deixo também  
73 uma crítica que em uma mesa de tamanha importância. Conselheiro por favor! Que fala da política

74 nacional de educação permanente do SUAS da importância destes trabalhadores, o Conselho  
75 Nacional ele não convidou a nossa categoria de trabalhadores para fazermos o contra ponto com o  
76 MDS, então como você fala do mundo do trabalho, sem a participação dos trabalhadores, então  
77 porque eu acho que os principais atores desta política pública somos nos trabalhadores né! E  
78 podemos levar também as nossas contribuições, então isso também nos fizemos essa rejeição lá e  
79 isto nos deixou profundamente chateados. Estas são as contribuições desta oficina que eu trouxe  
80 para esta reunião da qual eu participei. GERALDO - Conselheiro Volney, no início da abertura e  
81 estivemos presente lá, eu Volney, Ana Paula e Maciel, primeiro as observações são importantes  
82 para verificar que existem equívocos e não cometê-los no nosso colegiado, a segunda situação é a  
83 apreciação se, ao iniciar o processo tivemos uma delonga grande nas apresentações e ainda sim  
84 tivemos composição de mesa sem a sociedade civil representada, então a presidente do CNAS  
85 sentiu-se no direito de dizer que ela apresentava a sociedade civil, enquanto presidente do  
86 Conselho. Sabemos disso, mas não é bem, a realidade que se apresenta a outra situação que nos  
87 vimos, foi a do Vice Presidente que representa a sociedade civil organizada no colegiado, fazendo  
88 fala mais direcionada para a política pública do governo e não para a sociedade civil, isto fere um  
89 princípio, principalmente quando se tem em mente que se deve dá a contraposição, ou o  
90 contraditório, uma outra observação, é quando a Dra. Luiza Colin falou o nome da Ministra, então  
91 pra nós era a Minitra quem estava falando. Ela iniciou a fala inaltecendo os usuários, como sendo a  
92 parte mais importante e que dá origem a política pública de assistência e quando diz que quem faz  
93 e desenvolve a política pública de assistência social no Brasil são as entidades. Pois é! Tem dois  
94 cunhos aquele de querer minha fala agraciara as entidades e prática, encurtar e estreitar o caminho  
95 do exercício de direito. Por outro lado, a leitura que se faz também denigre o Estado, porque são  
96 muitos serviços públicos de qualidade e temos que fazer esta leitura. Outra situação observada foi  
97 no grupo que eu participei e nos éramos quatro e aí resolvemos ir um para cada grupo. Eu vi a  
98 apresentação do Marco Regulatório do terceiro setor, que tá dentro do gabinete da presidência da  
99 república aos cuidados do Gilberto de Carvalho. Sendo uma das coordenadoras a Lais, que fez a  
100 exposição, dizendo que a apresentação que foi feita não poderia ser repassada, que não estaria  
101 disponível porque ainda esta em andamento e na leitura do que diz respeito à prestação de contas  
102 achei a apresentação foi bem feita e excepcional e as outras situações teve a total interferência do  
103 Estado no que diz respeito as questões da sociedade civil e pra mim fere de morte a própria  
104 Constituição Federal, quando diz que é livre o direito de associação e não cabe intervenção, vendo  
105 literalmente que existe um enquadramento e monitoramento para além disso. A outra situação  
106 observada foi às falas, para nossa tristeza de conterrâneos nossos que estão no MDS, são falas  
107 equivocadas e com o cunho muito grande de determinação e prepotência sendo isto lamentável,  
108 prque uma fala equivocada e por respeito à própria pessoa e trajetória de vida, eu não vou  
109 manifestar e ter o direito até de vaia, mas descontentamento foi manifestação em forma de  
110 burburinhos dentro da plenária, isto não constrói, este tipo de fala não constrói e nos ouvimos fala  
111 do MDS de pessoas diferentes e vimos mostra claramente que existe lá dentro hoje uma questão de  
112 defesa ou não da política pública, como é que se avança com política pública ou não. Porque  
113 falamos isso? Não é so pra fazer a crítica não! A Crítica é construtiva e neste sentido de chamar  
114 mais uma vez a nossa responsabilidade enquanto conselheiros estaduais na importância da  
115 contribuição que este colegiado tem e deve dá para o conselho nacional. Tivemos outra questão  
116 digamos que a conselheira Crise e o conselheiro Márcio para ficarem mais atentos que foi a questão  
117 da FEBRAEDA e a FEBRAF, fizeram uma carta fazendo a colocação da não inclusão da entidade  
118 de qualificação que tá no trabalho, descaracterizando o cunho da assistência como um todo, e foi  
119 inclusive marcado reunião dentro do evento para às 11h com a Denise Colin, e eles chamaram para  
120 participar da reunião. Esta reunião acabou não ocorrendo, pois existia a fala que teria a carta  
121 elaborada e que esta carta iria contraria aquilo que eles queriam levar na reunião. Abortaram a  
122 reunião e deixaram para fazer uma próxima, FEBRAEDA E FEBRAF, que são as demais entidades,  
123 desse ramo de atividade pra fazer. Acho que depois poderíamos incorporar sobre isso e participar  
124 do evento, porque houve um indicativo de que haverá uma audiência pública para tratar  
125 especificamente deste quesito no congresso nacional. É importante que seja articulado com os  
126 parlamentares de Minas Gerais para que seja possível obter a compreensão correta daquilo que a  
127 Dilma deseja para o avanço da política pública de assistência. Então esta foi a avaliação deste  
128 grupo, sendo importante o colegiado se apropriar disso e saber que a nossa responsabilidade  
129 aumenta a cada momento e que as coisas e as falas de MDS e CNS, são falas caminhando para a  
130 hegemonia e segundo caminhando para uma fala que na prática não se traduz, quando se vê a  
131 aplicabilidade e operacionalidade da normativa. Encerro minha fala para este tipo de avaliação.  
132 Passamos para a conselheira Roberta. ROBERTA - Eu so quero chamar a atenção presidente que  
133 está é a terceira NOB que está sendo lançada. Então temos que pensar que esta NOB está sendo  
134 discutida desde 2010, se nós estamos hoje em um encontro e lá nos deparamos com um monte de  
135 novidade, nos temos que fazer uma reflexão. O que é que nos fizemos de 2010 pra cá que nos se  
136 quer tomamos ciência da estrutura deste documento. E este documento é de suma importância para  
137 Estado e Municípios para a operacionalização do sistema. Isto eu não tenho dúvida. Ele não foi um  
138 documento e não estou fazendo nenhuma apologia de defesa ao MDS, abusolutamente! Este  
139 documento foi amplamente discutido nas CIT, e nos Estados sempre estivemos presente na CIT e  
140 município esteve presente, existe uma discussão na CIT que ela é real e eu não sei se é pela  
141 questão geográfica Ana Paula, mas é isto mesmo, a CIT discute de uma forma, que temos a  
142 sensação que está sendo falado de outro país. Por exemplo, eu já participei várias vezes da CIT e  
143 eu falei como se diz minha amiga, Misericórdia! Eles estão falando é do mesmo CRAS que nos  
144 conhecemos. Mas assim, como eu já tive no Governo Federal eu não sei se eles têm outra forma de  
145 ver diferente não, com país do tamanho do nosso, eu sinceramente eu quero fazer mais a reflexão  
146 do que qualquer defesa, isto é uma questão. Aqui nós temos que pensar em que momento este

147 conselho vai se apropriar pelo menos da estrutura da NOB, para que não seja dito bobagem.  
148 Precisamos conhecer que documento é este que se não for deliberado nesta plenária vai ser  
149 deliberado em dezembro, se não conhecemos, vamos passar a conhecer. Porque se com  
150 movimento ou não com crítica ou não ele vai ser deliberado e com o passo e o processo de  
151 acrescentar ou modificar alguma coisa nesse processo acredito eu que de hoje pra dezembro,  
152 iremos conseguir alguma coisa. Ele esteve em audiência pública, esteve aqui em audiência pública  
153 na Assembleia para discutir uma série de coisas, e eu não sei em que time nos conselhos perdemos  
154 esta discussão e se perdemos, volto a dizer o seguinte é preciso que este colegiado a partir de  
155 janeiro se apossa desta discussão, desta estrutura porque a estrutura da NOB desta vez está vindo  
156 muito modificada. E do ponto de vista da gestão ela vai exigir sim, uma resposta do município, do  
157 ponto de vista da estrutura de gestão, vai dos conselhos porque terá que introduzir uma série de  
158 informações no sistema. Eu já falei uma vez aqui no conselho e já falei na Assembleia da grande  
159 angústia que eu tenho no sistema unício de assistência social. Nós não temos a vinculação de  
160 recursos, nos temos um repasse que está aumentando, mas é voluntária. Só que todo o  
161 monitoramento desta transferência, ela esta sendo acompanhada via sistema de gestão que será o  
162 NOB agora e que qualquer momento deste acompanhando ele suspende o recurso de Estado e de  
163 Município. E daí, ficamos naquela agonia do Estado e do Município em contratar pessoas, fazer  
164 concurso público e não terá segurança nenhuma de financiamento, porque o sistema, a parte do  
165 financiamento do SUAS é frágil, e poderá aumentar o volume do FEAS, do fundo nacional, porém  
166 não tem segurança, porque a partir da hora que monitoramos o sistema e diz que não foi  
167 respondido o sistema SUAS, não respondeu isso, e seus recursos estão suspensos, que gestor e  
168 que ordenador de despesa tem sossego pra fazer um concurso público, para responder qualquer  
169 chamado do controle social neste aspecto, então nós precisamos pensar nisso. Eu chamo com  
170 muito comprometimento e contribuirei no sentido de quando da outra NOB de 2005, de capacitação  
171 de entender esta estrutura. Podemos não entender do documento como um todo, mas a estrutura  
172 nós temos que entender se não vamos ficar falando bobagem, vamos fazer intervenção de forma  
173 equivocada, assim que este documento estiver deliberado nos precisamos ter a discussão aqui neste  
174 conselho desta estrutura e dizer que temos que entender o que muda na prática, a vida dos  
175 municípios, a vida dos conselhos, a vida dos gestores, e com maior desafio porque ano que vem é  
176 gestor novo e muitos conselheiros novos. Então, assim para além de qualquer reflexão que possa  
177 ter acontecido na descentralizada, isso foi um processo que está culminando e que ele está se  
178 encerrando agora em dezembro, então nos vamos ter que ter esta responsabilidade de poder  
179 entender isso. Porque isso vai mudar as nossas vidas do ponto de vista de operacionalizar o SUAS,  
180 todo gestor em janeiro, na hora que ele estiver operacionalizando o SUAS, ele estará sobre novas  
181 regras e se nós não entendermos esta nova regra, tanto gestor, quanto o controle social, nos vamos  
182 ficar perdendo e perder cada vez mais. GERALDO - Conselheiro Marcelo pediu para fazer uma  
183 complementação. Antes dentro da fala da conselheira Roberta, eu quero dizer o seguinte. Roberta!  
184 Você não está só convidada não, você está convocada para fazer parte da nossa comissão de  
185 política e discutir esta nova NOBRH. Porque a leitura que foi feita por você aqui é uma leitura  
186 importantíssima para que este colegiado entenda esta importância, porque quando apropriamos  
187 deste documento da nova NOBRH, nós temos sempre que fazer uma discussão sobre as políticas  
188 públicas, lamentavelmente o único conselheiro que participou da comissão foi o Volney, então este  
189 estudo feito por este colegiado, que lá transpareceu como sendo do colegiado foi o estudo feito. A  
190 bem da verdade, pelo conselheiro Volney, por este conselheiro que vos fala, que sou eu e  
191 Consolação. E aproveitando nossa contribuição eu vou pessoalmente dentro da reunião da CIT em  
192 Brasília, apresentei pessoalmente, fiz questão de apresentar para o presidente do FONSEAS que é  
193 na Cidade de João Pessoa e dizer que é a contribuição de Minas e do FONSEAS. Sendo parte  
194 deste documento absoldido e a grande parte das sugestões não foram, então quando a Roberta fala  
195 que esta CIT trabalha e as críticas não foram, fica parecendo que estão todos teleguiados. No  
196 FONSEAS, existe sim, quando faz a CIT, participa dos compromissos do FONSEAS, fica parecendo  
197 que é um colegiado em férias supercívica, desculpe você faz parte hoje Nívia, como a Roberta já  
198 fez e eu já fiz, representando o CNAS, como uma comissão subgestora tripartida, Dolores está aqui  
199 que era minha conselheira, minha companheira do conselho Nacional na época e isto era o que se  
200 via dentro da CIT. Se é pra transparecer uma paridade tripartide, pactuar algumas coisas se o  
201 controle social participar, sem o controle social saber, quando é trazido é trazido aquilo que alguém  
202 traz, que os representante trazem, e nem sempre trazem algo no todo, então ou nós apropriamos  
203 disso ou veremos este retrato que a Roberta acabou de falar. Eu sou municipalista por excelência,  
204 porque o dinheiro fica preso e arrecadado nos próprios municípios e fica aquilo que quer e não  
205 aquilo que interessa para os municípios, nós enquanto defensores da política pública e por  
206 consequência dos beneficiários desta política, ficamos a ver navios. Então esta é a nossa  
207 responsabilidade. MARCELO - Em muito o Geraldo atendeu as minhas angústias, mas é só pra, eu  
208 participei também na parte da manhã da plenária e as comissões de política, eu e o Voney e a  
209 comissão de política e a comissão de conselhos ela, apresentou a proposta de alteração de alguns  
210 itens que eles entendem que devem ser alterados na NOB. Coisas de pouca repercursão de  
211 conteúdo, mas a de conselhos, a conselheira ela apresentou proposta relevantes que poderão  
212 contribuir no processo de controle social. Mas a indagação de representante do Governo, dizia para  
213 esta comissão que a NOB foi amplamente discutida na CIT e que, portanto uma vez discutida na  
214 CIT ela se deu na CIT baseada nas normativas do próprio CNAS. Ora se a NOB anterior, ela foi. As  
215 normativas do CNAS surgiram baseados na NOB anterior, a nova NOB deverá ser, conforme  
216 resoluções do CNAS, necessariamente deverão se adaptar a nova NOB, então está foi a resposta  
217 que a conselheira nacional que falava pela comissão disse, respondendo a esta representante  
218 governamental. O que dá pra entender mesmo é o que foi dito pelo Geraldo, coisas que já avisam  
219 sido seguidos e sem propostas de alterações. Concordo com a Roberta e não teremos mais tempo

220 para podermos mexer nisso mais, porque a discussão que está proposta no CNAS é sem os  
221 conselheiros e sem condições de participação da gente. O que pode e nós entendemos que dá  
222 tempo é encaminhar algum documento para o conselheiro que estpa a frente da comissão de  
223 alguns pontos justamente. E (vozes ao fundo). NÍVIA - Bom conselheira Nívia, quero trazer para  
224 vocês algumas informações que são importantes neste colegiado. Primeiro diz respeito ao 1º  
225 Encontro Nacional do FONSEAS que vai ocorrer nos dias 4, 5, e 6 de dezembro na Paraíba. Este  
226 encontro já vem sendo organizado desde o início do ano pelos gestores estaduais de assistência  
227 social, no colegiado FONSEAS, no grupo gestor FONSEAS e nos estaremos discutindo todas estas  
228 questões que foram ditas até agora nesta mesa. A programação está no site do FONSEAS, caso  
229 vocês queiram acessar. Não é um evento aberto aos municípios, com participação do CONGEMAS,  
230 mas é um encontro muito mais de discussão das equipes estaduais de gestão, justamente pra gente  
231 discutir este lugar do Estado enquanto ente federado e enquanto parte deste conjunto de entes que  
232 fazem a operacionalização do sistema único de assistência social, então a partir das divergências, a  
233 partir das posições visualizadas na CIT, entre Ministério, Estados e Municípios é que surgiu a ideia  
234 de fazermos este encontro para a troca de experiência, troca de informações, de desafios de  
235 dificuldades entre as equipes de gestão dos Estados. Então nós estaremos lá com uma equipe  
236 nossa da SEDESE para participar das discussões inclusive porque fazemos parte de uma mesa  
237 temática e fazemos parte também de um conteúdo da uma revista que será lançada, com edição  
238 trimestral a revista do FONSEAS e o numero será lançado neste evento e Minas está participando  
239 desta revista e mostrando de capacitação de nosso Estado que é considerado entre todos os  
240 Estados como uma experiência interessante. A outra informação que é interessante eu trazer para  
241 vocês é com relação a oficina de alinhamento e da metodologia da implantação do programa  
242 Aliança pela Vida, alinhado com o Programa Nacional Crack é possível vencer, programa bolsa pela  
243 vida, é um programa do Estado de Minas Gerais e o Crack é possível vencer é o plano nacional de  
244 combate ao Crack e outras drogas é uma oficina que irá acontecer em dois dias, 13 e 14 de  
245 novembro, no espaço Helium, no bairro funcionários, onde nós vamos está numa previsão de 120  
246 profissionais das áreas de gestão da União, do Estado e dos Municípios, principalmente a Prefeitura  
247 Municipal de Belo Horizonte, junto com as pastas da saúde, da assistência social, da segurança  
248 pública, da educação, da prevenção e política sobre drogas e de direitos humanos. Como nós  
249 temos um numero definido de vagas para participação do Estado e ai cada pasta terá um numero  
250 de participação, eu reservei uma vaga, faço aqui o convite para o representante desse conselho  
251 participar conosco, e ai lembrando que não é um encontro que não tá previsto do controle social e  
252 vamos discutir metodologia de implantação, inclusive de ações que já estão em andamento, mas  
253 trata-se de uma grande expansão de serviços de equipamentos, de todas estas áreas que já  
254 começou a acontecer neste semestre em nosso Estado, em parceria com os Ministerios da Saude,  
255 da Assistencia Social, da Educação e principalmente da Segurança Pública, da Defesa, mas eu  
256 acho que é muito importante, muito interessante as mesas temáticas já estão aqui dentro de uma  
257 programação, que caso haja interesse e escolha de um participante aqui deste conselho, eu  
258 repasso o material para seja possível servir de embasamento para as discussões, sendo  
259 interessante até para depois ser possível trazer um retorno para o colegiado, pois serão repassadas  
260 muitas informações das ações que nos desenvolvemos, mas nem todas as e as vezes surge algum  
261 tema que é cobrado ou que é mencionado no conselho, ai é que vamos da informações para todos  
262 das ações que o Estado está tomando e que o município já está adotando. Como no caso é o nosso  
263 próximo ponto de pauta que é a questão no atendimento a situação da população de rua. No que  
264 diz respeito ao combate ao crack e a outras drogas, esta importante reunião já vai nos dá a noção  
265 de um enfrentamento grande que os dois programas trazem e que já está em execução já a mais de  
266 um ano. Então é uma forma de dá transparência às ações do Estado nesta temática. E a outra  
267 informação que eu acho também importante está trazendo para vocês é sobre a realização da  
268 revisão do PPAG que ocorreu esta semana na Assembleia Legislativa, onde nós estivemos  
269 apresentando a previsão orçamentária para 2013 da Assistência Social. Eu considerei uma  
270 audiência pública com uma participação muito grande e qualificada, principalmente, por atores da  
271 sociedade civil, ligados à assistência social, nós tivemos a participação de conselheiros deste  
272 conselho, ouve um amplo debate. O debate foi muito interessante, muitas perguntas da mesa  
273 ligadas à nossa apresentação das ações da assistência social, inclusive esta questão da vinculação  
274 orçamentária, foi muito discutida, foi colocada, escalamos para as pessoas que fazem muitos  
275 questionamentos para a assistência social e fizemos esta explicação que acabou de ser debatida  
276 nesta mesa de não termos receita vinculada, precarização ainda existente, com relação aos  
277 recursos da assistência social que no nível do Estado e dos municípios ficam um pouco deixando a  
278 desejar, porque não há esta garantia de receita. Eu gostaria de abrir para a opinião de outros  
279 conselheiros que estiveram lá. Conselheira Cristiane esteve e o Sr. Luiz George esteve também. É  
280 tivemos (vozes ao fundo) se inscreveram se prontificaram a participar. Cristiane, Sr. Luiz George,  
281 Fátima, teve mais alguém? Isto. Estes três conselheiros, mas a Consolação, a Bete técnica da  
282 secretaria executiva. Está no site da Assembleia, da TV Assembleia, caso alguém queira acessar,  
283 tem as informações desta mesa, desta audiência pública. Que vocês tenham uma visão mais clara  
284 da discussão que ocorreu lá. Presidente! Seria interessante que os representantes do Conselho  
285 Estadual que estiveram lá, pudesse também demonstrar o olhar deles sobre o encontro.  
286 CRISTIANE - Conselheira Cristiane, bom dia a todos e a todas. Bom à audiência pública, sem  
287 duvida nenhuma, o esforço da Assembleia em realizar as audiências públicas, porque elas não  
288 acontecem só em Belo Horizonte, acontecem de forma regionalizada, é importante destacar isso.  
289 Nós participamos somente do momento em Belo Horizonte, acho que é responsabilidade da  
290 Assembléia, papel dela e ela faz isso de maneira significativa. Com relação especificamente com a  
291 mesa de trabalho que nós participamos, eu sempre fico com aquela sensação que é muito tempo  
292 para a apresentação e pouco tempo para debate, eu sai de lá às 13h para tarde, porque eu tinha

293 outro compromisso e ainda não tinha, os palestrantes não tinham conseguido chegar na segunda  
294 pergunta A apresentação ela é importante do ponto de vista da publicidade, mas ouvir também o  
295 que a sociedade civil tem a dizer também é importante. Audiência pública inclusive é pra isso,  
296 inclusive a deputada ressalta isso só que na hora da escuta, eu acho que é pouco tempo, eu tenho  
297 essa sensação. Nós do Conselho Estadual, não sei se a Nívia falou sober a questão as emendas,  
298 como nós aprovamos lá na plenária de Montes Claros, nos fizemos à apresentação das emendas.  
299 Tivemos lá a assessoria dos próprios técnicos da Assembléia na hora de escrever, de detalhar pra  
300 aguardar ações futuras que é feita entre a Assembleia Legislativa e o Poder Executivo. Inclusive a  
301 técnica deixou isso claro. Depois as emendas são debatidas tecnicamente com o poder executivo,  
302 para saber da viabilidade e ai ficamos na expectativa de que as emendas que nós apresentamos  
303 sejam aprovadas. Além das emendas de orçamento, o Conselheiro Mauro havia enviado também  
304 tinha enviado algumas proposições de ações estratégicas que contemplam a diversidade, a questão  
305 de uma atenção maior às comunidades regionais, os grupos de ciganos, quilombolas, indígenas, e  
306 ai nós acrescentamos e consideramos as solicitações dele, como as emendas também são  
307 possíveis e colocadas desta forma. Um pouco foi isso, do meu ponto de vista fica essa sensação de  
308 que temos que ter mais tempo para debater. GEORGE - Bom dia para todos e todas. Conselheiro  
309 George, CMAS/Lagoa Santa, o que me chamou atenção Cristiane foi o contrario do que você falou.  
310 Aquela Deputada Rosângela Reis, não é isso? Ela conduziu muito bem a reunião e teve muita  
311 calma, sendo o seguinte. Todas as perguntas foram respondidas, independente do horário,  
312 terminando as 2 horas e pouco da tarde, entendeu?! Ela respondeu a todo mundo e a todos os  
313 palestrantes e todos conselheiros vão dar detalhes depois (inaudível). Eu gostei demais do projeto  
314 água para todos, pois é estamos no século XXI, e o pessoal do vale do Jequitinhona tem sofrido  
315 com a seca, eles estão morrendo de sede e tem um projeto bacana. Eu queria questionar uma coisa  
316 que a deputada questionou. Se eles vão fazer cisternas para captar água do solo ou se vão  
317 aguardar somente a boa vontade da água da chuva, ela disse que fizeram estudos comprovatórios  
318 e que vão perfurar e jorrar água normalmente para resolver o problema lá. PRESIDENTE:  
319 Conselheira Dolores, por favor! DOLORES – Eu queria me justificar de não ter comparecido ontem  
320 e fazer um informe e ao mesmo tempo uma solicitação para inclusão de pauta neste conselho. O  
321 informe é o seguinte a APAE de Belo Horizonte em reunião em avaliação de funcionamento das  
322 casas lares quer apresentar em um momento um relatório aqui neste conselho e quer fazer um  
323 processo veemente do não entendimento do conceito de entendimento de casa lar, tanto pelo  
324 Estado, quanto pelo Governo Federal, você deve ter lembrado que no Conselho Nacional a luta que  
325 foi para inserir o termo Casa Lar, porque não tinha. Tanto que as NOB's não falam com detalhe o  
326 que é o funcionamento de casa lar. Só fala casa supervisionada, ao mesmo tempo o impacto de se  
327 ter somente reunião de CIT, CIB e não reunir com a sociedade civil pra discutir os entendimentos.  
328 Espalharam para os municípios também e se espalhou para o judiciário, então a casa lar das  
329 APAE's não podem receber encaminhando de pessoas do juizado. Porque as casas lares que as  
330 APAE's têm em funcionamento, são casas de pessoas inclusive adultas, algumas delas que não  
331 tem vínculo familiar com doentes que possuem deficiência intelectual e também a doença mental.  
332 Se você derepente insere um novo morador tumultua totalmente a casa e como elas são  
333 organizadas para o atendimento da necessidade dos sujeitos, não é admissível que o numero de  
334 moradores sejam impostos pelo sistema a APAE de Belo Horizonte decidiu que vai entregar  
335 algumas casas lares, porque ela não concorda com isso, foi à disponibilização que eu coloquei para  
336 vocês que inclusive necessitar ser presa pra que essa discussão venha a público, nós estamos  
337 topando isso. Que existem sujeitos, casas lares que não pode ultrapassar de cinco pessoas para  
338 que seja garantida a qualidade de vida do morador. Então considerar que o grande ganho da  
339 participação é a análise do dialogo e da discussão em conjunto porque ela existe, pois nos pedimos  
340 que isso aconteça. Segundo ponto eu peço que este Conselho que insira a pauta das discussões de  
341 casa lar. Casa lar, não tô falando de residências inclusive justamente para jovens os 58 moradores  
342 em Belo Horizonte que vieram da antiga FEBEM que não tem vínculos familiares são moradores  
343 dessas casas. Então é este o lado informe e a solicitação de pauta. NÍVIA - Eu gostaria só de  
344 discordar um pouco da fala da Cristiane da impressão que ela teve do PPAG, que talvez nao tenha  
345 sido possível ela ficar até o final, mas o debate foi muito rico e muito amplo, inclusive saímos de lá  
346 correndo para a reunião da cidade administrativa sem podermos almoçar, porque nos tivemos que  
347 esgotar todas as perguntas na mesa. Roberta (vozes ao fundo), mas nós esgotamos todas as  
348 perguntas que a plenária encaminhou, sendo também uma questão de metodologia que a  
349 assembleia definiu. Nós respondemos ao chamamento da Assembléia da forma que a assembleia  
350 formata. Não é uma questão de governabilidade nossa, nós estivemos lá à disposição, eu e Roberta  
351 nós respondemos todas as perguntas que vieram para nós. E tivemos que sair da mesa e deixamos  
352 as outras pessoas respondendo, então eu queria discordar, pois a impressão que eu tive é que o  
353 debate para nós foi rico. Com relação à sua colocação Dolores você tem toda razão, só não  
354 concordo das APAES protestarem contra o Estado, porque a questão da judicialização das vagas  
355 não é também uma ação do Estado. Nós inclusive estamos desenvolvendo ações, porque estamos  
356 tendo situações bem recentes, que nós não podemos concordar que continue da forma como está  
357 que é a judicialização. O que a nossa assessoria jurídica, a Advocacia geral do Estado orienta é que  
358 ordem judicial é pra cumprir, depois se discute. Então o que nós estamos fazendo é, e as ordens  
359 judiciais estão vindo assim, é para a casa lar de Belo Horizonte, é para a casa lar de tal município.  
360 Nós não estamos tendo o direito nem de sugerir vaga em uma outra casa lar, até que seja discutido  
361 com o judiciário. O juiz não aceita nem que seja sugerida uma vaga. Não é que não há vaga, porque  
362 não é porta aberta, nós temos total clareza com isso. Casa lar não é porta aberta, então não é o  
363 Estado que está abrindo estas vagas é o juiz que está tentando empurrar por guela abaixo. Já  
364 conversamos com a coordenadora do CAO da criança e da juventude que já se dipôs a fazer uma  
365 articulação com todos os promotores do Estado neste sentido que é a Dra. Andrea Carelli, já

366 tivemos reuniões com ela. Estamos com reunião marcada com a Advocacia Geral do Estado,  
367 juntamente com a Assessoria Jurídica para que possamos começar uma discussão e eu acho que o  
368 posicionamento deste conselheiro irá fortalecer o nosso papel e a nossa ação neste momento. Mas  
369 eu quero deixar claro para este conselho, não é uma ação do governo é o resquício que nós temos  
370 do não entendimento por parte do judiciário com relação ao objetivo da política de assistência  
371 social. Ao que é dado e ao objeto da assistência social. Uma questão Dolores que discutimos com o  
372 diretor da APAE de Belo Horizonte. O que acontece algumas vezes quando recebemos uma ordem  
373 judicial lá do norte de Minas, para uma internação na casa lar APAE de Belo Horizonte. Imprime  
374 está no site da APAE, fazendo mil elogios ao atendimento que é qualificado, eu vou discordar de  
375 você. Eles entram no site da APAE e vão lá, fica parecendo que é porta aberta, que é o lugar ideal  
376 inclusive para pessoas com deficiência mental. Nós temos recebido ordem judicial para acolhimento  
377 de deficiência mental. O Juiz manda junto com a ordem judicial cópias impressas na internet,  
378 falando "olha eu quero nesta casa lar". O site ele não deixa claro, não é uma questão nem para ser  
379 divulgada na internet, porque é isto que você disse a casa lar é um serviço totalmente  
380 especializado, e fechado, ele não é uma instituição de portas abertas. E eu vou trazer informações  
381 para este colegiado sobre estas ações que nos estamos dando início de conversa com o judiciário  
382 para que possamos esclarecer o mal entendido. GERALDO - Conselheira Dolores, deixa eu te fazer  
383 uma pergunta, a inclusão de pauta que você pede é pra hoje? Tá, porque o que eu to entendendo  
384 aqui, isso é o seguinte que devemos fazer esta discussão é na comissão de política, acho que sim,  
385 nos devemos abrir este espaço para a comissão de política e logo em seguida fazemos um  
386 tratado de conselheiro, ai avança até mais. É obvio que nós temos colegiado. Penso que se depender  
387 de mim para fazermos uma discussão desta em audiência pública em Assembleia nós vamos  
388 solicitar, Dolores! E mais do que isso, nos já lhe fizemos um convite para participar do nosso  
389 encontro nacional do Fórum Nacional dos Conselhos Nacionais que vai acontecer em Natal dia  
390 21/12, eu quero só ratificar que você é nossa convidada para este fórum e que o fórum vai bancar  
391 suas despesas de hospedagem e passagem, tá bom?! ROBERTA - Eu só quero contribuir com  
392 duas questões, que são importantes para se refletir. Uma é na fala da Cristiane quando ela coloca  
393 essa avaliação da audiência pública, e ai Nívia, só pra nós aprendermos, um problema na  
394 audiência, eles tiveram uma reunião antes da comissão de direitos humanos, então atrasou um  
395 pouco, de fato a Cristiane tem razão, porque o que acontece, nesta metodologia do PPAG, por  
396 exemplo, na rede de proteção social, são vários projetos, então isso acaba, por exemplo,  
397 comprometendo o debate. E quando a Cristiane colocou, não é que ela ficou sem resposta é que o  
398 tempo do debate foi curto. Você teve praticamente quase uma hora para apresentação do problema  
399 do Estado e comprometeu o tempo em que a população pudesse se manifestar. E ai em função  
400 disso você tem outras audiências naquele espaço e acaba acelerando, então realmente ficou muito  
401 comprometido, porque em outras audiências públicas, nós ficamos, por exemplo, quando era na  
402 escola legislativa, nos ficamos em um espaço maior e ficamos até três horas sem nenhum  
403 problema, então! É só pra clarear que neste aspecto a Cristiane tem razão, que o espaço e o tempo  
404 foram curtos. A outra coisa que eu quero contribuir dentro disso que a Dolores falou é o seguinte.  
405 Eu acho que essa discussão é perfeita, que o conselho tem que absorver na comissão de política, e  
406 tenho cá comigo que este é um dos problemas do sistema, porque nós temos uma resolução deste  
407 conselho que aprovou a implantação de serviço regionalizado e dentro desta resolução tem a  
408 implantação da camara de vagas que é pra isso, essa é a discussão, onde o sistema de garantia de  
409 direitos vai entrar nesse sistema e dizer qual é a situação de risco dessa criança e adolescente e  
410 onde há necessidade de vaga. E a Dolores tem toda razão de trazer isso, porque o juiz ele  
411 judicializa o Estado. O Estado tem todo o direito de dizer assim, perai! Você está judicializando a  
412 mim, e ai eu vou dizer onde vai ser colocado. Não posso jogar em cima da APAE, do convênio com  
413 a APAE o que está acontecendo. Temos a divulgação da APAE, se colocando lá em entender a  
414 intensidade do trabalho que está sendo feito lá e a vocação daquela entidade e ali está colocando  
415 tudo que é criança de risco, tá mandando pra lá. Então essa discussão dela é rica, procede e eu  
416 acho que nos precisamos avançar nesta questão desta câmara de vagas, porque é ai que nós  
417 vamos achar condições para darmos estes encaminhamentos. Você esteve no meu gabinete  
418 dizendo daquela entidade, aquela entidade pode ser uma entidade que venha receber este tipo de  
419 atendimento, porque realmente a APAE é isso. Vai chegar uma hora em que vai dizer, toma que o  
420 filho é teu Estado que eu não dou conta mais deste tipo de tratamento que esta sendo feito comigo.  
421 Ou seja, qualquer juiz manda e você tem que absorver de manha, de tarde e a noite. Então eu acho  
422 que é uma discussão boa, devendo ser acolhido e nós precisamos avançar nesta questão.  
423 GERALDO: OK! Pessoal, eu gostaria de fazer três inclusões na nossa pauta. Seria um informe que  
424 nos recebemos através de um e-mail da conselheira Nali quem vai fazer este conhecimento à  
425 conselheira Nívia. Outra, fazer a apreciação da 171 plenária ordinária, foi encaminhada para os  
426 senhores no dia 10 de setembro e falta aprovação e outra ainda é a avaliação da data da próxima  
427 plenária. Entao é só ponto de inclusão, alguém contrário? E agora eu quero dizer Dolores que nos  
428 vamos convidar a Soraia para fazer apresentação para nós, peço desculpas Soraia pelo tempo em  
429 excesso, mas tem horas que é importante mesmo pelo sacrifício seu, mas temos que fazer  
430 tratativos a promulgar. Conselheira Dolores, penso que nós vamos fazer esta discussão sim, mas  
431 eu não vou levar só cigarro e bebida para você na cadeira não, eu vou está lá junto com você.  
432 Soraia, por favor, gostaria de fazer a apresentação. Conselheira Fátima, pega o microfone, por  
433 favor. M<sup>a</sup> DE FÁTIMA - Bom dia a todos eu sou Fatinha do Sind-Saúde, categoria de trabalhadores.  
434 Gostaria que este conselho, Geraldo. Estou com muita preocupação com relação nosso amigo  
435 conselheiro Francisco, que seria muito bom que ele estivesse aqui, que ele assistisse esta  
436 apresentação. Eu gostaria também que este assunto fosse passado pra ele. Se nós pudéssemos  
437 ver, eu já tive conversando com a Regina para saber e me inteirar sobre ele, e saber por que ele  
438 não está vindo, se ele tem problema, se ele voltou para as origens de morar na rua, se ele tiver com

439 algum problema, eu peço para este conselho para que nós possamos da uma força para ele, o que  
440 nós podemos fazer para ajudar ele, para melhorar a vida dele, neste sentido. Estou muito  
441 preocupada com ele, por isso pedi a palavra antes de começar para saber o que podemos fazer por  
442 ele. Obrigada. Ok. GERALDO - Conselheira Fátima, só para esclarecimento da plenária, este  
443 assunto já foi trazido para este conselho e o conselheiro Samuel, um dos coordenadores do  
444 movimento de população já trouxe para nós a situação e inclusive vai fazer a substituição do  
445 Francisco no colegiado, já trouxe um tratado dele, segundo ele está em outro Estado, está sumido  
446 e não temos aparecido, então, nós vamos cuidar é obvio de ver o que podemos fazer não só  
447 enquanto colegiado e também no espírito de solidariedade, tem muitas entidades que são parceiras  
448 que podem contribuir. Por favor, Soraia. SORAIA - Bom dia a todos e a todas. Eu sou professora da  
449 rede municipal da Prefeitura de Belo Horizonte, atua como Assessora do Gabinete da Secretaria de  
450 Políticas Sociais, da Prefeitura, e recebi por meio da Secretaria de Assistência Social do Município  
451 Marcelo Mourão, uma solicitação de representá-lo nesta plenária para falar um pouco em nome do  
452 comitê de monitoramento. Antes de começar eu quero agradecer o convite, saudar todos os  
453 conselheiros, na pessoa do presidente Geraldo. E dizer que os caminhos de sucesso das ações  
454 tanto dos governamentais quanto da sociedade civil, é exatamente os espaços de diálogo aonde  
455 vamos conhecendo um pouco mais sobre a atuação de cada um, dos setores e ver o que pode ser  
456 feito para unir forças. Então hoje vou apresentar para vocês, vou procurar ser (falha na gravação  
457 55:26), eu vou ser breve, porque já vi que a pauta é extensa e as discussões são longas também  
458 como no conselho de assistência no qual eu participo com a Ana, então vamos lá! Quem vai passar  
459 para mim? Bom gente! A Prefeitura de Belo Horizonte, ela já desenvolve desde o ano de 2000, alias  
460 anterior a isso, vários serviços, programas e ações voltadas para a população em situação de rua,  
461 tem um marco regulatório importante que é a Lei Municipal 8.029, que constitui a política municipal  
462 para a população em situação de rua, ela é de 2000 e ela já desenhava naquela época um conjunto  
463 de serviços que o município deveria se responsabilizar para atendimento para a população em  
464 situação de rua. Nesta lei nos vamos falar da abordagem da assistência social. Dos abrigos, dos  
465 albergues, e em seguida nove anos depois vem a política nacional para a população em situação de  
466 rua, que é um Decreto Federal, que considera as políticas e diretrizes da política nacional a respeito  
467 dos direitos humanos, a dignidade da pessoa humana, e estabelece responsabilidades do Governo  
468 Federal, as responsabilidades do Governo do Estado e do Município. Vale lembrar que o município  
469 de Belo Horizonte aderiu a política nacional. Em 2010, por orientação do Prefeito, assim que ele  
470 começou a tomar pé das questões relativas à população em situação de rua e recebendo inputs de  
471 vários setores da sociedade de Belo Horizonte, ele nos orientou que organizássemos um  
472 Workshopp para debater o tema. Este Workshp foi realizado em dois momentos, um momento  
473 interno onde envolvemos a participação de técnicos e gestores da prefeitura para que pudesse  
474 alinhar um pouco o entendimento sobre o fenômeno, sobre as diretrizes que eram colocadas para  
475 atuação do município, sobre os limites e as possibilidades do poder público municipal. No segundo  
476 momento nos envolvemos atores externos, polícia militar, judiciários, entidades da sociedade civil  
477 que atuam com população em situação de rua e naquele momento nos debates por temas que  
478 questões ainda estava pendentes ou precisavam se aprimoraradas e quais eram os desafios do  
479 poder público municipal, eu posso dizer que foi um trabalho muito interessante e que nós  
480 conseguimos avançar um pouco no que estava sendo colocado no primeiro momento. O que nós  
481 conseguimos a partir deste Workshop? Um dos produtos foi um parecer classificado da  
482 Procuradoria Geral do Município, a Procuradoria fez um belo estudo sobre todas as legislações que  
483 tratam da questão da população de rua em nível nacional, e deixou bem claro qual é o limite da  
484 atuação do município. Ou seja, o município de Belo Horizonte, só pode atuar junto a pessoa em  
485 situação de rua com base no convencimento, daí a importância do serviço de abordagem social,  
486 que interpela o sujeito na situação em que ele se encontra, tenta estabelecer com ele um vínculo e  
487 construir com ele um caminho que seja de saída das ruas. Ficou muito claro ou, melhor dizendo,  
488 ficou evidenciado que qualquer atuação do município que tenha uma questão coercitiva ela não está  
489 respaldada na lei. Portanto nosso trabalho é de convencimento, isto foi importante porque pacificou  
490 no âmbito da prefeitura um entendimento sobre este fenômeno, em seguida nos aderimos à política  
491 nacional que eu já falei e foram constituídas duas instancias muito importantes de articulação da  
492 política. A primeira instância foi o grupo executivo intersetorial da população em situação de rua que  
493 é um decreto 14098 de Agosto de 2010, na verdade este grupo ele é constituído por titulares de  
494 diversas secretarias do município é um grupo de coordenação política. Este grupo que discute,  
495 debate sobre a ampliação dos serviços, as necessidades de orçamento, enfim. E um grupo de  
496 coordenação política e mais importante do que este grupo no meu ponto de vista foi constituído ai o  
497 comitê de monitoramento e acompanhamento da política municipal para a população em situação  
498 de rua. É o decreto 14146, este comitê, pode passar, é o qual eu estou à frente do trabalho e é ele  
499 que tem dado as orientações para o grupo executivo, porque o comitê discute e avalia as questões  
500 que estão pendentes. Avalia as necessidades de ampliação e esta discussão é encaminhada para o  
501 grupo executivo que vai dizer das possibilidades de atendimento. Ele é composto por onze  
502 representantes do governo municipal, estão presente lá secretaria de governo, políticas sociais,  
503 assistência social, direito e cidadania, segurança alimentar e nutricional, educação, samur centro  
504 sul, que é: Belo Horizonte é dividido em nove regionais, é um regional representando as demais, se  
505 bem que pegamos a centro sul, porque ela é onde temos a maior concentração de fenômeno,  
506 segurança, urbel e regulação urbana. Além de onze representantes da sociedade civil, o movimento  
507 nacional está representando na sua base Estadual, Municipal de Belo Horizonte, associação  
508 moradia para todos, asmare, comunidade amigos de rua, fórum da população de rua, pastoral de  
509 rua da arquidiocese de Belo Horizonte, instituto de direitos humanos, grupo espírita o consolador,  
510 programa polo de cidadania da UFMG e rescentemente participa também o centro nacional de  
511 defesa dos direitos humanos da população em situação de rua e catadores de materiais reciclados

512 é o único centro que tem no Brasil, com sede em Belo Horizonte, foi inaugurado em 2011, então  
513 agora nós temos também o centro no comitê e vamos mexer no decreto para garantir a participação  
514 do centro nacional e nós temos alguns convidados permanentes, a polícia militar, a defensoria  
515 pública e o ministério público. Quem coordena este comitê, isto é importante destacar. Este comitê  
516 tem uma coordenação compartilhada, vamos dizer, Secretaria de Governo, Secretaria de políticas  
517 sociais e Secretaria de Assistência Social, isto foi uma estratégia para que pudéssemos avançar na  
518 questão da intersectorialidade da política, porque ate pouco tempo atrás nós tínhamos uma  
519 discussão no município que população de rua é problema da assistência, como se as outras áreas  
520 não tivessem que dialogar com o fenômeno que é tão complexo e tem que ser desafiado pelo poder  
521 público. As competências do comitê, não serão lidas para não cansar os senhores, mas qual é a  
522 tarefa do comitê em Minas Gerais, acompanhar e monitorar a política do município voltada para a  
523 população em situação de rua. Então hoje nos falamos que todas as pautas voltadas para este  
524 seguimento da população são tratadas neste comitê. Hoje o comitê está organizado em grupos de  
525 trabalho temáticos, são estes que estão ai, prevenção e enfrentamento da violência, saúde da  
526 população em situação de rua, segurança alimentar e nutricional. Reinserção social pela via do  
527 trabalho e geração de renda, reinserção social pela via da educação, formação de agentes públicos  
528 em direitos humanos e cidadania, fortalecimento dos serviços e equipamentos sócio-assistenciais  
529 voltadas para a população de rua. Qual que foi a estratégia construída pelo comitê, ele se reúne  
530 ordinariamente uma vez por mês e nós estávamos avaliando que as reuniões estavam demorando  
531 muito para acontecer, que eles estavam ficando muito distantes de serem tratados, então foi  
532 proposto à organização do comitê em grupos de trabalho temáticos que eles têm uma dinâmica  
533 própria com calendário próprio de reuniões, cada grupo de trabalho elaborou um plano de ação e  
534 este plano de ação já está em execução e em dezembro agora dia 3, nos vamos fazer um balanço  
535 para o Prefeito, do que foi possível avançar, do que não avançou ainda, quais os limites que estão  
536 postos, mas esta estratégia facilitou uma maior agilidade nas discussões e um maior  
537 encaminhamento das questões que vêm das definições nacionais. Para vocês terem ideia, por  
538 exemplo, na área de segurança alimentar e nutricional, foi discutido no âmbito do comitê a questão  
539 da alimentação das pessoas em situação de rua. Naquela ocasião nos avaliamos que comer na rua  
540 não é digno para ninguém, mas ao mesmo tempo o poder público era omissos em relação à oferta  
541 desta alimentação. Nestas discussões nos conseguimos avançar, primeiro por meio de um decreto,  
542 depois nos avançamos por uma Lei municipal e hoje qualquer pessoa que se encontra em situação  
543 de rua e faça seu cadastro em qualquer uma das regionais BH Resolve no CAD-Único, ela pode  
544 tomar café, almoçar e jantar nos restaurantes populares de forma gratuita. É a primeira cidade do  
545 Brasil que desenvolveu este mecanismo e nós temos insistido nisso, porque nós entendemos que é  
546 uma garantia de um direito constitucional. Ainda temos alimentação nos finais de semana e  
547 feriados, porque os restaurantes populares, não funcionam nestes dias, fizemos um chamamento  
548 público, convidando entidades da sociedade civil para que respondessem esta demanda de serviço,  
549 infelizmente o resultado foi deserto, porque o município só pode oferecer naquela época a  
550 contrapartida e oferta dos gêneros alimentícios dos materiais de higiene que eram insuficientes para  
551 as entidades. Vamos repetir agora para o ano de 2013 este chamamento, mas já garantindo um  
552 repasse de recurso financeiro para que eles possam contratar mão de obra para ajudar neste  
553 trabalho. Então estamos avançando neste sentido. Há poucos dias atrás uma formação dos  
554 Guardas Municipais que atuam em áreas onde nós temos maior tensão com situação de moradores  
555 de rua. Uma formação que começou em outubro e termina agora na próxima segunda-feira. E a  
556 nossa ideia de qualificar os Guardas Municipais nesta situação, para que eles conheçam a rede de  
557 atendimento. Como encaminhar, como abordar, para que tenhamos cada vez mais a garantia do  
558 atendimento a este seguimento da população efetivada. Bom que avanços que eu posso colocar  
559 aqui em Minas Gerais para vocês. De quando o comitê foi criado até agora foram organizadas 25  
560 reuniões, dos grupos de trabalho não é possível quantificar porque, dependendo do grupo cada um  
561 tá reunindo mensalmente, quinzenalmente, outros semanalmente. Na área de segurança alimentar,  
562 eu falei do decreto que garantiu a gratuidade, primeiro decreto 14379/11 e depois uma Lei que é  
563 uma emenda do vereador Sergio Fernando, emenda 6, Lei 10264/11. Então hoje esta garantia esta  
564 respaldada em Lei e mais um decreto. Os dados de atendimento item importante para ser  
565 destacado. Sendo 4 restaurante populares em Belo Horizonte, a referencia dos dados são set/2012,  
566 vocês podem ter uma ideia, do restaurante popular I que é o que funciona na contorno, foram  
567 servidos 7611 refeições, veja bem não estou falando de 7600 pessoas, estou falando de 7611  
568 refeições no mês de setembro, à pessoas que estão em situação de rua. No restaurante II na região  
569 hospitalar, 5502 refeições, sendo os restaurantes que mais absorvem estes seguimentos. E venda  
570 nova e barreiro o numero não é tão significativa, mas temos este atendimento também. Pode  
571 passar! Bom o comparativo de abordagem, eu vou trabalhar somente com o mês de outubro, nos  
572 comparativos de 2010, 2011 e 2012. Volto a dizer que a abordagem social é o carro chefe que a  
573 política social tem para Belo Horizonte para a população em situação de rua. É nesta abordagem  
574 técnico. Interprela aquela sujeito que às vezes está caído no chão, tenta estabelecer com ele um  
575 vinculo e a partir deste vinculo, acordar, discutir e construir com este sujeito um processo de saída  
576 das ruas, um outro caminho uma outra trajetória. É um trabalho complexo, exige resiliencia daquele  
577 profissional que se propõe a desenvolver, muitas vezes você aborda o sujeito dezenas de vezes e  
578 ele não quer conversar. Vai depender do desejo do sujeito, da capacidade do técnico de  
579 desenvolver com ele este olhar que possibilite um vinculo, então é um trabalho extremamente  
580 complexo como é complexo também o fenômeno população em situação de rua. Só vou destacar  
581 aqui dados de outubro, em 2010 foram abordados 675 pessoas, em 2011 727, e em 2013 917  
582 pessoas abordadas. Significa que o técnico está teve contato com 917 pessoas tentando construir  
583 com eles um outro caminho que não seja a vida nas ruas. Bom os dados de saída das ruas é às  
584 vezes as pessoas podem considerar que o numero é pequeno, mas se nós considerarmos a



585 complexidade do fenômeno, nós vamos entender que não é. Tem um comparativo 2011 e 2012,  
586 também vamos referendar ai outubro/2011, dezoito pessoas deixaram as ruas de Belo Horizonte,  
587 passaram a viver de uma forma diferenciada, em 2012, 25, nos temos um somatório de 2012, 249  
588 pessoas. Quais são os dispositivos que o município oferece para esta saída das ruas? O bolsa  
589 moradia é um deles, as republicas, muitas vezes existe a possibilidade da volta destas pessoas  
590 para a família original. E outros encaminhamentos que são construídos, mas em gerais é um pouco  
591 disso. O centro de referencia da população de rua. Não sei se vocês conhecem, funciona perto da  
592 Asmare na contorno. É um equipamento importante, também é um equipamento que possibilita esta  
593 constituição de vínculo com o sujeito. Neste equipamento as pessoas podem tomar banho, lavar  
594 suas roupas, se alimentar, receber atendimento psicossocial, usar a internet, participar de oficinas,  
595 enfim, começar a desenvolver um processo de ressocialização. De entendimento de direito  
596 enquanto sujeito, e é um equipamento que é de fato uma referencia para a população em situação  
597 de rua. Para vocês terem uma idéia vou pegar o dado de outubro. So em outubro deste ano foram  
598 feitas 2370 atendimentos, eu não falo de pessoas eu falo de atendimento. Isso significa que a  
599 mesma pessoa pode ter frequentado o mês inteiro, nos temos a perspectiva de ampliação deste  
600 centro, porque entendemos que é um importante centro de referencia para a população em situação  
601 de rua. O movimento nacional junto com a pastoral de rua está tentando vir a ter a ampliação de  
602 pelo menos mais três unidades. E estamos muito esperançosos para que isto passe na rodada do  
603 OP para que possamos ampliar nossa rede de atendimento. Bom, vou falar rapidamente, porém os  
604 dados não estão atuais e não foi possível atualiza-los dentro do tempo que eu tinha, um pouco da  
605 atenção á saúde da população em situação de rua, não sei se todos sabem, mas Belo Horizonte foi  
606 a primeira cidade a criar uma equipe de saúde da família para a população em situação de rua em  
607 2012. Esta equipe é referenciada no centro de saúde Carlos Chagas que é uma referência para  
608 atendimento da população em situação de rua. Ele funciona próximo ao parque municipal  
609 exatamente em uma área onde há uma grande concentração de população em situação de rua.  
610 Alem disso, todos os centros de saúde de Belo Horizonte estão habilitados para acolher a pessoa em  
611 situação de rua. Naquela lógica, o sujeito chega muitas vezes sem documento, ele não tem  
612 endereço, pois o endereço dele são as ruas, e ai os técnicos e profissionais que atuam no centro de  
613 saúde irão referenciar de acordo com o que ele fala. Há eu fico ali debaixo do viaduto de santa  
614 Tereza por exemplo. É a referência que se tem deste sujeito e ele deve ser atendido em qualquer  
615 situação nos centros de saúde de Belo Horizonte. Para vocês terem uma ideia os dados são de  
616 2011, no centro de saúde Carlos Chagas, estão cadastradas 1295 pessoa em situação de rua, os  
617 dados de atendimentos realizados lá, em 2010, 5208 atendimentos por pessoa. Em 2011, até maio  
618 que é o dado que eu tenho ali 2167 atendimentos. Na Saude mental, porque também tem uma  
619 equipe de saúde mental no centro de saúde Carlos Chagas, em 2012, 266 atendimentos, 2011 até  
620 maio 66 atendimentos. A saúde bucal em 2010, 278 atendimentos. A clínica médica, em 2011 370  
621 atendimentos, também até maio. Todos os usuários têm acesso aos preservativos, a média de  
622 encaminhamentos para a UPA é de 2 a 3 encaminhamentos por semana, e a equipe de saúde da  
623 família faz busca ativa. Então aquele sujeito que foi atendido no posto de saúde e que por ventura  
624 teria que retornar e não retornou com referência que tem de localização deste sujeito a equipe vai  
625 atrás para que ele possa retornar ao serviço de saúde. Ali está desatualizado, mas Belo Horizonte  
626 também conta hoje com 4 equipes de consultoria de rua. Já ouviram falar deste dispositivo vocês  
627 conhecem? Imagino que sim. É um dispositivo novo recentemente desenvolvido pelo governo  
628 federal, que está chegando aos municípios, é uma equipe que sai a campo, vai às cenas de uso,  
629 abordar o sujeito, que se encontra em situação de rua, com recorte ai de uso e abuso de álcool e  
630 outras drogas. Então nós temos 4 equipes aqui em Belo Horizonte, esta equipe é constituída por  
631 assistentes sociais, auxiliar de enfermagem, um redutor de danos e um psicólogo, que a partir deste  
632 atendimento, desta abordagem desse sujeito começa a se desenvolver com ele possibilidade de  
633 atendimento na rede de saúde, na oferta de outros serviços de assistência social, na reinserção  
634 social, também é um trabalho dentro bem difícil, porque ele é envolvido nas cenas de uso em  
635 situações realmente dramáticas. Bom gente! Eu tentei fazer um panorama da política que nós  
636 desenvolvemos e dizer que no dia 13 de dezembro, iremos ter uma reunião ampliada do comitê que  
637 vai ser na Prefeitura de Belo Horizonte, e encaminhamos inclusive um convite ao conselho para  
638 aqueles que desejarem participar. Vai ser uma ocasião onde o Prefeito irá certificar os 80 guardas  
639 municipais, que participaram dessa oficina de sensibilização sobre direitos humanos e população  
640 em situação de rua. Em seguida o comitê irá apresentar de acordo com cada plenária de trabalho o  
641 que foi possível avançar, o que ele ta pendente ainda, e qual é à disposição do município e  
642 capacidade para resolver estas questões que ainda se encontram pendentes. Antes de finalizar eu  
643 quero somente fazer uma observação, pois foi encaminhado um oficio do conselho, dizendo os  
644 dados sobre a violência contra a população em situação de rua em Belo Horizonte. Infelizmente o  
645 fenômeno população de rua é mundial, é complexo e tem desafiado cada vez mais o poder público  
646 municipal e a pouco tempo estive em um congresso na Bahia, discutindo esta questão e assim  
647 como este fenômeno vai mudando ao longo do tempo. Vamos dizer que a uns 15 anos atrás antes  
648 do advento do crack por exemplo, tínhamos na rua pessoas características mesmo de população de  
649 rua. Pessoas mais idosas que abusavam de álcool, muitas delas oriundas do sistema carcerário,  
650 outros com deficiência mental, enfim era uma população um pouco mais caracterizada, hoje nós  
651 avaliamos que tem pelo menos 4 grupos em situação de rua, um é este que eu acabei de dizer,  
652 outro são pessoas com comprometimento da saúde mental que muitas vezes são expulsos de suas  
653 famílias e vão para a rua, outras pessoas que são oriundas do sistema carcerário e se envolvem ali  
654 junto a população em situação de rua e de alguma forma começam a cometer pequenos delitos e se  
655 infiltram ali para disfarçar um pouco a sua situação, infelizmente muitos jovens principalmente  
656 usuários de crack, pois as famílias não estão dando conta e estes meninos estão indo para as ruas.  
657 Estou dizendo para vocês perceberem a complexidade do fenômeno com o qual nos estamos

658 tratando. E aí o centro nacional sendo instalado em Belo Horizonte tem sido importante não só para  
659 estabelecer um diálogo com esta entidade, mas também para perceber este fenômeno em sua  
660 complexidade. O centro nacional tem como uma das atribuições receber denúncia de violação dos  
661 direitos e computar casos de violência contra a população em situação de rua. Algumas vezes já  
662 chegou a ser divulgado na mídia aqui em Minas Gerais, que Belo Horizonte é campeã no ranking de  
663 violência contra a população em situação de rua. Nós questionamos o centro nacional contra isso,  
664 porque no ano de 2012, até a presente data nós tivemos 64 pessoas em situação de rua que foram  
665 vítimas de homicídio. Este número é extremamente importante, chama a atenção de qualquer um de  
666 nós. Mas o próprio centro nos disse e respondeu a prefeitura, que não é possível estabelecer um  
667 comparativo entre as demais capitais ou cidades do país, porque primeiramente porque não há uma  
668 série histórica para dizer no ranking de violência contra a população em situação de rua, segundo  
669 porque como o centro está instalado em Belo Horizonte, a capacidade dele de reuni-lo informações  
670 sobre este tema é muito maior do que, por exemplo, em Recife, em Alagoas, onde nós tivemos uma  
671 série de assassinatos contra moradores em situação de rua. Então o centro inclusive respondeu ao  
672 Estado de Minas, respondeu a Prefeitura que ele não estabelece comparativo entre capitais  
673 exatamente porque o fenômeno ele é subnotificado, ele nem aparece. Isto não quer dizer que os  
674 dados de Belo Horizonte não sejam preocupantes, existe uma orientação do Prefeito, e nós  
675 corremos atrás disso o tempo todo, para cada vez que aparece uma notícia de algum morador de  
676 rua que foi vítima de homicídio, imediatamente nós temos que entender que fenômeno foi este. Era  
677 acompanhado pela política, não era, porque que não era. O que foi que motivou este homicídio, e  
678 lamentavelmente o que nós estamos vendo é que boa parte, quer dizer a maior parte destes  
679 homicídios, infelizmente é praticado pelos próprios moradores de rua. Nós estamos com o projeto  
680 piloto dentro do parque municipal, inclusive porque existia uma situação lá e ainda existe que nós  
681 estamos discutindo, inclusive a questão de gênero, os moradores jogando suas companheiras  
682 dentro da lagoa e os guardas tendo que removê-las. Para vocês terem uma ideia. Pode parecer  
683 engraçado o que eu vou dizer aqui agora, mas acho que não é engraçado não, é trágico. Nesta  
684 oficina que estamos fazendo com os guardas municipais que eu contei para vocês há pouco. Que a  
685 cada vez que eles abordam as pessoas sejam no parque municipal, seja em outra área da cidade e  
686 começam a conversar com elas e entender o que motivou a ida destas pessoas para a rua. São  
687 homens, 80% das pessoas que se encontram em situação de rua, são do sexo masculino. E ao  
688 conversar com este sujeito eles vão percebendo que no fim da história tem uma questão de  
689 disilusão amorosa. Verdade! Risos. Eu sabia que isto iria trazer uma discussão aqui, mas eu não  
690 poderia deixar de falar, e aí nós discutimos, pois é. E aí nós discutimos que infelizmente nós temos  
691 percebido na nossa sociedade a fragilidade ou a dificuldade do sexo masculino lidar com  
692 frustrações. Eu tô fazendo um recorte aqui na população em situação de rua, mas se nós olharmos  
693 todos os dias os jornais, iremos ver que tem uma mulher que foi esfaqueada, morte em fim, alguma  
694 coisa aconteceu com ela, em virtude de ter rompido um relacionamento com um sujeito que não  
695 aceitou. Isto é muito sério. Isto é muito sério. E a mulher, não vai para rua, bom eu espero! Porque  
696 os índices não mostram isso. Outra coisa saiu no Estado de Minas outro dia atrás, dizendo que Belo  
697 Horizonte é uma cidade perigosa para mulheres. Sim! Por conta da violência praticada contra elas,  
698 pelos seus companheiros. Por que eu tô dizendo isso? Na intervenção que eu estou fazendo no  
699 parque municipal, o sujeito que jogou a mulher na lagoa, falou você tá preso. Não é só isso. Nós  
700 estamos desenvolvendo uma oficina sobre gênero, com essas pessoas. Com essas mulheres e com  
701 os homens. Já teve mulheres que teve lá. O cara tirou a tampa do banco e rachou a cabeça da  
702 companheira porque sismou que ela estava olhando para o outro. Isto é em detrimento de uma  
703 educação machista que nossa sociedade ainda desenvolve. Nas escolas, nas famílias e em vários  
704 outros lugares aí que nós participamos. Porque estamos falando isso para vocês. Isto não dá um  
705 fenômeno menos sério, mas eu tô falando para vocês que nós temos olhado sobre vários  
706 aspectos. A violência hoje tá presente na sociedade contra os moradores na situação de rua, ela  
707 não é podemos dizer uma ação de grupos de extermínio, nós não temos esta característica em Belo  
708 Horizonte. Não é uma ação de agentes públicos e eu não estou falando da Prefeitura não. Agentes  
709 públicos de uma forma geral. Nós temos violação de direitos por agentes públicos. Neste período  
710 estamos apurando, estamos constatando e tomando as providências necessárias, mas não é uma  
711 questão de homicídios por parte de agentes públicos, não é! Nós tivemos uma situação na  
712 Pampulha de envenenamento de um grupo de pessoas em situação de rua, que está sob  
713 investigação, lá no bairro Santa Amélia. Porque colocaram um chumbinho na cachaça que eles  
714 tomavam. Está sob investigação, pois não sabem exatamente quem foi que praticou aquilo. Há  
715 indícios que falam que são comerciantes da região que queriam se ver do problema. Mas não  
716 podemos concluir que foram, porque não há resposta oficial. Mas o que nós temos percebendo e  
717 conversando com o centro nacional, é a necessidade de entender este fenômeno de uma forma  
718 mais detalhada. O que leva estes moradores a terem atos de violência tão grande entre eles mesmo  
719 é a questão do uso e abuso de álcool, é o tráfico, é uma questão de falta de entendimento, é falta  
720 de proteção do Estado, o que é que está acontecendo. Nós precisamos ter cuidado na hora de  
721 discutir esta questão porque na hora colocamos tudo na mesa. Aí falamos “nossa senhora, Belo  
722 Horizonte é campeã em morte de moradores de rua”. Ninguém toma providência ninguém faz nada.  
723 Então o fenômeno é muito mais complexo. Este GT que eu me referia a pouco que é o de  
724 enfrentamento e prevenção da violência, ele inclusive é controlado pelo centro nacional. O centro  
725 nacional está conosco debatendo estes temas, procurando entender o que se passa e atuando  
726 junto com o poder público municipal. Então, gente! Eu quero dizer é isso e pedir a Ana para me  
727 ajudar naquilo que está faltando. E me colocar à disposição de vocês e assim que nós definirmos a  
728 data desta reunião ampliada do comitê e vamos enviar o convite para este conselho, participarem  
729 conosco até para ter um panorama do que foi possível avançar em termos de cada área que teve  
730 seu grupo de ação e achamos que esta interlocução com o conselho de Estado tem cada vez sendo

731 mais importante. (aplausos). GERALDO - Soraia agradecer a você, primeiro parabéns pela  
732 apresentação, depois parabéns pela iniciativa, pela construção do planejamento bacana tão  
733 abrangente, e tem na sua essência um espírito de solidariedade, de repente até uma, diria que um  
734 ressarcimento de direitos violados, independente da esfera pública. Eu não sei como está seu  
735 tempo para questões, tá tranquilo? Porque eu vou abrir para o pessoal, porque eu já vi várias  
736 manifestações aqui. Tem uma da Cristiane, tem uma da Ana Paula, que pelo menos eu anotei em  
737 ordem aqui. Mas em função da minha curiosidade eu gostaria de deixar registrado é saber o  
738 seguinte, que tudo que você expremeu, já tem algum indicador de mostrar algum efeito, como está  
739 a situação, se ainda esta embrionária ou não. Mas aí eu pergunto você quer fazer individualmente,  
740 ou você quer prefere fazer de duas ou de três. Ok! Então vamos de três, então tá feito a minha  
741 primeira, Cristiane, depois Ana Paula. Ana Paula, depois Cristiane aí ela responde e depois os  
742 outros três. ANA PAULA - Na realidade não é nem uma pergunta. É uma ponderação em relação ao  
743 posicionamento do município na atenção à população da situação de morador de rua. Acho que é aí  
744 enquanto militante da assistência à um pouco de tempo já eu acho que é um avanço significativo  
745 quando a prefeitura assume a questão da população em situação de rua para além do campo da  
746 política de assistência social. Este é um marco que diferencia a atenção e a própria importância do  
747 fenômeno dentro da lógica da estrutura municipal. Eu acho que o grande ganho e o grande avanço  
748 da discussão da política de atenção à população em situação de moradia de rua, é quando o  
749 município assumiu pra si a responsabilidade para além do campo da assistência. Eu to vendo  
750 envolvida a questão urbana, a questão da saúde mental, a questão da segurança alimentar, a  
751 questão da habitação, então na realidade um conjunto de políticas públicas que tem que ser  
752 ofertadas para a população em situação de rua. Acho que esta iniciativa do comitê, ela inaugura  
753 novo olhar em relação a atenção em relação a população de rua. É uma novidade que Belo  
754 Horizonte vem operando desta forma, nós temos vistos resultados muito positivos da atenção e da  
755 atuação do comitê do ponto de vista disso que a Soraia colocou, da formação dos guardas  
756 municipais, da própria discussão da não coersão em relação á abordagem da população de rua,  
757 que nós tínhamos este problema relacionado à população de rua. Fiscalização que as vezes  
758 confundia e abordava de uma outra forma, então quando o município assume para si uma forma de  
759 atenção que é com bae no convencimento e na formação de vínculo, para garantir uma oferta de  
760 política pública e trazer e tentar trazer este morador de rua para os equipamentos, ou seja a  
761 assistência, para atenção á saúde, para inserção na questão da habitação através do bolsa  
762 moradia. É inaugurado um novo olhar. Que é um olhar interdisciplinar sobre a atenção da população  
763 em situação de rua. É complexo, Belo Horizonte tem se debruçado, não é um trabalho simples, ele  
764 requer de fato a atenção colegiada e aí também os avanços são grandes quando você tem atenção  
765 colegiada, é o referenciamento nos centros de saúde, aí você abre uma discussão com a saúde, pra  
766 que a atenção à população de rua seja publica dos centros de saúde, do hospital geral no âmbito do  
767 município. Você abre uma discussão com a habitação, então você tem uma garantia, você tem  
768 potência de intervenção muito maior da política de assistência que nem se presupo os limites que  
769 já foram colocados aqui para ela no que compete neste latifúndio na participação dela na atenção  
770 ao fenômeno. Só quero marcar que é um grande avanço da execução destes serviços em Belo  
771 Horizonte e eles serem de forma compartilhada e de responsabilidade e ser tratada como política  
772 de... CRISTIANE - Saber a situação sobre três questões. A primeira delas, vocês falaram muito da  
773 questão da saúde, da intersectoriedade, da dinâmica, de não achar que a situação da população de  
774 rua é uma questão só da assistência. Então tudo isso eu vi que está bem demarcado no trabalho de  
775 vocês. Mas eu participei de um seminário, foi até no salão nobre da prefeitura de Belo Horizonte, a  
776 respeito da questão da população de rua, eu não me lembro exatamente a data, mas que foi falado  
777 inclusive por uma professora da UFMG que estava palestrando, se eu não me engano e de algumas  
778 pessoas que estavam lá, da situação do SAMU. Que se você deparar com alguma pessoa em  
779 situação de rua e chamar, eles não atendem. Entao como está sendo trabalhado isso? Eu sei que  
780 não é responsabilidade da assistência, mas como vocês estão trabalhando a questão da  
781 intersectoriedade, como vocês estão trabalhando isso. Outro aspecto também que nós escutamos  
782 muito, até fiz um comentário com a Maria, é que existia há um tempo a exigência para que as  
783 pessoas acessassem os alberques, por exemplo, ou acessassem o restaurante popular, elas teriam  
784 que está com o documento, então se não estivesse com documento não acessava. E nós sabemos  
785 que pela peculiaridade da população de rua, a questão de documentação é sempre um desafio  
786 muito grande. Aí como está sendo trabalhado isso? E por último quando você se referiu ao centro de  
787 referencia que está na Praça da Estação, eu me lembrei de uma situação na, há tá é outro né. Tem  
788 o centro de referência para os adolescentes. Aí um fenômeno que nós temos percebido lá na casa  
789 Dom Bosco, nós temos um centro de passagem. O que está acontecendo! Como lá também neste  
790 centro de referencia tem acesso à internet, os adolescentes não querem ir para o centro de  
791 passagem. Eles querem ficar por lá na Praça da Estação, isto inclusive está sendo discutido no  
792 fórum de abrigos, com a gestão, porque eles falam que lá eu tenho horário para acessar a internet  
793 na hora que eu quiser, e eu chego ao centro de passagem e tenho horário para acessar a internet.  
794 Pois bem, são situações, eu sei que o fórum de abrigos está discutindo isso e como vocês estão  
795 vendo estas questões dentro desta política. Então são estas questões. GERALDO - Soraia por  
796 favor, pode ficar a vontade para as respostas, logo em seguindo nós concluímos com outras três  
797 questões. SORAIA - Primeiro falar dos indicadores, neste trabalho tão complexo é difícil nós  
798 estabelecermos indicadores quantitativos, é difícil mensurar, porque o trabalho ele é qualitativo, ele  
799 é demanda, o sujeito pode sair das ruas com uma semana, com quatro anos ou dez anos, nós não  
800 temos como precisar. O que nós temos percebido como indicadores. Primeiro, está ficando cada  
801 vez mais evidente para a sociedade de Belo Horizonte, que existe um espaço de interlocução desta  
802 política. Isto nós temos construído a duras penas, porque a mesma sociedade que dá para o sujeito  
803 um sofá velho para ele dormir na rua, é a mesma que liga para a prefeitura e fala, olha tem um cara

804 aqui na minha porta, dormindo aqui, no sofá, você podia vir arrancar! Bom, mas quem deu o sofá?  
805 Não foi o poder público! Nós não acreditamos que viver na rua seja digno para ninguém, contudo o  
806 sujeito tem o direito de está nas ruas. Mas não de se estabelecer nas ruas. Se ele montar uma  
807 barraquinha o que for, o poder público tem que atuar. Isso não vale para o morador em situação de  
808 rua e não vale para ninguém. Então isto tem ficado, esta discussão desse espaço do comitê, como  
809 espaço de dialogo e construção da política, tem ficado muito evidente para os vários setores, nós  
810 vínhamos no inicio recebendo muito demanda por exemplo entidades ligadas ao comercio pedindo,  
811 tira este sujeito daqui! Limpa esta área! E está muito claro, que cada vez que as pessoas participam  
812 do debate conosco, que nós não podemos fazer isso pela força da Lei. Se o município for ali na  
813 praça sete e tirar uma pessoa a força ela vai responder na justiça, nos não podemos fazer. Então  
814 eu acho que o reconhecimento do comitê como um espaço de discussão de poltiicas intersetorias é  
815 um grande avanço um indicador importante. Outra coisa que nós estamos percebendo é outras  
816 possibilidades de dialogo com o movimento nacional, isto tem favorecido também a nossa atuação  
817 no município, porque o movimento tem aquela capilaridade boa, ele tem uma inserção forte entre os  
818 grupos de população em situação de rua, e o que nós discutimos no comitê, nós percebemos que o  
819 movimento faz esta ponte esta ponte com quem está nesta situação de rua. Isto tem sido importante  
820 também. Entao um indicador que estou considerando importante, principalmente na área de  
821 segurança alimentar é a nossa capacidade de tá consolidando a política que garante o direito  
822 dessas pessoas a se alimentarem pelo menos três vezes ao dia, com qualidade e com uma  
823 qualidade nutricional importante. Então estamos avançando nisso. O Prefeito tem insistido nestes  
824 indicadores, porém não demos conta de desenvolver. Mas vamos trabalhar ai para o próximo ano.  
825 Ou, melhor dizendo para a próxima gestão. Inclusive quero adiantar para este conselho que está  
826 previsto no plano de governo a realização de uma nova pesquisa censitária em Belo Horizonte,  
827 extamente para que possamos quantificar e qualificar a nossa informação. Hoje as pessoas falam  
828 que existe uma percepção de aumento de pessoas em situação de rua, será que tem mesmo? Será  
829 que são pessoas em situação de rua ou são imigrantes, que grupo é este que nós estamos falando,  
830 quais são as características deste grupo. A nossa política tem que ser cada vez mais acertiva.  
831 Como ela vai ser acertiva, se nós não sabemos exatamente que fenômeno é este que está colocado  
832 nas ruas. Então vamos realizar uma nova pesquisa censitária, vamos está fazendo também a  
833 ampliação da nossa rede de acolhimento. Tem duas novas unidades previstas no plano de governo.  
834 Cada uma delas com 50 novas unidades. Até o final do ano que vem iremos inaugurar mais duas  
835 republicas. Uma já está com a obra iniciada dia 20 de novembro, da republica que está prevista no  
836 Carlos Prates. Outra republica que está prevista na Pampulha, nós temos boas expectativas que até  
837 o final do ano que vem ela esteja construída. Então esta perspectiva está colocada. Bom! Com  
838 relação ao que você falou, primeiro concordar em numero, gênero e grau com relação ao SAMU. É  
839 uma batalha cotidiana a cada vez que nós escutamos isso que você colocou aqui, o nível de  
840 constrangimento do município é muito grande. Realmente nós estamos com problemas sérios em  
841 relação ao SAMU, já discutimos com a pessoa responsável na secretaria de saúde em relação ao  
842 SAMU, porque existe de fato esta queixa, não precisa nem ser um cidadão da sociedade civil não,  
843 pode ser um guarda municipal que liga e fala. O sujeito tá caído aqui, está com tremor, parece que  
844 está com alguma situação mais séria, tem todo o protocolo de atendimento e no meio do  
845 atendimento a atendente pergunta, assim: é morador em situação de rua? Há não é caso de  
846 urgência nós não vamos atender. Então como nós discutimos com a saúde, se o SUS é universal e  
847 o principio que rege o SUS é a universalidade, porque cabe a pergunta se é morador em situação  
848 de rua? Não cabe a pergunta, não é. Então é um trabalho difiscilimo. Nós estamos colocando isto  
849 em todas as reuniões do comitê, pois esta discussão aparece novamente. Nós tentamos avançar,  
850 mas é o grande desafio. Não conseguimos ainda. Inclusive nesta formação com os guardas. O  
851 guarda disse assim, eu só agente pública, eu tenho fé pública, eu fui treinado em primeiros  
852 socorros, eu vou ajudar o sujeito caído na rua, ele tá tremendo, eu acho que ele pode até tá tendo  
853 uma crise ali, eu respondo a todo o protocolo do SAMU, e ai a atendente me passa para o médico, o  
854 médico diz assim, não é prioridade ora! A questão colocada nem foi esta. Ele colocou. Eu sou um  
855 agente público, tenho fé publica, fui treinado em reconhecer dificuldades e ai como que o outro vai  
856 dizer pra mim que não é. É um problema que nos estamos perseguindo mesmo, não vamos dizer  
857 que não é real, porque é. Mas nos temos tentado avançar cada vez mais, porém não está fácil. Em  
858 relação à falta de documentos, eu quero dizer que Belo Horizonte, fez um grande esforço e está  
859 fazendo inclusive de cadastrar as pessoas que se encontram em situação de rua no CAD-Único.  
860 Por quê? É o critério para que ele possa se alimentar gratuitamente em qualquer um dos  
861 restaurantes populares. É um critério que esta sendo colocado no Brasil sem miséria, é uma  
862 orientação do Governo Federal para fazermos uma busca ativa deste sujeito. E além do que boa  
863 parte dos casos ele ainda poderá receber os benefícios que vai ajuda-lo a superar esta situação em  
864 que ele se encontra hoje. Em BH, nos temos em torno de 1900 pessoas cadastradas no CAD-Único,  
865 sendo que 1400 pessoas estão recebendo beneficio. E eu vou te responder do documento. Muitas  
866 vezes o sujeito para se cadastrar chega lá ele. Sem nenhum documento isso não é impeditivo para  
867 ele se cadastrar. Naquele momento ele vai se cadastrar e naquele momento ao identificar que ele  
868 não tem documento, começa toda uma articulação com o serviço de forma que ele possa retirar seu  
869 documento. Ele perde tira novamente, ele perde tira novamente. Nos centros de saúde e nos  
870 alberques, o que eu posso te garantir é que eles têm acesso a este serviço mesmo sem este  
871 documento. Pode acontecer do sujeito, às vezes, ser barrado lá e dizer, poxa vida, já é a décima  
872 vez que você vem tirar documento. Vamos ficar mais atento, vamos arrumar um lugar para guardar  
873 para você, mas não é impeditivo para ele acessar não de forma alguma. Inclusive quero dá um dado  
874 para vocês aqui. Nos mês de setembro acessaram o albergue municipal. Vocês conhecem o  
875 albergue que temos ali na rua Conselheiro Rocha? São 400 vagas que temos para moradores de  
876 rua e para imigrantes. Não é isso Ana Paula? No mês de setembro 1075 pessoas diferentes

877 acessaram este serviço e significa que nós trabalhamos 1070 diferentes. Uma média de 366 por  
878 noites. Para que se tenha uma ideia trabalhamos no limite o mês inteiro. Então assim é um acesso  
879 importante. E por último, falar com vocês neste sentido. Toda esta política que eu apresentei aqui,  
880 de acordo com o Decreto nacional, o recorte é população em situação de rua adulta. O foco é o  
881 adulto. Crianças e adolescentes estão sendo discutidas em outro foram. As redes de abrigo e  
882 outros. Não tem importância eu ter colocado isso aqui, pois eu vou conversar com o pessoal que  
883 coordena o centro de referência da criança e do adolescente e a Ana Paula, também. Porque nós  
884 precisamos estabelecer este diálogo com os meninos né! Por quê? Se está chegando esta questão  
885 de que no centro de referência não está dando para acessar e no centro de passagem tem um certo  
886 horário e se isto está sendo uma dificuldade para que eles possam ir para o centro de passagem,  
887 nós temos que equacionar esta questão. E eu me comprometo a levar esta questão que você  
888 colocou aqui, mas dizer que neste fórum nós não tratamos de criança e adolescente. MARCELO -  
889 Gente! Nós temos inscrições ainda da Fátima, Mauro e Márcio, e nós vamos encerrar com o Volney.  
890 Fátima, Márcio, Mauro e Volney. Eu pediria que fossem breve na suas... A Nilce também? Há tá  
891 então a Nilce também, porque já são 12 horas e nós temos uma pauta enorme ainda. M<sup>ª</sup> DE  
892 FÁTIMA - agora sou eu não? NILCE - É só uma questão. Embora seja, Soraia, a legislação seja  
893 atual e nós entendemos que esta interdisciplinariedade enfim ela também seja mais recente, e  
894 talvez em cima um pouco, eu não entendi direito a pergunta, se o Geraldo a questão que o Geraldo  
895 colocou logo no início, se vocês já tem a possibilidade de trabalhar com o egresso, entendeu? Pra  
896 avaliar esta questão da evolução do trabalho de vocês como um todo. M<sup>ª</sup> DE FÁTIMA – Soraia, eu  
897 gostei muito da sua apresentação, você está de parabéns, reconheço que a Prefeitura está fazendo  
898 um trabalho excelente, mas o que está me preocupando é com relação à questão que você colocou.  
899 As pessoas estão sendo cadastradas no CAD-Unico, tem 1400 pessoas cadastradas no CAD-  
900 Unico, beleza! As pessoas também estão recebendo serviços com a saúde da família. Eu gostaria  
901 de saber o seguinte. Os agentes municipais eles poderiam trabalhar junto também com a equipe da  
902 saúde da família, sabe por quê? Porque eu acho que para abordar estas pessoas eles já possuem  
903 todas as técnicas, a equipe multidisciplinar da saúde, junto com estes agentes municipais, porque  
904 não vai ter que limpar, porque quando o agente municipal chega para abordar, não é não? Eles têm  
905 pouca aceitação e se eles passassem a fazer o cadastro pela, porque eu sempre passo enfrente ao  
906 parque municipal, eu vejo o crescimento das pessoas que fazem o uso todos os dias eu passo de  
907 ônibus, que ficam ali o dia inteiro, podiam fazer um cadastramento junto com aquela população do  
908 parque municipal, que não é pouca. Eu acho que eles precisam. Não sei se tivesse condição de  
909 fazer um levantamento de todo aquele pessoal, para darmos assistência a eles, para que eles  
910 possam se alimentar, ter acesso a saúde de qualidade, beleza, enquanto também e o que foi falado  
911 pelo nosso companheiro, meu amigo que fez parte do conselho, em relação aos documentos, já que  
912 existe um comitê, existe este comitê, todas estas pessoas que perderam o documento, que vivem  
913 pedindo segunda via, que o comitê fosse um ponto de referência de repente se os guardas  
914 achassem, mandassem entregar para o comitê, para não ter este gasto imenso de dupla emissão  
915 de documentos. Então poderia haver um trabalho para melhoria desta questão. Outra coisa que  
916 coloco também, parcerias com as entidades grupos espíritas. Igual você disse que tem gente que  
917 ajuda, parecerias mais no atendimento, mais parceiros, talvez uma pessoa se aborda mais com  
918 uma equipe, a outra equipe vai convencer aquele sujeito não é não? As vezes, ele não está no dia  
919 bom dele, não quer aceitar, não quer ir para o abrigo. Uma parceria vai ajudar que lá na frente ele  
920 vai sair da rua. Se abirmos também com parcerias com entidades que trabalham com moradores  
921 de rua, nós iremos ter um avanço também. Obrigada! MAURO - Soraia é o seguinte Mauro, os  
922 dados que você apresentou ai são apenas da saída deles da rua, eu quero saber quanto à  
923 dificuldade de retorno. É isso! MÁRCIO - Boa tarde a todos! Os dados que foram apresentados aqui  
924 conselho até que motivou toda essa discussão com a sua apresentação aqui. Mobilizou este  
925 conselho e foi constituído um grupo de trabalho para fazer uma leitura destes dados que foram  
926 apresentados. Na discussão uma opinião pessoal, foi um alargamento do olhar com relação à  
927 complexidade da situação do morador de rua, dados os inúmeros dados e os motivos que foram  
928 apresentados para este conselho. Parte deste contexto você já se posicionou com relação às ações  
929 que a Prefeitura tá elaborando e atuando. Principalmente um dos dados que a Cristiane trouxe aqui,  
930 que foi um dos pontos que nós discutimos no nosso grupo, foi o atendimento por parte do SAMU, a  
931 negligência que é apontada aqui no dado informado pelo centro nacional de defesa. São situações  
932 muito complexas, pois do ponto de vista, vamos dizer assim até estratégico, do comitê. Você tem  
933 uma intenção de uma política ampla, intersetorial, para que este fenômeno seja enxergado de uma  
934 forma mais ampla. O fato é que esta discussão tem que chegar a partir da sua base operacional,  
935 quem tá lá na ponta do processo. Este é um dos grandes dificultadores, porque na medida em que  
936 eu tenho uma violência, uma negligência, praticada pelo agente público, significa que este agente  
937 público ele está subordinado a uma determinada instância da política. Como este processo tá  
938 ramificado para que lá na ponta chegue esta intenção que o comitê tem com relação à abordagem  
939 desta população, porque esta população é uma população em completa vulnerabilidade e não é só  
940 da assistência como foi colocado. Então o olhar tem que ser múltiplo. Este agente que são inúmeros  
941 agentes irá lhe dar na ponta com esta população. Como o comitê está agindo em cima desta  
942 situação. VOLNEY - Soraia brilhante sua explicação sua exposição. Estou me perguntando o  
943 porquê que estes comitês, se este comitê já pediu explicação para o conselho estadual de saúde e  
944 para o conselho municipal de saúde, o porquê do não atendimento do SAMU, por parte das equipes  
945 do SAMU, qual é o entendimento jurídico, porque tudo hoje é judicializado, qual é o entendimento  
946 da Procurado do Município, com relação a este não atendimento. Porque que a Procuradoria  
947 também não aciona juridicamente, uma vez que todas as entidades são judicializadas e porque que  
948 este parecer deste jurídico hoje quanto à negação deste atendimento por parte da saúde.  
949 Exatamente! Então eu queria que você levasse isso ai para que os procuradores do município nos

950 dessem esta resposta. Qual é a posição e eu gostaria de saber por que também, quais as  
951 explicações, se já pediu explicação para o conselho municipal de saúde e para o conselho estadual  
952 de saúde. DOLORES - Outro dia estava na rua e um passando mal lá, passando mal, morador de  
953 rua. E aí realmente teve um cara que pegou o telefone para chamar o SAMU, e aí eu falei "isso tá  
954 parecendo uma manifestação de hipoglicemia, porque ele comeu muito, quem sabe você sai  
955 correndo ali pega uma coca-cola e uma balinha". Na hora que ele deu a coca-cola e a balinha para  
956 ele ali, ele melhorou. Quer dizer justificativa o SAMU chegar lá. Que conhecimento o cidadão deve  
957 ter para ser solidário com o outro. Saúde passar para nós. Porque tem ações emergenciais que nós  
958 temos que utilizar, então muitas vezes, pois é! Então nós temos que ter a informação certa. Não é  
959 só o SMAU chegar não, ele morreria lá! (fala ao fundo). M<sup>a</sup> DE FÁTIMA - Sabe o que eu vejo,  
960 emergência é emergência! Não tem que ser acionado não gente. GERALDO - Ô gente, por favor! A  
961 Soraia, por favor! SORAIA - Vou tentar falar rapidamente para não atrasar o almoço de vocês. Bom!  
962 GERALDO - Conselheiros eu sei que já estão todos com fome, mas, por favor. SORAIA - 5 minutos.  
963 Primeiro tratar a questão dos regressos dos indicadores. Vou reiterar, é um desafio nosso, o serviço  
964 de abordagem tem trabalhado nisso de identificar, quantos foram abordados, quantos foram  
965 identificados, quantos saíram da rua, quantos retornaram. Mas nós estamos ainda com dificuldade  
966 desta informação, não temos ainda um sistema de gestão desta informação. É tudo manual, limites  
967 que vocês conhecem bem, portanto é uma questão que está posta, mas não temos ainda como  
968 mensurar. Segundo, o que a fatinha sugeriu, essa articulação com outras áreas, os serviços de  
969 saúde, nós estamos trabalhando neste sentido. Inclusive os escritórios de rua contam com  
970 servidores da saúde e servidores da assistência, exatamente para que o know-hall das duas áreas  
971 possa ser articulado e tenham atendimento do sujeito. E também para parar com esta coisa de que,  
972 pela manhã vai à saúde e aborda o sujeito na rua, à tarde a assistência social e a noite a secretaria  
973 de segurança pública, por meio da guarda municipal, o sujeito é um só. E aí, como eu disse  
974 anteriormente, qual é o carro chefe da nossa política, a abordagem social. O sujeito foi abordado ali,  
975 ele vai ser pensado em sua integralidade e aí tem toda uma articulação com a saúde com a  
976 assistência, para que possamos evitar este atendimento compartimentado, porque isso não garante  
977 a efetividade da política. Então estamos trabalhando neste sentido. Esta proposta que você  
978 colocou, é o que está colocado como meta para o ano que vem. Nós queremos inaugurar um centro  
979 de recuperação de documentos, em nível central, para que documentos das pessoas em situação  
980 de rua, que são encontrados na rodoviária, nos equipamentos, nas ruas em fim em qualquer lugar  
981 estejam cadastrados neste centro para que não seja preciso gastar toda hora, o sujeito tirar. Isso  
982 cansa também, imagina o sujeito tirar o documento 10 vezes. Isso está colocado como meta para o  
983 ano que vem. Vou acertar isso com a Ana. Em relação às parcerias que você falou, vou concordar  
984 em gênero, número e grau. Hoje a execução dos serviços que nós temos no município tanto para  
985 albergamento é feito através de uma execução indireta. É feito tudo em parceria com a  
986 sociedade civil, algumas delas com uma questão espiritual bem definida e que tem todo o Know-  
987 hall, todo o tratamento para esta questão e para um fenômeno tao complexo, não podemos  
988 acreditar que só há uma resposta. Há comunidade evagelica tem uma resposta que alguns irão  
989 aderir, a comunidade espírita tem uma resposta que outros irão aderir a católica outra, o poder  
990 público outra, enfim, nós temos que fazer mesmo este alargamento de parcerias para o sujeito  
991 possa integrar aquilo que tem haver com a cultura dele, com a experiência de vida dele. Esta é a  
992 nossa posição, do governo municipal. Nós apoiamos este ano duas ações importantes uma da  
993 Cristolândia, instalada dentro da Pedreira Prado Lopes, da Igreja Evangélica que está abordando  
994 pessoas lá na região em situação de rua e com uso de crack e o município vem apoiando e outra  
995 que foi feita pela Aliança de Misericórdia no mês de outubro, mas não sei se vocês sabem mais as  
996 pessoas, os missionários da Aliança de Misericórdia, inclusive eles dormem nas ruas com os  
997 moradores de rua. Sabiam disso? Porque eles acreditam que, primeiro isto é um ato de fé, de  
998 doação ao outro, é uma questão espiritual e segundo porque na metodologia deles se colocar na  
999 situação do sujeito, aproxima é uma coisa que o limite do poder público não permite, mas que uma  
1000 entidade tem uma outra visão pode fazer. Então estamos apoiando cada vez para ampliar este  
1001 leque. Como que nós fazemos para que as questões que aparecem para o comitê, cheguem na  
1002 ponta? Vou pegar o exemplo da formação dos guardas municipais. No primeiro momento quando  
1003 apareceu no comitê, olha os guardas municipais, estão cometendo abuso, eles estão exagerando  
1004 na dose, o tratamento dispensado aos moradores de rua não tá legal. A primeira posição do comitê  
1005 e é um comitê porque é uma panela de pressão, porque tá tudo muito bem, mas a qualquer  
1006 momento ela poderá explodir. Ainda mais que irá reunir interesse de todas as áreas. A primeira fala  
1007 é que tem que mandar embora, tem que punir, tem que exonerar etc. Eu sou da área da educação,  
1008 me apresentei aqui como professora. Eu, Soraia, só acredito na mudança de uma sociedade pelas  
1009 vias da educação. Brasil é um país que tem leis, de todas as áreas, uma país que tem uma  
1010 legislação inclusive avançada em vários pontos, mas nós falhamos em vários aspectos. Nossa  
1011 sociedade ainda não chegou em uma situação de está cumprindo o que está na legislação. Então  
1012 muito mais, não é que não tenhamos que ter ações coercitivas e punitivas, mas muito mais que  
1013 isso, eu acredito no processo de formação. E foi no comitê que nós discutimos, então para mudar o  
1014 que está acontecendo nós vamos conversar com os guardas. Nós vamos conversar com os guarda  
1015 e vamos ter que mostrar para eles, que tem uma situação que é legal e que tá impondo limites na  
1016 atuação deles, tem questões que aparecem no comitê, inclusive na formação deles. Na parte da  
1017 tarde são casos reais. São situações que apareceram no comitê de violação dos direitos e que eles  
1018 sentam em grupo e eles vão debater e dizer por que aconteceu aquilo. E dizer como poderia ter sido  
1019 diferente. Estamos investindo na mediação de conflitos, então eu achoq eu o caminho é pela vida  
1020 da educação. Acho não! Vocês vão me perdoar, eu to convencida que é pelo caminho da educação.  
1021 A mesma coisa é aquilo que você colocou em relação ao SAMU. Voce não pode imaginar o meu  
1022 nível de constrangimento quando eu escuto uma situação de que tem um sujeito caído na rua e não

1023 é atendido. Existe uma questão clara que é o limite do serviço. Sabemos que são poucas unidades  
1024 e o tamanho de Belo Horizonte, isto está posto. Outra coisa é o serviço de urgência. Então tá claro  
1025 ali seu protocolo, porque é um serviço de urgência. Mas se é um serviço de urgência e o SUS é  
1026 universal não cabe à pergunta se é morador de rua. Porque nós ainda não chegamos ao conselho  
1027 municipal de saúde ou ao conselho estadual de saúde, porque nós estamos insistindo mais uma vez  
1028 em uma conversa no gabinete da secretaria municipal de saúde. Tivemos uma conversa nesse ano  
1029 em função de restrições da legislação eleitoral, foi um ano complexo, praticamente trabalhamos meio  
1030 ano, então nós tivemos dificuldades, isto está posto. Vai ser apresentado para o Prefeito e temos  
1031 uma orientação clara do Secretário de Governo. É para atender! Se, é para atender todos os casos,  
1032 como você muito bem colocou. Eu fiz uma formação com a equipe do SAMU. Eu acho que os  
1033 guardas municipais todos deverão passar por isso, por exemplo, porque necessitamos saber em  
1034 que situação é possível contornar com uma bala e em que situação existe risco de vida. Mas as  
1035 pessoas devem ser treinadas sobre isso. Então assim nós estamos nesta tentativa, porque vamos  
1036 chegar em um momento em que se não tiver uma solução, né! Temos urgência então urgência não  
1037 tem que perguntar é negro, é branco, é mulher, é população de rua, não, é pra todo mundo. Então  
1038 por isso não chegamos lá! E por ultimo. Haa eu falei tudo né. Faltou alguma coisa? Falei da falta de  
1039 (fala ou fundo) rss, isto eu não vou falar não, porque vou confiar no bom senso dela aqui. É isso eu  
1040 vou deixar disponível a apresentação se vocês quiserem. GERALDO - Conselheira Ana Paula,  
1041 questão de ordem. ANA PAULA - Primeiro agradecer viu Soraia, foi muito importante e como colega  
1042 sua de BH, foi ótimo sua apresentação no conselho, esclareceu questões que nós ponderamos no  
1043 grupo. Nós tivemos um grupo de discussão, a partir de dados do centro, convidar a prefeitura de  
1044 BH. Uma solicitação para você. Enviar uma copia do parecer classificado para o conselho. Você  
1045 manda para o conselho? SORAIA - eu posso encaminhar aos cuidados do presidente. Eu vou  
1046 mandar em arquivo impresso, mas temos em arquivo eletrônico, de forma que possa ser  
1047 disponibilizado para todos os conselheiros. Eu gostaria de agradecer muito, acho que cada vez que  
1048 debatemos aprendemos mais. E coloco-me à disposição de todos e tão logo seja fechada a agenda  
1049 com o Prefeito em dezembro, comprometo-me a enviar o convite para que vocês possam participar  
1050 e ver o balanço que será feito, porque é importante. Reunindo forças para que avançarmos e  
1051 construirmos minimamente condições para alcançarmos estas pessoas que se encontram em  
1052 altíssima situação de vulnerabilidade. GERALDO - Soraia, mais uma vez obrigada. Aplausos. Esse  
1053 colegiado fica imensamente grato, pelas próprias manifestações do debate. A importância que nós  
1054 temos de interagir com essas políticas públicas de BH, mesmo porque nossa capital, somos muitos  
1055 conselheiros estaduais e penso que temos muito que contribuir na esfera federal. Obrigada por ter  
1056 vindo, por ter atendido, desculpe o atraso mais uma vez e em outras oportunidades teremos  
1057 pessoas igual a você do nosso lado. Obrigada! Pois não George! (não audível). Pessoal, eu não  
1058 estou entendendo porque os conselheiros estão de pé. Ficaram emocionados com a fala do  
1059 George? (risos) Pessoal, eu gostaria de assumir um compromisso. E nós assumirmos um  
1060 compromisso conosco mesmo, meio-dia e vinte dois. Dá pra voltar 1h:15min, no máximo, hem?  
1061 1h:15min pode ser? 1h:30min? Mais qual é a proposta, não temos tema. Vamos avançar mais um  
1062 tópico. ROBERTA - Eu queria até inclusive, para melhorar nas próximas plenárias, eu gostaria muito  
1063 que a pauta tivesse este olhar, porque tudo que nós discutimos aqui é de suma importância, por  
1064 exemplo, esta apresentação de Belo Horizonte hoje foi fantástica, porém é preciso que seja  
1065 organizada esta pauta, até para que não seja chamado os convidados e nós tenhamos que trocar,  
1066 por conta da votação que tem que ser feita e tem que ser feita com coro, não deixar o convidado  
1067 esperando, então nós temos que ter cuidado com a construção da pauta, caso contrário ficará isso.  
1068 E nós comprometemos o horário de almoço, volta para cá, ficamos até tarde, então necessitamos  
1069 ter este cuidado na hora que chamarmos os convidados. Às vezes até ficar para a parte da tarde  
1070 para que não fique na correria. GERALDO - Roberta, eu quero entender sua colocação. Como  
1071 assim ela é construtiva, não quero trazer para mim a responsabilidade não é o caso aqui, ou  
1072 procurar culpados. Nós incluímos aqui quatro temáticas, que foram falas. Enquanto participantes, no  
1073 Espírito Santo, isto talvez tenha promovido o atraso que nós pedimos desculpas para a querida  
1074 convidada. Então não foi erro de construção de pauta e sim erro da condução da gestão aqui  
1075 durante a plenária e eu assumo este erro. Pessoal eu quero só antes de nós sairmos para o  
1076 almoço, comungar com você o seguinte. Sugestão de avançarmos mais um item. E aí eu não sei  
1077 que item seria, mas um de maneira rápida, a segunda situação antes até de saber que sugestão  
1078 irão dar, eu gostaria até de a nossa querida Henedina Dias Fernandes, por favor, fique de pé, é a  
1079 nossa nova companheira no conselho estadual, representando a sociedade civil no município de  
1080 Japaraíba, aplausos. Henedina seja bem vinda, sente-se à mesa, por favor, e considere-se  
1081 empossada como conselheira do conselho estadual de assistência social. (conversas não audível).  
1082 Pessoal deixa eu fazer uma pergunta para os conselheiros. Tem alguém que necessariamente  
1083 precisa se ausentar agora à tarde após o almoço? Conselheira Adriana só? Conselheiro Marcelo.  
1084 Dois! Só os dois? Ok! Porque nós temos duas sugestões aqui de inversão de construção de  
1085 tratativa de pauta agora, uma da Nívia e outra do Marcelo. Certo vou passar para os dois. NÍVIA - A  
1086 minha sugestão é avançarmos agora na sugestão de pauta da prestação de contas. Nós temos  
1087 ainda 40 minutos e acredito que com 40 minutos nós iremos conseguir superar. MARCELO - E a  
1088 minha proposta são os pontos mais leves de serem resolvidos antes do almoço e ficaríamos os pontos  
1089 de pautas que são de importância de deliberação como é o caso da prestação de contas e o plano  
1090 estadual para após o almoço. Se nós vamos ter coro, como o problema é o coro estes problemas  
1091 mais extensos ficariam para a parte da tarde. Nós vamos sair uma hora. Isso, então, temos duas  
1092 propostas, estes pontos mais densos para a parte da tarde e os mais leves para agora. A proposta  
1093 da Nívia é de fazer a prestação de contas agora. GERALDO - Está aberta a plenária, o que  
1094 fazemos? Prestação de contas ou a proposta do Marcelo? Nós estamos votando, tem duas  
1095 propostas para tratativa agora. Então, quem é a favor que seja a proposta do Marcelo, que é a

1096 tratativa de alteração de data, a outra e a prestação de contas agora antes do almoço. O  
1097 compromisso é sairmos às 13hs. Quem é a favor que nós (vozes ao fundo), então quem é a favor  
1098 da proposta do Marcelo, 8, ok, abaixa por favor. Quem é a favor da proposta da prestação de  
1099 contas, 3, OK! Então nós vamos avançar. Podemos seguir então. Fica a prestação de contas logo  
1100 após o almoço, nos comprometendo em uma hora voltar, porque precisamos de coro. Então só  
1101 temos dois conselheiros que irão sair mais cedo. A segunda situação é, qual é o ponto que você  
1102 quer inciar, Marcelo? Você quem sugeriu. Vamos seguir a pauta, ok! Então vamos lá apreciação  
1103 169 plenária ordinária foi encaminhada no dia 10 para todos os conselheiros. Tem alguma, pelo  
1104 menos não recebermos as inclusões por e-mail, aquelas que receberam por e-mail, e-mail eletrônico  
1105 foram incluídas, tem alguma outra? Não! OK! Então tá aprovado por unanimidade, alguma abstenção,  
1106 algum voto contrário? Não, então pronto! A outra situação é inclusão. NÍVIA - A conselheira Anália  
1107 sofreu um acidente de carro e felizmente encontra-se bem. Após repouso, houve um capotamento,  
1108 mas quis Deus que ela continuasse conosco aqui. Ainda por mais tempo. E ela nos passou um e-  
1109 mail falando a respeito, encaminhado pela conselheira Nívia, e a conselheira irá fazer o  
1110 esclarecimento sobre o e-mail que recebemos da Anália. Bom, a denúncia que a conselheira Anália  
1111 nos trouxe não é a primeira, nós já recebemos denúncias da mesma natureza por e-mail na  
1112 secretaria que é com relação ao fechamento de um CRAS no município de Cristais que é la da  
1113 regional de Divinópolis, onde o polo telepresencial é Campo Belo. E na aula do telepresencial a  
1114 Anália tomou conhecimento do fechamento desse equipamento. Fizemos uma verificação junto ao  
1115 município, junto à gestora municipal e é uma situação que está muito recorrente, acredito que não  
1116 só no nosso estado. Mas a troca de gestores municipais os técnicos são contratados, os prefeitos  
1117 tem que encerrar os contratos. Os contratos que estão vencendo agora no final do ano, eles por  
1118 questões legais não podem ser renovados, porque eles teem que entregar a gestão e á prestação  
1119 de contas. O que este município nos disse é que eles têm técnicos que estão na secretaria de  
1120 assistência social, dando continuidade ao trabalho, atendendo às demandas e na medida do  
1121 possível dando seguimento aos serviços que eram ofertados no equipamento. Nós tivemos outros  
1122 municípios já acatando a denúncia nós fazemos o contato com o município. Já teve município que  
1123 enviei um técnico para ir *in loco*. É uma situação que como nós, a Ana até eu me senti contemplada  
1124 na fala da Ana, quando ela disse das discussões lá do conselho nacional em Vitória, é que diz  
1125 respeito ao momento de avanço do sistema único, mas também de precariedade dos recursos  
1126 humanos, pois sabemos que a grande maioria dos técnicos dos serviços são vinculados via  
1127 contrato. Estamos também, fazendo um levantamento com relação aos dados do IDCRAS, inclusive  
1128 este conselho recebeu junto conosco informações do MDS, sobre o IDCRAS do Estado, o ponto  
1129 mais crítico do IDCRAS do país é com relação a recursos humanos. E a vinculação dos  
1130 coordenadores, porque os municípios têm coordenadores de equipamentos que são contratados,  
1131 então neste momento de troca de gestão política eles estão sendo demitidos e exonerados, mas o  
1132 que os municípios tem nos informado é que nem todos tem fechamento de equipamento, mas eles  
1133 já estão entrando em uma fase de déficit de servidores, de trabalhadores por questões de contrato.  
1134 É um desafio que nós temos que entrar. Eu acredito que nós vamos entrar ai na revisão da NOB-  
1135 RH, porque a NOB-RH, não deu conta de ser efetivamente implementda. Este é um reflexo dessa  
1136 precariedade que nós ainda temos, no sistema como um todo em termos de recursos humanos.  
1137 Então, o município de Cristal nós fizemos uma análise, ele tem uma gestão bem avaliada, eles  
1138 possuem só um CRAS, é um município de pequeno porte e segundo informações da gestora, o  
1139 fechamento do CRAS, é um CRAS que funcionava 6 horas, já era um fechamento irregular por  
1140 questões de recursos humanos, mas segundo a gestora o atendimento não esta comprometido.  
1141 Esta sendo feito pela secretaria de assistência social. Mas eu quero trazer para vocês, porque é  
1142 uma situação que nós iremos deparar de agora até o inicio do ano que vem em muitos municípios,  
1143 que nós acreditamos ser por conta da transição municipal e por conta da Lei de Responsabilidade  
1144 Fiscal. Que nós sabemos que o Prefeito não pode passar para o gestor seguindo com estas  
1145 pendências de contratos e prestação de contas de encerramento de convênios. ROBERTA - Eu  
1146 quero fazer uma observação. Eu acho que a Anália traz uma denúncia, eu acho que a denúncia  
1147 assim ela não pode ser tratada nesta resposta. Eu acho que como nós sempre tratamos as  
1148 denúncias que chegaram aqui. Eu acho que ela tem que ir para a comissão, tem que ter uma  
1149 resposta a este gestor porque nós não podemos. Nós não podemos aceitar que ele feche um  
1150 CRAS, e esta sendo atendido na secretaria porque ai ele não está no sistema, embora nós já  
1151 mudamos de gestão a 4 anos atrás e tivemos uma serie de outras questões, agora vai depender da  
1152 tratativa que vamos dá aqui. Porque se fizeram a denuncia de que tem um equipamento público  
1153 fechado que nós estamos apostando que para o SUAS funcionar se não tiver CRAS se não tiver  
1154 CREAS, não tem SUAS, se achar que vai ser atendido na secretaria para nós tá de bom tamanho  
1155 eu acho que está errado. Aí no meu tem que ser encaminhado para lá. Abrir um processo, a  
1156 SEDESE tem que responder quais os financiamentos que estão lá, se tem financiamento tem que  
1157 ser suspenso e tem que ser notificado. Tem que aplicar plano de providencia para sabermos em  
1158 que prazo, com todos os desafios que foram colocados, pois isso é do sistema, como geral, eu acho  
1159 que são desafios que nós colocamos quando esta fazendo avaliação do sistema como um geral.  
1160 Agora aqui trata de uma denuncia especifica, foi dito, CRAS de Cristal está fechado. OK! Ele tem  
1161 todos os problemas como os outros têm. Agora qual é à medida que este conselho vai tomar. É isso  
1162 não? A comissão tem que formar um processo e tem que vir alguma coisa este conselho tem que  
1163 deliberar em cima disso, tem que ser notificado, porque se não vamos tratar isso de uma forma  
1164 muito natural. Amanhã tá todo mundo mandando pra cá fechou lá beleza, não tem problema, tá  
1165 sendo atendido lá então vamos tocar a vida. Aí o que é SUAS? SUAS é isso ele tá lá em uma  
1166 gestão boa. Porque não pode está em uma gestão boa. Ele não tem CRAS uai! O que é que está  
1167 funcionando lá. Você está dizendo que o CRAS, está fechado, vamos entender as dificuldades, mas  
1168 nós também temos que ser propositivo para sabermos que nós também vamos resolver isso,



1169 porque nós não podemos falar que tem SUAS lá e que está com uma gestão boa que é pior ainda.  
1170 (falas não audíveis). NÍVIA - Eu acho que tenho que fazer um esclarecimento aqui. Esqueci-me de  
1171 dizer que o município já tem um plano de providencias, nos fizemos à tratativa normal, que a  
1172 secretaria tem que fazer, como a Roberta disse. Eu que eu quis dizer é o seguinte, não é que a  
1173 gestão está boa. Ela já está sob o acompanhamento da secretaria da assitencia social, agora, como  
1174 a denuncia veio para este conselho também e do ponto de vista da secretaria, ai eu quero dizer  
1175 para vocês 437 municípios com plano de providencias que já estão em processo de  
1176 acompanhamento, monitoramento, eu tenho os dados mais específicos deste monitoramento eu  
1177 posso está trazendo para vocês a tarde. Porque inclusive ele já esta aqui no meu e-mail, porque  
1178 esta denuncia veio muito emcima da hora e eu pedi a diretoria especifica desta área para fazer esse  
1179 levantamento e eu já tenho todos os dados que eu possa está passando à tarde de um modo geral  
1180 de estado e de municípios. Agora fica aqui para este conselho de um modo geral aberto, as  
1181 discussões e as definições dos encaminhamentos que serão dados neste conselho. E eu coloco a  
1182 secretaria á disposição para está trazendo estas informações com relação a providências das ações  
1183 que a SEDESE, que a subsecretaria de assistencia social está desenvolvendo junto a estes  
1184 municípios. Mas eu não quis, em momento algum, dizer que a gestão está boa não tá Roberta!? É  
1185 que nós estamos, inclusive ...(vozes ao fundo). Inclusive enquanto secretaria de assitência social,  
1186 estamos tomando todas as medidas cabíveis, é um município que já está com o plano de  
1187 providências, nós já retornarmos este plano de providências, eles ainda estão no prazo e sim, no  
1188 âmbito do conselho é o que nós vamos discutir aqui. GERALDO - O encaminhamento para a  
1189 comissão de apoio que precisa, por favor, conselheiras. O debate é para o colegiado inteiro, vamos  
1190 parar com isso, por favor. O encaminhamento é para a comissão de apoio que deverá fazer a  
1191 tratativa dentro da comissão, inclusive com reinvidicações da comissão que Nívia tá colocando  
1192 aqui, que poderão trazer à tarde. Que ótimo então! A comissão debrusse sobre isso. Acho que nós  
1193 temos que dá resposta sim, e cobrar aquilo que foi no que diz respeito do controle social. OK!  
1194 Podemos ir para o F direito sim! Aqui é o seguinte. Eleição da mesa diretora adiada para dezembro  
1195 a pedido da SEDESE, eu tive uma reunião com os Secretários de Estado e eles mesmos pedirão  
1196 que nós assumissimos a presidência, a mesa diretora assumisse ainda a presidência na discussão  
1197 da plenária de dezembro em função de começar o ano com a nova diretoria que será eleita. Então  
1198 tanto a sociedade civil como o governo, acham que têm que pensar em que serão os componentes  
1199 desta mesa para o mês de dezembro. Então, assumiremos o dever e assumiremos também o mês  
1200 de dezembro. Pergunto se alguém tem alguma coisa contraria a isso? Ok! Então, não só informado  
1201 como decidido. Ponto G Marcelo? O que foi? Ponto G, avaliação, rsss, depois vamos pedir para  
1202 você gravar a sua fala, que é bem melhor que essa que está sendo gravada. Avaliação da data da  
1203 próxima plenária. Conselheiros, já estamos com fome! Agendadas para os dias 13 e 14 de  
1204 dezembro, verificar se será ampliada. Porque já houve reserva do colégio Loyola, no dia 14 e ainda  
1205 tem questão nesta mesma data em Brasilia acontecerá o encontro nacional para discussão para os  
1206 trabalhadores do SUAS. Aí Roberta, eu fico lembrando das várias denúncias, não só do município  
1207 que veio aqui agora, feita por Anália, mas temos feito evento em cada um dos municípios, trinta e  
1208 tantos municípios já, muitos municípios denunciando o seguinte: "Geraldo nosso CRAS já está  
1209 destituído, tá demitido, porque o Prefeito não nomeia novas pessoas no CRAS". Então é mais um  
1210 momento para nós refletirmos mesmo sobre esta questão nesta promiscuidade eu diria para  
1211 flexibilização do direito trabalhista nesta relação. Mas enfim vamos para as datas de dezembro.  
1212 Marcelo! MARCELO - Presidente é o seguinte nos dias 13 e 14 a proposta é de plenária ampliada.  
1213 Ampliada aqui em Belo Horizonte e neste mesmo dia estará acontecendo este seminário nacional  
1214 dos trabalhadores do SUAS, de grande importância com a participação dos conselheiros, para a  
1215 SEDESE também participar deste encontro considerando que nos estamos com a mesa de  
1216 negociação do SUAS, e aqui Minas Gerais é o único Estado, pelo menos com os outros Estados  
1217 que eu conversei, é um dos poucos que está discutindo a mesa de negociação do SUAS, a  
1218 proposta que eu faria é que essa reunião deixasse de ser ampliada, por dois motivos, a primeira por  
1219 este e a segunda porque estamos em mudança de governo, muitos municípios não virão aqui,  
1220 considerando até o que foi falado aqui pela esta denúncia da Nívia. De problemas de pessoas e é!  
1221 Então a proposta que eu faço é de fazermos a plenária ordinária, aquilo aqui no conselho Estadual e  
1222 eu pediria que nós mudássemos esta data considerando que é a última plenária do ano e alguns  
1223 conselheiros poderão participar e nós já fizéssemos nos dias 10 e 11 e ao invés de fazermos na  
1224 sexta, na segunda e na terça. Porque aí teríamos condições de participação de todos os  
1225 conselheiros. GERALDO - Tá aberto aos conselheiros e sairmos de 13 e 14 em função do encontro  
1226 em Brasílie a passarmos para 10 e 11. E que não seja ampliada e sim ordinária, alguém problema  
1227 de data, problema de agenda. Alguma questão contrária. Ok! Aprovado? Ok! Pois não, conselheiro  
1228 Márcio. MÁRCIO - Só uma questão a demanda pela reunião ampliada foi feita pelo conselheiro  
1229 George em função de uma demanda. Já tinha sido deliberada na plenária anterior que haveria. Em  
1230 relação a esta mudança como se posicionaria as URCMAS das regiões metropolitanas? Gostaria de  
1231 ouvir o conselheiro Georges. Essa mudança de gestão realmente vai ser preocupante. É melhor  
1232 mesmo mudar essa ampliada para o ano que vem. ANA - Eu acho que é pertinente adiar a reunião  
1233 ampliada porque nós temos que verificar a situação dos municípios da região metropolitana e a baixa  
1234 participação tem incomodado bastante, não só as reuniões da URCMAS e as mobilizações que nos  
1235 temos feitos. Nas regiões de URCMAS da região metropolitana estamos com uma media de  
1236 participação de 4, 5 municípios e 34 pessoas. Toda convocatória que é feita por telefone, por e-mail,  
1237 eu acho que neste momento que nós estamos vivendo uma transição política, pode ser de  
1238 baixíssima participação em uma plenária. ROBERTA - Que isso! Eu só queria fazer uma sugestão  
1239 em cima do que ela disse. Eu concordo com você em fazer ela no dia 10 e 11 em função disso. Se  
1240 nós estamos tendo poucos municípios, qual o problema de fazermos aqui e convidar, dizendo a  
1241 região metropolitana tá convidada, se vier 5 municípios, cabe aqui perfeitamente isso é uma questão.

1242 Não gente! Veja bem! Ao mesmo tempo em que nós falamos vem pouco ou vem muito, é só para  
1243 termos um termômetro, nove município cabe aqui sem nenhum problema isso é uma questão  
1244 George. A segunda questão é, porque é importante convida-los para assistir nesta perspectiva que  
1245 nós vamos fazer uma plenária normal para eles assistirem, agora penso que podemos ter em pauta  
1246 algumas preocupações que eles podem fazer como nós falamos lá em Montes Claros, inclusive com  
1247 a mudança de gestores gente. Nós temos que pensar em alguma estratégia para orientar estes  
1248 gestores municipais, para que eles tenham isso como base na mudança de gestor. Porque se não  
1249 fica assim, muda gestor e não tem nada armazenado não tem estratégia nenhuma ai sempre somos  
1250 pegos com as calças na mão! Eu não vejo comprometimento de nós fazermos à plenária aqui,  
1251 convida-los para assistir. A plenária normal, ao invés de fazermos uma nova metodologia de  
1252 plenária ampliada, nós convidarmos para assitir aqui, inclusive dizer assim. Para o próximo ano  
1253 vocês serão os primeiros para nós fazermos a metodologia de uma plenária ampliada. Mas eu acho  
1254 que vale a pena o convite para eles até para atender um pouco a demanda que o conselheiro  
1255 apresentou. GERALDO - Bom! Estou entendo que pela alteração de data existe uma concordância,  
1256 segundo a situação é. Se ampliada ou não pelo que a Roberta coloca e pelo balançar das cabeças  
1257 que eu posso encaminhar e chamarmos os presidentes da URCMAS metropolitanas para participar,  
1258 porque o caráter do ampliado é diferente. Nós chamarmos o presidente é importante, pode ser  
1259 assim? Pois não Fátima. M<sup>ª</sup> DE FÁTIMA - Já que ao chama-los nós prepararíamos uma meia hora  
1260 ou uns quarenta minutos para recebermos com alguma pauta, porque se não, eles irão chegar aqui,  
1261 com a mesma situação sem entender nada, porque igual ficamos em Montes Claros, uma pauta  
1262 intensa, muitas pessoa foram lá, participaram da plenária, ouviram todo o relatório que nós estamos  
1263 lá, peço também que seja incluído um ponto de pauta para instrui-los naquilo que eles irão buscar.  
1264 GERALDO - Ok! Então mudamos para 10 e 11 não será ampliada, iremos convidar presidentes de  
1265 URCMAS, diferenciada e com um ponto de pauta que a Fátima. Só faltou um detalhe nós precisamos  
1266 deliberar quem irá para o encontro em Brasília, nós temos uma mesa por acontecer, fizemos uma  
1267 reunião para negociação do SUAS e a outra foi cancelada. Tem sido postergada a primeira. Então  
1268 eu não tenho formação pautaria, eu penso o seguinte nós podemos rever esta data e no meio do  
1269 trabalho tem o GT e aí da parte governamental Nívia, poderia ver quem é que faz parte do, isso! Aí  
1270 nós vamos ver quem vai, eu acho que não há necessidade de irem os seis, eu acho que se for um  
1271 de forma paritária é o suficiente. Nós temos que otimizar o dinheiro público aqui, porque todos os  
1272 três de cada lado tem condições plena de chegar aqui e socializar a informação. OK! O Volney tem  
1273 condições de ir representando a sociedade civil e você Nívia indica o governo e não precisamos  
1274 gastar tempo agora. Independente! Nívia, de forma paritária eu não vejo, aí o Volney vai pela  
1275 sociedade civil, OK! Pronto. Vencemos este ponto! Ok! Vamos para o próximo ponto D, é o UHE,  
1276 Barra de Braúna lá de processo adminsitrativo e o encaminhamento será feito pela resolução,  
1277 pergunto. Primeira situação. Eu participei desta audiência no MP, e o conselho foi Barra de Braúna,  
1278 houve um encaminhamento para um certo concessão, em função de a promotoria o promotor  
1279 perguntou as duas partes atingida pelos empreendedores como estaria a situação, ambos  
1280 manifestarem e ratificarem que existia concordância nas tratativas e ao ouvir o conselho eu disse  
1281 para ele que as duas partes teriam mais propriedade para falar do que estava acontecendo, muito  
1282 embora em função do acompanhamento e monitoramento deste conselho haviam equívocos sendo  
1283 cometidos por ambas as partes, mas que caminhavam para uma concordância e que não  
1284 poderíamos atestar se varias situações que os programas e os projetos e os movimentos que estão  
1285 no andamento deles e que não poderiam atestar que no futuro iram trazer resultado positivo, foi um  
1286 acordo e que até aquele momento não havendo concordância o conselho estaria de acordo com as  
1287 tratativas. Assim sendo, nós encaminhamos uma correspondência á SEDESE, nos mesmos moldes  
1288 bem similiar aos moldes de Candonga e ainda não obtivemos resposta desta situação e eu gostaria  
1289 de saber se tem ainda ou se estão pensando, para sabermos que posição tomar em respeito aos  
1290 Condongas nós fizemos uma resolução especifica desta responsabilidade que julga o empreendedor  
1291 por parte da SEDESE e ai precisamos ouvir independente se já tem resposta ou não. ROBERTA -  
1292 Na verdade o jurídico já está analisando e ainda não chegou nada aqui Consolação então ainda não  
1293 tem resposta. Aí, assim que o Jurídico completar sua resposta lá eles irão passar para cá.  
1294 GERALDO - Algum outro comentário a respeito dessa situação? MARCELO - Sim! Eu tenho uma  
1295 pergunta se será feito uma resolução. A discussão que eu lembro de ter ocorrido quando nós  
1296 pretendíamos encaminhar o ofício à SEDESE, sobre a responsabilidade da SEDESE nessa  
1297 mediação é nos mesmos moldes que ocorreu em Candonga e é o que nós discutimos é que o  
1298 conselho estadual não tem mais condições de assumir a responsabilidade pela execução daquela  
1299 situação que saiu das nossas mãos e não temos como mais dar conta da situação. Penso que nós  
1300 estamos tomando medida equivocada quando nós encaminhamos solicitando a mediação eu acho  
1301 que nós já temos que sair daqui com uma deliberação repassando a responsabilidade para o  
1302 Estado, para que ele já tome as providencias nas mesmas situações que ocorreu em Candonga,  
1303 mediante uma resolução também nos mesmos moldes. ROBERTA - Se essa pauta que o Marcelo  
1304 tá colocando, eu coloco uma outra no seguinte aspecto. Primeiro Candonga foi nos mandado  
1305 equanto uma resolução, uma deliberação amplamente discutida por este plenário, fomos  
1306 surpreendidos com um ofício para que tomássemos as mesmas providencias, ofício! Tanto que nos  
1307 moldes de Candonga todas as discussões que nós estamos fazendo, inclusive no COPAM que nos  
1308 foi chamado para discutir, que nós fomos no juiz para discutir, nós estamos em cima de uma  
1309 resolução do conselho. Barra de Braunas tem um ofício então tá equivocado, OK! Porque no ofício  
1310 não pode ser, não pode tomar uma deliberação, porque as deliberações deste colegiado são  
1311 tomadas em cima de resolução, então esta tratativa está dada em cima do documento que foi  
1312 mandado, esta é a primeira questão que eles estão discutindo para dar uma resposta. Agora se esta  
1313 plenária for discutir o caso Barras de Braunas eu digo que é uma pauta mais densa para ser  
1314 discutida agora. É uma pauta que deve ser colocada e devemos nos preparar para esta deliberação,

1315 porque Braunás é diferente de Candonga. Candonga foi para a SEDESE e vamos recapitular que.  
1316 Candonga e Braunás tava no mesmo processo, ambas com negociação com o CEAS, Brauna  
1317 conseguiu negociar toda a sua pauta e o CEAS mediano, Candonga não quis esta mediação. Tanto  
1318 é que o CEAS colocou, nós não conseguimos mediar o conflito e então nós mandamos para a  
1319 SEDESE. Barra de Braunás não! Foi mediado e foi proposta uma série de ações aqui que ambas as  
1320 partes concordaram e ambas as partes foram para lá executar. Agora o que está sendo colocado.  
1321 Que não esta sendo executado o que foi pactuado aqui. Entao não pode ser tratado neste mesmo  
1322 patamar, sem fazer esta discussão mais ampliada. O que eu gostaria é de dizer o seguinte, do  
1323 ponto de vista da SEDESE, vai ter a resposta e ele tá tratando e todos os trâmites jurídicos daquilo  
1324 que chegou para ele. Esta é uma questão, segundo se nos vamos tratar do caso Barra de Braunás,  
1325 não pode ser com 10 minutos para almoçar e tendo em vista que nós acabamos de deliberar que  
1326 iríamos tratar de pautas leves, esta é uma pauta densa, não é uma pauta leve para nós  
1327 trabalharmos nesta questão. Gostaria que fosse ponto de pauta se não for para a tarde, fosse para  
1328 outra, para dezembro, para podermos se organizar e entender o que está acontecendo com Barra  
1329 de Braunás que até agora só temos um ofício da mesa diretora que discutiu para a SEDESE  
1330 pedindo para tratarmos da mesma forma, mas não veio aqui para discussão na plenária. MARCELO  
1331 - Roberta eu concordo! Marcelo falando, eu concordo com a sua fala. E penso que antes de  
1332 concordar eu quero esclarecer da mesma forma que foi Braunás enviado um ofício para a SEDESE,  
1333 também o caso Candonga foi primeiro enviado... Bom! É como eu dizia. Candonga também foi  
1334 primeiro enviado o ofício e aí para se defender a resolução, nós aí trabalhamos na plenária. Então  
1335 os encaminhamentos estão corretos, quando falamos da resolução, no encaminhamento da  
1336 resolução de fato ela não tem como ser feita hoje, ela tem como ser feita após a discussão, no  
1337 aguardo deste documento que virá do jurídico da SEDESE. GERALDO - O modelo foi este mesmo,  
1338 encaminhar o ofício para saber o seguinte, qual é o pensamento da SEDESE, do órgão gestor. Mas  
1339 a tratativa é saber o que a SEDESE pensa a respeito, aí a tratativa vem pra cá, tem diferenciação  
1340 entre os dois, aí esta tratativa não será feita desta forma, aí nós vamos tirar para fazer o encontro  
1341 com toda a certeza. Tá OK! Com certeza, penso que a comissão deveria se debrassar sobre isso,  
1342 penso até mais que os outros conselheiros que puderem deveriam está presente nesta, eu farei  
1343 questão de está nesta tratativa. Eu pense o seguinte, veja bem, eu to preocupado com a fala da  
1344 Roberta a minha preocupação é que de repente a SEDESE ainda não deu a resposta tendo o  
1345 entendimento que a Roberta teve, e se. Tá analisando? Tá! Ok! Assim que nós tivermos o retorno  
1346 da SEDESE, faremos a tratativa na comissão e você vai me falar, pois quero está presente nesta  
1347 comissão porque são situações diferentes. Aí nós fazemos a tratativa na comissão e trazemos para  
1348 a plenária em dezembro, pode ser assim? Ok, então vencido mais um ponto de pauta. E aí, então  
1349 ficamos quantas horas? Ok. Eu gostaria, já que nós todos vamos almoçar aqui por perto e retornar  
1350 eu gostaria que nós, a sociedade civil, que nós voltassemos mais rápido possível para fazermos  
1351 um bate bola de cinco minutos. Pode ser então antes de sair para o almoço. Nós vamos ficar aqui  
1352 antes de sair. NÍVIA - Remetemos ontem para a comissão de política. Houve um debate para  
1353 clareamento de duvidas, então eu gostaria de pedir ao gerente da comissão de políticas que eu  
1354 acho que não tem necessidade de apresentarmos o plano na integra novamente. Teve um amplo  
1355 debate ontem, então eu gostaria de submeter às comissões, isso para as considerações e aí nós  
1356 ficamos à disposição caso tenha mais algum questionamento. Eu acredito que todos os  
1357 conselheiros tiveram presentes no dia que nós apresentamos o plano, onde ficou definido que a  
1358 comissão de política faria uma análise mais minuciosa encaminharia sugestões caso houvesse e  
1359 houve sugestão e nós acatamos sugestões. Aquelas que consideramos que não estavam  
1360 adequadas nós, emitimos justificativas. Isto tudo foi apresentado ontem na comissão. Enviamos  
1361 com antecedência para análise da comissão e ontem fizemos a discussão e a avaliação da  
1362 comissão. Então, eu gostaria de ouvir da comissão. Pode ser presidente? VOLNEY - Obviamente  
1363 contribuimos e ontem eu não estava aqui, o Júlio da comissão de política, o Júlio estava e  
1364 gostaríamos que ele representasse a comissão. JÚLIO - O plano já foi apresentado ontem já foram  
1365 esclarecidas as duvidas e não vejo a necessidade de apresentá-lo novamente. O que fica é a  
1366 questão do quantitativo ficou bem claro. Inclusive estava até conversando com algumas pessoas,  
1367 nós que trabalhamos em entidade fazemos um plano nos temos que dá números, e esse plano não  
1368 tem numero, então com um plano desse aí, eu acho que se uma entidade solicitar algum recurso  
1369 não será aprovado. Tem q ter numero, eu acho que é importante nós discutirmos quantitativo ou  
1370 pelo menos a porcentagem. Quanto vai ser atendido em 2013, quanto vai ser atendido em  
1371 percentual a ser atendido em 2014, este plano não aborda, então foi alguns dos pontos que  
1372 discutimos ontem também. (falas ao fundo). Em discussão conjunta durante a apresentação do  
1373 PEAS, os conselheiros fizeram as seguintes considerações. Não foi apresentado diagnostico social  
1374 do Estado que subsidiou o plano, bem como melhor avaliação dos conselheiros a cerca da política  
1375 em Minas Gerais, proposta do PEAS, via de regra, que seja apresentado um diagnóstico de âmbito  
1376 estadual e que o mesmo seja apresentado com antecedência necessária para serem avaliados um  
1377 plano. As notas foram questionadas uma vez que várias delas necessitam de ações a serem  
1378 desenvolvidas. Não quantificáveis, inviabilizando o exercício do controle social, incluir nos planos o  
1379 documento dessa natureza, além de mapas mensuráveis e indicadores de resultados para que seja  
1380 permitido o exercício do controle social. Garantir a inclusão das contribuições dos conselheiros  
1381 Mauro e (não entendido), do Plano de Assistência Social 2012/2015. São nove itens. Incluir  
1382 diagnósticos para recursos humanos para o SUBAS e para a SEDESE, isso será executado em  
1383 suas competências. Esses diagnósticos irão subsidiar para a proposta de concurso público. São  
1384 essas as considerações. NÍVIA - É aí eu gostaria, eu não participei, foi a Gilvânia que apresentou,  
1385 mas eu gostaria de fazer uma colocação ali. Depois eu passo para a Gilvânia, pois ela que  
1386 participou da discussão. O primeiro ponto ali que diz que não foi apresentado o diagnóstico pelo  
1387 Estado. O próprio plano traz o diagnóstico inclusive atualizado, nós inclusive, dissemos que nós

1388 comparamos o diagnóstico atual com o anterior, e vimos às diferenças dos dados inclusive de  
1389 avanços e de desafios, que este diagnóstico do Estado trás. Então eu não estou entendendo o que  
1390 vocês estão chamando de diagnóstico que o Estado não trás. Depois eu passo para. ROBERTA -  
1391 Porque é assim, a comissão está trazendo este encaminhamento. Qual é o encaminhamento ou  
1392 não? Eu não estou entendendo, mas nós, não tiramos o indicativo, então o que vamos discutir aqui?  
1393 Gente cadê o presidente para, então Nívia encaminha aí. Porque o que eu to entendendo é que o  
1394 plano ficou nas duas comissões que aprofundaram e, beleza. Então vamos lá só para recaptular,  
1395 todas as comissões participaram e discutiram e não tiraram o encaminhamento? Mas aí tem que ter  
1396 um indicativo. NÍVIA - Eu gostaria de saber qual é a posição da comissão, nós entendemos que veio  
1397 para discussão, para análise da comissão, todas as questões foram discutidas, as justificativas das  
1398 secretarias foram apresentadas e então nós passamos para a apreciação da plenária para uma  
1399 definição, para ser trazido para esta plenária. GILVÂNIA - Ontem só contribuindo um pouco, eu  
1400 acho que a discussão pela manhã foi muito rica, por todos os conselheiros que vieram para as  
1401 comissões, e tudo isso que vocês apontaram exceto a questão do diagnóstico relativo á proteção  
1402 social de média complexidade e que eu esclareci qual é o processo desse diagnóstico pela  
1403 SEDESE, que não está pronto mesmo e todas aquelas questões nós discutimos exaustivamente  
1404 pela manhã e ficou acertado que seriam contribuições, sairiam na forma de contribuições desse  
1405 conselho para o órgão gestor. Tô errada? Para o órgão gestor, e ai o plano viria hoje para  
1406 deliberação. ROBERTA - Veja bem gente, eu estou tentando contribuir aqui é para acharmos uma  
1407 forma, se nós ainda não estivermos amadurecidos, nós estamos trabalhando é o plano estadual de  
1408 assistência social, então se não estivermos amadurecido não podemos nem encaminhar para uma  
1409 deliberação e no meu entendimento isso não pode ser recomendação, vocês vão me desculpar.  
1410 Fazer uma recomendação do plano estadual da política de assistência social, e trazer isso como  
1411 recomendação, quando tá sendo dito assim que não teve diagnóstico, que as metas, eu estou lendo  
1412 o está escrito ali, que vocês estão dizendo que é recomendação, ou isso é incorporado e traz aqui  
1413 para que este colegiado se precisar apresenta todo, olha vocês estão falando que não tem  
1414 diagnóstico, olha o diagnóstico aqui. Você está falando não sei o que? Olha ele aqui, nós  
1415 acoplamos ele aqui, ou não acoplamos ele, talvez vai ser necessário ver tudo, porque o que não  
1416 pode estes itens virem como recomendação, porque são essências de um planejamento de um  
1417 plano estadual de política de assistência social. GERALDO - Pessoal acho que é importante  
1418 ouvirmos diante do que está colocado Gilvânia, é que se esta em andamento sem o diagnóstico, a  
1419 razão a fundamentação disso. GILVÂNIA - Eu já falei eu me lembro que nós ficamos muito presos a  
1420 discussão para o diagnóstico da proteção especial, pode ser que na hora de transcrever ali, tenha  
1421 havido uma transcrição mais ampla, é isso gente? JÚLIO - Na comissão não se discutiu isso aqui,  
1422 só se discutiu na parte da manhã. GILVÂNIA - Então nós temos que retirar da pauta. JOÃO  
1423 ADEMAR - Para situar o plano já foi objeto de discussão em uma reunião anterior. Aliás foi enviado  
1424 para todos nós. Isso. Houve uma apresentação aqui em momento anterior, como as observações do  
1425 colega não chegaram ou não foram interpretadas corretamente, porque foi por um e-mail, chegaram  
1426 foram os nove itens, então sabemos que uma pessoa fez a contribuição, solamente nada mais,  
1427 então ontem, o que ficou acordado que a Gilvânia e que as colegas apresentaram tópicos que foram  
1428 objetos de consideração e de discussão, então ontem não retomou ele todo outra vez. O que eu  
1429 tinha entendido também que na parte da tarde, especificamente na comissão é que se faria o  
1430 encaminhamento, talvez eu tenha entendido é né Júlio, não é cobrar. GERALDO - Conselheiros eu  
1431 estarei sempre defendendo o direito de liberdade de expressão de todos nós, mas pelo que se  
1432 observa até aqui, eu prefiro muito mais encaminhar isso para a comissão, façam a discussão com  
1433 mais propriedade e que seja trazido para a plenária em dezembro, não dá para termos uma  
1434 deliberação em cima das recomendações que estão sendo feitas não. Eu estou fazendo o  
1435 encaminhamento se alguém tiver outro contraponto, mas o meu encaminhamento é este.  
1436 ROBERTA - E no meu entendimento é o seguinte, se estes pontos foram debatidos e se eles foram  
1437 acatadas dentro da comissão, eles têm que vir no desenho do plano, terá que ser apresentado o  
1438 plano de novo. Este é o plano onde estão os planos discutidos, porque não hora que formos aprovar  
1439 é para aprovar o documento que está lá e não aprovar emenda. Porque isso aqui é um pedaço que  
1440 foi discutido que, vocês estão trazendo um pedaço que foi discutido, então se isso que está sendo  
1441 colocado ai esta dentro do documento ou vai ser colocado no documento, então a minha sugestão é  
1442 que coloque e chegar em dezembro apresente a estrutura e fale e deixe inclusive deixe de  
1443 vermelho este ponto, e fale, sabe aquele ponto tal, está aqui no documento, faça uma passada geral  
1444 e essa plenária aprova. Porque assim se não nós ficamos. GERALDO - Vamos ouvir a técnica Nilce.  
1445 NILCE - Na verdade ontem na comissão de política, nós contávamos com a presença de dois  
1446 conselheiros o Júlio e a Maria de Fátima, mas ai a tarde nós trabalhamos com os pontos que o  
1447 Mauro apresentou, eu inclusive fechei o texto no plano local onde poderia ser incorporada as  
1448 contribuições dele, que constam inclusive no ponto para deliberação da pauta, da sumula da  
1449 comissão de política e os outros pontos realmente não houve continuidade do trabalho dentro da  
1450 comissão não. GERALDO - Conselheira Nívia. NÍVIA - Independente do encaminhamento que foi  
1451 dado eu gostaria que a comissão, volta lá no ponto 1 Beth por favor! Esclarecer se este diagnóstico  
1452 social do Estado que subsidiou o plano, que diz ali que não foi apresentado. E se não foi  
1453 apresentado um diagnóstico da implantação dos serviços regionalizados, sim eu concordo porque  
1454 ele está em construção, nós estamos na etapa de levantamento de informações e construção desse  
1455 diagnóstico para implantação dos serviços regionalizados para proteção especial. O diagnóstico do  
1456 Estado é um capítulo grande do plano, e eu não posso concordar com essa ponderação ali, eu  
1457 deixo aqui minha discordância, gostaria que todos os conselheiros, lessem o documento. O  
1458 documento foi entregue aqui na integra, no momento de construção do diagnóstico da proteção  
1459 especial. Aí realmente não tem como constar neste plano neste momento. O que nós podemos vir a  
1460 incorporar quando ele estiver concluído. CRISTIANE - Primeiro é concordar com o encaminhamento

1461 da Roberta, acho que nessas condições não dá para podermos ter uma deliberação sobre o plano,  
1462 e segundo esclarecer essa questão do diagnóstico Nívia, que ontem a discussão como a Giovanna  
1463 disse levamos a manhã toda discutindo, deixamos até a prestação de contas por ultimo, em um  
1464 tempo menor, o que que nós percebemos e foi a fala do Júlio quando ele abriu a discussão, quando  
1465 nós fomos avaliar as metas, foram metas qualitativas e algumas metas inclusive depois da primeira  
1466 discussão, a SEDESE alterou e colocou quantificadas, e quando você lê uma meta quantificada  
1467 você percebe que para chegar a esta meta você tem um diagnóstico anterior, então você sabe por  
1468 exemplo, quantos municípios não tem CRAS, 15, isto está no diagnóstico. Então qual é a meta  
1469 então, implantar 15 CRAS. Tá e outros aspectos nós não percebemos isso, então por exemplo. Eu  
1470 não vou lembrar de todas as metas agora, por exemplo, quando diz assim, assessorar os  
1471 municípios, então quantos municípios vai ser, aquela discussão que nós já tivemos no primeiro, na  
1472 primeira apresentação de plano. Quais são na questão da gestão, o mapeamento, o mapa o painel  
1473 que se tem das dificuldades de gestão, claro que temos isso de maneira geral, nós sabemos. Mas  
1474 até alguns conselheiros comentaram assim, mas você já não fizeram alguns atendimentos durante o  
1475 ano inteiro, já não dá para final deste ano descobrir quais são as principais dificuldades de  
1476 providencias, gira em torno de que, quais os municípios, estes municípios estão onde? Nesse  
1477 sentido que quando falamos da questão do diagnóstico que ficou colocado e a falta desses dados  
1478 no diagnóstico que apontassem quais são os municípios e quais são as ações e ai quantificar a  
1479 questão da meta, então isso que eu me lembrei. E com relação, por exemplo, ao serviço  
1480 regionalizado, a Gilvânia explicou e realmente isso ficou colocado, mas de qualquer forma nós nos  
1481 manifestamos e a discussão ontem girou em torno disso. Como assim ainda não gerou um  
1482 diagnóstico com relação à proteção especial no Estado, isso ai já é algo que já foi colocado  
1483 indiretamente, para você fazer um plano de 4 anos, realmente ainda é complicado. Então foi nesse  
1484 sentido que foi realizada essa discussão, ou essa colocação em relação ao diagnóstico não sei isso  
1485 foi só para colaborar, talvez os outros conselheiros possam ajudar nessa questão. VOLNEY - Só  
1486 para colaborar também, quando coloca garantir as contribuições do conselheiro Mauro em nove  
1487 itens do plano, eu acho que suas contribuições tem que passar pelo plenário também para serem.  
1488 Passou? GILVÂNIA - Com relação, eu quero realmente falar sobre essas contribuições do  
1489 conselheiro Mauro. Primeiro houve esse engano da secretaria executiva de um entendimento  
1490 equivocada sobre a contribuição dele, ok, vou incorporado, porém na nossa discussão pela manhã,  
1491 Cris poderia ajudar, e eu já deixei claro que as contribuições do conselheiro Mauro, passam muito,  
1492 são muito mais amplas que um plano de assistência social consegue colocar. Nós não podemos  
1493 acatar o que está escrito ali. Garantir a inclusão das contribuições do conselheiro Mauro, ele pede  
1494 ações muito amplas, a nível macro, que não são da competência da política da assistência sozinha,  
1495 são também, mas não sozinha, então eu gostaria também de colocar aquilo ali em observação.  
1496 Pessoal OK! Então tá muito claro no meu entender que eu acho que não é o caso. Eu encaminhei  
1497 para o conselho político fazer estas tratativas que mesmo que a Gilvânia encaminhe aqui não será  
1498 possível fazer de ontem para hoje. Então fica encaminhado para a comissão fazer a discussão e em  
1499 plenária para discussão. Ok! Podemos vencer este ponto. Obrigada! NÍVIA - Eu queria que nós  
1500 deixássemos definidos aqui hoje se nós vamos partir do presuposto de até as contribuições que  
1501 foram colocadas ontem para a comissão. Porque nós ficamos com esse plano em aberto por dois  
1502 meses aguardando contribuição pelos conselheiros e ontem estávamos recebendo contribuição de  
1503 conselheiro. Nós vamos parar por aqui para voltar com esse plano e fazermos uma análise das  
1504 propostas novas que surgiram ou nós vamos voltar depois novamente para a comissão está  
1505 colocando, porque nós temos que analisar o que é da competência do Estado, o que é da  
1506 capacidade do Estado, o que é viável, porque papel aceita tudo, se nós formos garantir a inclusão  
1507 de todas as propostas que surgirem ai não podemos fazer o compromisso de execução. Nós temos  
1508 que ter o pé no chão e saber da nossa capacidade também e o que é da competência da  
1509 assistência social. Ficamos com um tempo em aberto aguardando contribuições, recebemos  
1510 algumas contribuições, o que foi apresentado ontem foi uma inclusão das contribuições que vieram  
1511 em tempo. E as que considerávamos que não eram da política da assistência ou que não eram  
1512 exclusiva da assistência nós fizemos as devidas justificativas, mas ai eu to percebendo que  
1513 surgiram novas propostas, então se nós vamos encaminhar isso presidente para a próxima plenária  
1514 nós temos que deixar claro, nós vamos encerrar nesta discussão de ontem ou nós vamos ainda  
1515 abrir um espaço para a contribuição de conselheiros. O que não dá é para nós, já é a segunda vez  
1516 que vamos apresentar a proposta do plano e recebemos contribuições que, que não assim, não  
1517 estou falando só das suas não Mauro, porque as suas foram um equivoco, que elas foram  
1518 encaminhadas de forma equivocada, nós ainda estávamos com o plano aberto até semana  
1519 passada, toda semana nós analisávamos, chegou mais contribuição, então assentar, vamos ver  
1520 como está agora a alteração do plano, para que possamos. A nossa preocupação é de até de prazo  
1521 para encaminhar para análise da comissão, com antecedência, nós não queremos chegar aqui, na  
1522 hora da hora e os conselheiros tenham condições de analisar previamente. Nós fizemos isso, mas  
1523 aí não aconteceu da forma que nós esperávamos, se vamos encaminhar vamos definir se está  
1524 encerrado as contribuições ou não. Eu acho que não teria problema nós esperarmos mais um  
1525 tempo se for do consenso dos conselheiros. Porém temos que organizar nosso trabalho na  
1526 secretaria, não é fácil. MAURO - Com relação às propostas que eu encaminhei foi no dia 28 ou 29,  
1527 e eu mandei em resposta a um pedido do PPAG, porém eu mandei assim, essas são as  
1528 contribuições para o plano, em resposta a um pedido em relação ao PPAG, mas que isso não  
1529 diferencia, porque isso não diferencia porque eu coloquei para o plano. Sim, mas nós tratamos de  
1530 PPAG, mas ai, se não cabe dentro do plano de assistência social as contribuições ela deve ser  
1531 apresentada para deliberação. Porque elas serão amplas, se não cabe nós temos que decidir,  
1532 porém elas terão que ser apresentadas. ROBERTA - Eu só queria, o gente nós estamos pegando  
1533 em varejo, e a essência, e o grande problema nosso é pegar em varejo, de repente passou a ser as

1534 contribuições do Mauro. E não é a questão, e o que eu entendo para podermos terminar com essa  
1535 questão do plano. Qualquer que seja o encaminhamento que a comissão irá dá para vir em  
1536 discussão na plenária, seja em comissão ampla ou comissão especial, especifica que discutiu  
1537 aquele tema, ela tem que incorporar isso o texto e nós temos que passar o texto aqui, e nós vamos  
1538 deliberar em cima do texto naquilo que foi polemico e naquilo que foi apoiado em cima da comissão.  
1539 Não precisa passar pelo plano um todo. Nós começamos encaminhando errado quando dizemos  
1540 que não vai passar? Então começa a discutir em cima de coxa de retalho. E ai fica essa confusão  
1541 que ninguém dá conta. A minha sugestão é que tragam o texto ali na tela na próxima plenária de  
1542 vermelho inclusive as contribuições dele até a época que nós encerramos aqui e essa plenária vai  
1543 discutir isso entre isso não entra, porque que entra porque que não entra, essa é a discussão é para  
1544 definir ou para retirar, inclusive até para aprendizado, porque se sugere alguma coisa que tá muito  
1545 fora da política nós só fazemos um amplo debate, ou então trazer o texto como um todo e incorporar  
1546 ele na política, na comissão e aquele que ficou fora dizer. Este item, este item ficaram fora, por  
1547 conta disso, disso e disso. Encaminhamento é o texto para aprovar ou para não aprovar é esse e a  
1548 comissão entendeu que essas contribuições estão fora por não se tratar dessa matéria. Porque  
1549 senão não vamos nem saber por que estamos discutindo. GERALDO - Conselheiros e conselheiras,  
1550 mais uma vez. Primeira situação, eu posso até não votar e não me manifestar pelo simples fato de  
1551 ouvir já é uma contribuição para o colegiado, então vamos começar por ai. A segunda questão é  
1552 que, e ai eu estou inserido neste contexto, o que não dá é para apresentar uma proposta para  
1553 apreciação, ser encaminhada para o e-mail de cada um e ficar dois meses aberto e depois dizer que  
1554 ela foi enviada de um dia para o outro. Não é, desculpe, mas é falta de comprometimento de cada  
1555 um de nós, nós sabemos que não vamos ficar fultime por conta do conselho, não é isso, mas já  
1556 sabemos que é espinhosa e árdua dedicar parte do seu tempo para o colegiado. Porque se não  
1557 existe contribuição, não existe participação, vai fazer uma comissão dois, porque cadê os demais  
1558 conselheiros? Gostaria de saber cadê os outros, ta na hora de assumir e dizer que faz parte da  
1559 comissão. Então me desculpe não estou fazendo critica a quem quer que seja, estou fazendo critica  
1560 ao colegiado, ou nós assumimos a nossa contribuição nas comissões e damos nossa parcela de  
1561 contribuição ou se não nós não teremos uma posição de comissão, vem equivocado, vem avarias e  
1562 etc, etc.. acho que está claro sobre este assunto, o que tinha que falar está esgotado e o que os  
1563 encaminhamentos já foram ditos aqui e agora é voltar para comissão e trazer do jeito que foi  
1564 colocado, Roberta colocou muito bem e cada um deu uma parcela de contribuição. Ok! Ainda há  
1565 alguém que queria manifestar, então ok, podemos votar. Cristiane, Fátima e Júlio César. Tá!  
1566 CRISTIANE - É só com relação ao encaminhamento, porque eu acho que a preocupação da Nívia é  
1567 bastante pertinente, para nós não chegarmos na plenária do mês que vem e de novo nos  
1568 depararmos com essa situação e ai, e ai, enfim eu estava aqui conversando com o Julio e apesar de  
1569 não fazer parte da comissão, enquanto conselheira, participei na parte da manha e existe  
1570 contribuições que foram aquelas enviadas por e-mail, se nos formos perceber o que foi falado existe  
1571 questionamentos em relação ao plano, quando você fala que não tem diagnóstico, isso não é uma  
1572 contribuição isso é um questionamento ao plano. Outro ponto que é a questão dos indicadores, que  
1573 não estou vendo se está ali, que é o monitoramento, o plano não apresenta indicadores de  
1574 monitoramento, então quer dizer, são questões que não é a comissão que tem que trabalhar, então  
1575 o que a comissão vai fazer, ela vai incluir isso no plano do Estado? Não seria o contrario, não seria  
1576 a SEDESE promover as inclusões e apresentar. As inclusões né! Aquelas possíveis. Porque se não  
1577 o encaminhamento fica em cima da comissão de novo e a comissão vai falar assim, nós incluímos  
1578 em tudo e ai, a comissão terá condições de fazer um diagnóstico para apresentar o mês que vem,  
1579 não! Não é a comissão que faz, e o primeiro questionameto que está ali, é a questão do diagnóstico,  
1580 a comissão vai incluir indicadores de avaliação, então acho que ontem nós fizemos um trabalho  
1581 exaustivo aqui de análise, tem contribuições que até agora são do Mauro e o restante é  
1582 questionamento. Então temos que fazer um encaminhamento mais claro, quem vai fazer e o quê,  
1583 porque se não fica em cima da comissão novamente. Entendeu Geraldo. M<sup>a</sup> DE FÁTIMA - Questão  
1584 de esclarecimento, então eu é faço das minhas palavras a dela também, porque o questionamento  
1585 dele tem consciência, são propostas que são relevantes e o pessoal da SEDESE tem que encaixa-  
1586 la no plano. Pois se nós chegarmos aqui na próxima reunião, nós não saberemos como encaixar  
1587 essas propostas dentro do plano, teremos que fazer uma análise junto com a SEDESE, para  
1588 sabermos onde elas irão atingir o plano, pois são propostas que irão fortalecer o plano, eu penso  
1589 nisso, meu entendimento é isso. Desculpas! NÍVIA - Conselheiros, eu quero só solicitar que ficasse  
1590 claro então, ficasse definido aqui, o que é demanda para o órgão gestor, adequar ao plano, se é  
1591 contribuição, se é questionamento. Vamos ser claros! Gostaríamos que o órgão gestor  
1592 contemplasse ou analise tal demanda. Porque se não, não iremos caminhar. GILVÂNIA - Eu queria  
1593 só voltar a um questionamento dos meus colegas conselheiros. Gente, nós conversamos ontem  
1594 exaustivamente, sobre os limites colocados ali agora na forma de questionamento como vocês  
1595 estão chamando. E eu fui muito clara com vocês com esse colegiado, o órgão gestor tem seus  
1596 limites, com relação a confecção do planejamento, com relação a sua possibilidade de execução  
1597 desse planejamento. Então eu acho que este colegiado tem que ter um bom senso ao colocar e ao  
1598 devolver esse plano para a SEDESE, e no nível de exigência que será colocado para o órgão  
1599 gestor. Porque ontem eu fui muito clara para sobre as nossas condições. Falas ao fundo.  
1600 ROBERTA - Eu vou até levantar ai, para podermos contribuir e chegarmos na equação aqui. Qual é  
1601 a minha sugestão deste o início para ver se conseguimos entender o documento como um todo.  
1602 Nós estamos discutindo o plano, quando fala assim não foi apresentado diagnóstico social, o  
1603 encaminhamento que sai daqui e vai para o órgão gestor, o que nós órgão gestor iremos fazer. Nós  
1604 vamos falar que no item 1 tá aqui o diagnóstico social, vocês podem até não concordar mas ele está  
1605 aqui, este é um ponto. Quando fala as metas foram questionadas, uma vez que várias delas se  
1606 apresentaram ações a serem desenvolvidas não quantificadas dificultando e inviabilizando o

1607 exercício do controle social. Se isso está no plano nós vamos dizer, este item está aqui. Só se  
1608 estivermos escrevendo em inglês e vocês lendo em francês. Então vamos mostrar ele no plano.  
1609 Quanto a este item, está aqui, passa no plano. Incluir no plano os documento dessa natureza além  
1610 das metas quantitativas e mensurar os indicadores de resultados que sejam permitidos o controle  
1611 social. Esses indicadores aqui, dentro do planejamento inclusive da SEPLAG nós temos como  
1612 trabalhar indicadores aqui. Isso ai não será problema, nós podemos traduzir alguns indicadores, que  
1613 sejam factíveis e possíveis de serem acompanhados neste plano. Não tem problema nenhum. E  
1614 assim sucessivamente, do ponto de vista das metas que nosso companheiro trouxe o que for  
1615 possível abarcar no plano será abarcado e o que não for vem paralelo e dizendo por que não. E  
1616 quando a Nívia coloca a questão do diagnóstico da regional, nós podemos inclusive colocar no  
1617 plano, terminar o diagnóstico regional, na data tal, no semestre tal. O que não dá é nós  
1618 apresentarmos um documento e trabalhar essas coisas com justificativa e explicativa, essas coisas  
1619 necessitam ficar claro no documento, ser incorporado ou não para poder deliberar. Porque a hora  
1620 que se fecha o documento como um todo, este item passou este item não passou, então formula  
1621 melhor a redação e ai vai ter que perder tempo. O que não podemos é ficar com pressa, vai ter que  
1622 perder tempo, perder tempo para ganhar tempo no sentido de mostrar item por item destas  
1623 questões que estão sendo pontuadas. Porque se não iremos começar o documento que está lá e  
1624 discutir um pedacinho dele aqui outro ali. A minha proposta é essa. (falas ao fundo). NÍVIA -  
1625 Presidente eu gostaria de fazer uma proposta, que nós tirássemos o encaminhamento aqui, definir  
1626 agora o que é que vai sai dali, dessas ponderações da comissão, para o órgão gestor para ele rever  
1627 no documento, fazer a readequação para que seja patuado em forma de ofício com tudo bem  
1628 definido, e ai nós teremos que ter o consenso de que não vai haver mais, ou se vai haver mais  
1629 espaço para novas contribuições e questionamentos. Porque se houver aqui ainda a intenção de  
1630 novas incorporações, e ai então seja definido mais um prazo para receber novas incorporações,  
1631 para que possamos organizar nosso trabalho de elaboração, de análise, de reelaboração de  
1632 documento para apresentar na próxima plenária no mês de dezembro. Não tem pressa, se vocês  
1633 acharem que é necessário mais seis meses, nós estamos executando. Na verdade já estamos  
1634 executando, já está incorporado na nossa execução de 2012. CONSOLAÇÃO - Sugestão de  
1635 encaminhamento. A secretaria executiva vai pegar todas as contribuições, eu vou sistematizar isso,  
1636 passo para aquele que contribuiu a sistematização com destaque no texto, e ai eu encaminho para  
1637 a SEDESE isso, para que possa se tratado e sim, não, e ai acatando inclusive a sugestão da  
1638 conselheira Roberta, para que fique mais fácil quando da deliberação, virá com destaque no texto,  
1639 tudo certo, onde entrou aquela contribuição, então vou fazer esta tratativa. GERALDO - E que fique  
1640 claro que é para os conselheiros que deram contribuição. Não haver mais novas. Aqui é o seguinte  
1641 não votou oportunidade para tomar decisões no lugar deles, já era. Conselheira Dolores, (falas  
1642 ao fundo). DOLORES - A grande dificuldade que estamos sentido é se de fato estamos exercendo  
1643 um papel deliberativo e de controle social de um plano. Acharia que o conselho deve definir quais  
1644 são as principais metas que devem constar no plano. Se ele não define é o órgão gestor quem vai  
1645 definir para nós. E defini-las em percentual, porque se não temos os quantitativos exatos, se nós  
1646 falamos em percentual, será com relação ao diagnóstico depois, e ai a minha duvida também é na  
1647 medida que nós pedimos indicadores de monitoramento. O conselho já pediu para eles quais os  
1648 indicadores de monitoramento que ele tem? Secretaria que dá ou é o conselho que faz o indicador  
1649 de monitoramento do plano, porque eu fico achando que estamos em uma ótica invertida, do nosso  
1650 papel, nós estamos muito mais atuando como uma assessoria do conselho, porque hoje nós  
1651 falamos assim, a secretaria trouxe em seu plano as principais metas que o conselho gostaria?  
1652 Esperava que tivesse, entrou com as principais ações que o conselho esperava que tivesse? Então  
1653 muitas vezes ao fugir para o detalhamento nós nos esquecemos do controle social e do caminho  
1654 que nós queremos prosseguir. CRISTIANE - Dolores é uma pena você não está aqui ontem. Porque  
1655 inclusive quando você trata das questões das prioridades e foi muito interessante quando nós  
1656 discutimos e falamos das deliberações da conferência. Para nós conselho, o que é prioridade do  
1657 plano são as deliberações da conferência, e aí a Mayra, e até estou me lembrando de que não  
1658 constou ali Gilvânia, que a Maira já nós disse que está fazendo este trabalho de verificar no plano,  
1659 quais são as deliberações da conferência, inclusive ela manifestou que existem deliberações que  
1660 não cabem ao gestor estadual. E acho que ai, você chama atenção para nós que o conselho tem  
1661 que fazer isso, mas ai qual é a comissão que irá fazer, é isso que irá fazer, quem é que vai fazer,  
1662 também fazer este papel. Com relação aos indicadores você só vai me permitir um comentário. Tem  
1663 indicadores que somos nós, mas temos indicadores que são eles. E nós também temos que saber  
1664 qual. E uma questão que nós observamos inclusive comparando este plano com o plano anterior, é  
1665 que não, o plano anterior trazia indicadores, percentual de município, esse plano não trouxe, foi isso  
1666 que chamou a atenção da gente. E aí conselheiros lembrar da discussão que tivemos ontem, como  
1667 trabalhamos a metologida do plano de ação lá em Montes Claros, ontem nós trabalhamos a  
1668 metodologia que nós apresentamos lá. Nós comparamos a metodologia com o plano anterior,  
1669 fizemos toda. Então assim, nós apresentamos em Montes Claros, não tínhamos feito isso ainda e foi  
1670 um aprendizado para todos também e colocamos em pratica o que foi proposto lá. Mas é valido, e o  
1671 conselho tem que criar alguns indicadores, mas tem indicadores que também são da gestão que  
1672 nos permite inclusive criar as nossas. Inclusive neste sentido, ok Dolores? OK! Pessoal.  
1673 GERALDO - Cris! Você na sua fala, você faz uma indagação, eu entendi como indagação, quem vai  
1674 fazer? Eu, no meu entendimento, se vem da diretriz é o conselho. E o conselho é comissão. Então é  
1675 papel nosso. Pra mim tá claro que é a comissão. Eu vou pedir encaminhamento para a Consolação,  
1676 fazer o máximo que puder, vai passar para cada um que fizer a contribuição, faz a avaliação e  
1677 passa para a SEDESE, e nos trazemos com esse grifo, de uma forma geral e não varejo como  
1678 Roberta colocou com muita clareza para deliberação. Pode ser assim. Ok! Entao Gilvânia vai falar a  
1679 respeito da... pois não eu já to mudando de pauta, se não não saímos daqui. ROBERTA - Não

1680 gente, mas é isso. Oh presidente, o senhor vai me desculpar, são angustias que é assim. Aqueles  
1681 pontos que são importantíssimos que é a vertebra desse conselho, para deliberação desse  
1682 conselho, ai as vezes ficamos afogados para deliberar e para caminhar, e as vezes nós ganhamos,  
1683 não vou falar que perde, nos ganhamos um tempo em outras coisas e a vertebra do conselho nós  
1684 acabamos escorregando. Essa questão do plano é uma gestão essencial e ai eu quero trabalhar a  
1685 fala da Dolores, eu acho que tem indicadores que são do plano e são dos gestores e tem indicador  
1686 que é do conselho que ele vai trazer e discutir e saber qual é o termômetro qual é o indicador para  
1687 fazer o controle social, são coisas diferentes, a mesma coisa não é Maira que tem que fazer do  
1688 órgão gestor, levantamento de prioridades de conferência. Este conselho ao receber o plano do  
1689 órgão gestor, (inaudível), meu Deus isso era para está na pauta desse conselho para dizer assim,  
1690 nós na conferencia estadual deliberamos isso e isso como prioridade e ano que vem nós iremos ter  
1691 conferência. Isso significa que estamos revendo as prioridades só em época de conferência, ai nós  
1692 temos que fazer essa reflexão, entendeu manda o plano estadual para cá e não consegue pensar  
1693 que um das prioridades é que a foi definida na conferência e não consegue perceber se está ou não  
1694 está lá. Quer dizer que o órgão gestor tem que fazer a varredura e dizer que isso tá aqui isso não  
1695 está. Isso tá complicado, vamos trocar essas lentes ai e eu to falando pra mim também viu. (falas ao  
1696 fundo). NÍVIA – Aí eu vou pedir então que os membros da comissão revisem com a Consolação os  
1697 pontos que serão considerados para ser encaminhados para nos. Como a Consolação disse a  
1698 secretaria executiva vai ficar com essa responsabilidade de organizar e encaminhar para o órgão  
1699 gestor e para fazermos as adequações e ai na próxima plenária, nós iremos trazer para a pauta  
1700 novamente e ai com antecedência para análise da comissão. É nós vamos passar para a  
1701 apresentação da prestação de contas do terceiro trimestre, que também passou para análise da  
1702 comissão de orçamento e finanças e eu gostaria de saber da coordenadora da comissão Cristiane,  
1703 qual é a sugestão dela com relação a isso. CRISTIANE - A comissão se reuniu ontem na parte da  
1704 tarde, com a minha presença, do Fernando, do João Ademar, do Sr. George, e com a participação e  
1705 contribuições da Claudia e da Técnica Claudia e a técnica foi a Elizabete, e com relação, então a  
1706 prestação de contas do terceiro semestre, lembrando aos conselheiros que o relatório foi  
1707 encaminhado pela SEDESE, dia 31/10 Em cumprimento as normativas as políticas públicas de  
1708 assistência, nessa mesma data a secretaria executiva encaminhou copia por e-mail aos  
1709 conselheiros para conhecimento e apreciação, bem como para consolidação de esclarecimentos e  
1710 duvidas caso houvesse. Na reunião conjunta das comissões temáticas dia 08/11, a duas apresentou  
1711 os esclarecimentos solicitados, então como já foi apresentado ou apresentar só a ação e o  
1712 percentual de execução. Eu não vou falar valor da LOA, tá! Então ação e percentual no trimestre,  
1713 percentual acumulado que foi uma das análises que a comissão fez. Então em relação as análises  
1714 1 – qualificação de recursos humanos para gestao do SUAS, o percentual acumulado é de 48,79% ,  
1715 pela análise que nós fizemos das despesas pagas nestes três meses e nos três trimestres, nós  
1716 estamos propondo alguns encaminhamentos, acho que seria bom irmos votando os  
1717 encaminhamentos e depois pegamos a questão da indicação da comissão. A primeira questão é  
1718 que tá havendo pagamento da Associação de Municipios Mineiros, AMM, a comissão entende que  
1719 precisa conhecer um pouco melhor este convenio, e então estamos pedindo a apresentação do  
1720 escopo do convenio realizado com a AMM, e bem como a prestação de contas dos gastos e a  
1721 avaliação referente a realização da capacitações, que são aquelas capacitações que estão sendo  
1722 realizadas em parceria com a AMM, então seria só mesmo uma apresentação na próxima  
1723 comissão desse convenio. Um outro esclarecimento que nós achamos. Só um esclarecimento, que  
1724 os conselheiros que conhecem o relatório, vao perceber que na questão da qualificação, nos  
1725 sugerimos sempre à SEDESE que colocasse a capacitação realizada a capacitação dos eventos e  
1726 tal!. E nós percebemos que estava colocado como capacitação realizada, como ação realizada pela  
1727 SEDESE, o seminário de assistência social, realizado em Santos Dumont, e ai nós estamos pedindo  
1728 esclarecimento se este realmente foi um seminário realizado pela SEDESE ou se não foi uma  
1729 participação da SEDESE. ROBERTA - É eu queria no primeiro ponto Cristiane, dizer o seguinte.  
1730 Claro que a SEDESE não tem nenhum problema em mostrar este convenio, porque o convênio é  
1731 publico, porque do ponto de vista do controle, nós precisamos entender porque entender o escopo  
1732 de um convênio, porque nós vamos ter que passar a ver todos os convênios. Existe uma atribuição  
1733 que é da SUBAS que é capacitar e qualificar. Então, precisamos entender o meio como ela faz isso  
1734 não é objeto de discussão, porque se não, não conseguimos trabalhar gestor. O que tem que ser  
1735 cobrado da SEDESE, são quantas capacitações, quantas demandas foram feitas de capacitação e  
1736 até porque qualquer convênio que a SEDESE faz ela faz no rigor da 4820, que está dentro do  
1737 mercado, é chamamento, que assim, não tem nenhum problema, inclusive porque o extrato do  
1738 convenio é publicado, agora penso que se vai ver o da AMM, qual é a pergunta que se quer, vai ver  
1739 todos, será uma pratica de ver todos os convênios, ou que ver só o da AMM porquê? Tem que  
1740 haver uma resposta para qual o objetivo disso. Porque tá havendo um escopo que foi feito, porque é  
1741 uma grande parceria que foi realizada com a associação mineira dos municípios, que tem um  
1742 departamento de serviço social para ajudar às prefeituras, se nós estamos trabalhando atenta a  
1743 algumas questões que são assim tao elemental e às vezes deixamos de discutir a aprimorar coisas  
1744 que são importantes no avanço do SUAS, a não ser que tenha algum questionamento que necessita  
1745 ser explícito. Porque se ele não for explícito, a meu ver é uma bobagem, sinceramente. Enquanto ao  
1746 segundo item a SEDESE realizou o seminário, ela participou do seminário. CRISTIANE – então,  
1747 Roberta, como não há nenhum problema apresentar, não há nenhum problema solicitar. Acredito  
1748 que nós pedimos é porque a questão do convenio está na qualificação dos recursos humanos,  
1749 dentro da ação da qualificação, e quando pegamos no relatório, nós observamos quantas  
1750 capacitações foram realizadas o relatório apresenta isso. Mas o quê a comissão ficou pensando  
1751 assim, qual é a avaliação isso que você acabou de dizer aqui. Obter mais informação de qual é  
1752 avaliação que está tendo, se a qualificação está sendo atingido. Quais as temáticas que estão



1753 sendo tratadas. Então, talvez fosse estranha a palavra. Nós não queremos copia do convenio. Nós  
1754 queremos saber quais as ações mais específicas, por saber que é um convenio que está sendo  
1755 pago com recursos do FEAS, e nós sabemos que temos a prerrogativa de pedir informações de  
1756 qualquer ação, não é a cópia do convenio, nós queremos uma análise qualitativa dessa ação dentro  
1757 da qualificação, até para percebemos mesmo qual é a avaliação, o que está acontecendo. É uma  
1758 apresentação para a comissão só para entendermos melhor este convenio e quando você fala em  
1759 relação a outros, nós estamos pedindo outros convênios também. Mas não no sentido de  
1760 apresentar o convênio, as ações, a avaliação que a SEDESE está fazendo deste convênio, se ele  
1761 tem atendido os objetivos da ação é isso que a comissão está pedindo. ROBERTA - Mas não é isso  
1762 que está escrito ali não Cristiane, nós corrigimos! Veja bem, eu quero deixar defender a SUBAS, e a  
1763 grande critica que este colegiado fazia era exatamente o que vocês estão cometendo, nós  
1764 apresentávamos algo por escrito e outra coisa dita. Vocês estão escrevendo as coisas e estão  
1765 dizendo outras. Lá está bem escrito. Apresentação do escopo do convênio, entendeu! Ou vocês  
1766 traduzem na escrita o que vocês estão dizendo, tem uma parceria com a AMM, vamos ver o que  
1767 tem essa parceria, quais são esses resultados, quais são estes ganhos. Não é isso que está escrito  
1768 Cristiane, você foi uma das pessoas que mais quando eu estava na SUBAS me questionava com  
1769 relação a isso. Você e Marcelo, você dizia assim, vocês escrevem uma coisa e falam outra, e eu  
1770 quero registrar aqui, porque na parte da tarde hoje já é a segunda vez que isso está colocado em  
1771 tela, colocado em tela uma escrita e dito outra coisa, então eu acho que para uma relação de um  
1772 bom controle e até de transparência de informação é preciso melhor o que está sendo escrito.  
1773 Porque nao é que está sendo escrito lá e falando outra coisa. CRISTIANE - Votação do  
1774 encaminhamento, a Roberta tem alguma alteração no texto. ROBERTA - Eu quero que altere o  
1775 texto dentro daquilo que vocês realmente estão querendo, porque do ponto de vista do gestor, é  
1776 muito difícil, vocês escrevem uma coisa e na hora de debater vocês escrevem outra, então na hora  
1777 de solicitar ou fazer o encaminhamento que seja fidedigno ao que vocês discutiram, porque se não,  
1778 não dá vocês escrevem uma coisa e fazem o encaminhamento de outra forma. GERALDO - OK!  
1779 Conselheira Dolores. DOLORES - Eu peço a comissão, eu não estava presente mais uma vez, uma  
1780 plenária para isso para inserir um dado, porque a execução no final do ano, em novembro, só foi em  
1781 termos de execução de 48%? E poderia ser já caminhando par a100% e quais os motivos que  
1782 levaram só a isso? E aí nesse quantitativo eu também peço a Roberta, que é importante e você que  
1783 tem uma discussão muito grande desse local das associações de municípios, então se tem essa  
1784 discussão sobre a associação de municípios, o convenio foi feito foi com chamamento? Foi à  
1785 escolha da associação mineira dos municípios porque motivo? Porque poderia ser qualquer outra  
1786 associação que entendesse na questão da capacitação. Então só explicativa, porque foi ela.  
1787 GILVÂNIA - É eu queria solicitar ao invés de, não se se posso propor isso aqui. Eu não se caberia  
1788 só uma proposta de alteração, porque eu estou entendendo que a apresentação da avaliação  
1789 referente às capacitações da AMM, ela está no bojo das avaliações de capacitação do ano. Então  
1790 não sei se cabe o conselho solicitar uma avaliação dessa ação em específico, primeiro ponto é! Se  
1791 ela está na ação geral de qualificação. Segundo ponto respondendo a colega Dolores, o convênio  
1792 com a associação mineira dos municípios, se baseia na ação similar. Não está conveniada conosco  
1793 para a capacitação de municípios, ela faz isso, mas a similaridade é no objetivo do Estado, quanto  
1794 da associação com relação à capacitação dos municípios, como a Roberta colocou. A execução do  
1795 percentual nós estamos tratando aqui da prestação de contas do terceiro trimestre. Então essa  
1796 execução se refere a julho, agosto e setembro, apesar de nós estarmos em novembro, nós  
1797 estamos avaliando até setembro. E eu acho que no decorrer no resto do parecer da comissão será  
1798 colocado alguma coisa a respeito. ROBERTA - Eu continuo insistindo no esclarecimento do  
1799 encaminhamento, se quer específico da associação, se vai agregar o que ela perguntou. Então  
1800 assim traduz com o órgão gestor, o que você quer com itens que não haverá nenhum problema  
1801 para responder. Mas continuo insistindo se quer uma avaliação daquilo que foi dito aqui, então  
1802 traduz no encaminhamento a ser feito ao órgão gestor com muita clareza. Porque não está claro  
1803 não! CRISTIANE - Posso tentar clarear? Eu só quero fazer uma questão e tem dificuldade no  
1804 entendimento e se a comissão não colocou claramente o que está sendo solicitado, tudo bem, nós  
1805 não temos problema não. Mas se tudo que formos solicitar à SEDESE, nós tivermos que justificar  
1806 vai ficar difícil. Eu acho que este conselho tem a prerrogativa de pedir esclarecimento que ele achar  
1807 importante, e durante a discussão surgiu à necessidade da comissão conhecer essa ação, então  
1808 estou insistindo que o encaminhamento da comissão ele irá continuar. Podemos melhorar a  
1809 redação, sem duvida nenhuma, mas nós insistimos que nós precisamos conhecer melhor mesmo  
1810 que a avaliação esteja lá Gilvânia, nós queremos uma avaliação mais específica. Nós já tivemos do  
1811 telepresencial, que foi muito boa, mesmo ele estando no relatório, vocês já vieram aqui e já  
1812 apresentaram. Então o que nós precisamos, apresentação das informações sobre a prestação de  
1813 contas dos gastos e a avaliação referente à realização das capacitações por meio do convenio com  
1814 a AMM, é isso que nós queremos. GERALDO - Veja bem! Só um minuto, por favor. São duas coisas  
1815 que temos aqui. As observações que estão sendo colocadas á mesa estão sendo anotadas pela  
1816 secretária executiva, segundo a situação a partir de qualquer tratativa que não se traz em definitivo  
1817 da comissão, é esse plenário que vai deliberar, e é por isso que está nesse problema aqui. O que  
1818 eu quero colocar quando as comissões quiserem o maior detalhamento da SEDESE, tem que ser  
1819 feito mesmo e não é só na tradução literária não. Eu acho que nós temos que tentar transmitir qual  
1820 é a intenção da pergunta. Isso tem que ser muito claro e transparente sem abertura para interfúgios.  
1821 A outra situação é que temos que ter a consciência que tomar detalhamento de todos os convênios,  
1822 este conselho não dá conta disso. Então não é isso. A questão que eu entendo aqui, é que se  
1823 pretende entrar em determinado convenio com o clareamento maior, então parece que está claro.  
1824 Os gestores estão aqui, os conselheiros governamentais estão aqui, e estão entendendo aqui  
1825 também. É isso? E é essa a reinvidicação, então pronto, está encaminhado. Não concorda comigo

1826 Roberta? ROBERTA - Você sabe Geraldo, eu estive no lugar que a Nívia está entendeu e eu estou  
1827 falando de um lugar que eu passei seis anos nessa plenária com essa duvidas e era coisa que nos  
1828 desgastava se chegar para a Nívea, escopo de convênio realizado, escopo de convenio é escopo é  
1829 copia de convênio, e não tem que ver. Escopo de convênio é o instrumento não tem outra palavra  
1830 não e dizendo ali que prestação de contas. Cristiane, e eu estou dizendo o seguinte, se isso chega,  
1831 porque a auditoria ela pauta para nós nestes termos, isso ai é verbalização de auditoria. Ela chega  
1832 pra nós nestes termos, quero escopo do convênio tal, com prestação de contas, e nós mandamos  
1833 do jeito que está. Se é esta intenção e não há problema nenhuma ela tira cópia. Nesse debate, a  
1834 Dolores pergunta foi feita com chamamento público, e na sua fala, você diz que nós queremos  
1835 saber se foram feitas capacitação, isso não vem no escopo do convênio. Convênio é um processo  
1836 que você monta para liberação de recurso, prestação de contas muito mais contábil do que qualquer  
1837 outra questão. Agora quer saber, como você falou, queremos saber sobre a capacitação que está  
1838 sendo desenvolvida pela AMM, aí: quantos capacitados, do ponto de vista qualitativo, qual a grade  
1839 está sendo dada, quais as regiões aí e outra discussão, agora se pedir escopo, porque no escopo  
1840 inclusive você não detalha a forma como você vai fazer, por isso estou insistindo nisso, ao enviar  
1841 para o gestor então clarea, varias vezes quando eu estava lá na SUBAS eu falava, eu dizia para a  
1842 Consolação, eu não estou entendendo o que você quer, porque não chegava claro para nós. Então  
1843 se pergunta o que não sabe pode responder também o que não quer, é por isso que a  
1844 correspondência quando vai e a escrita tem que ser muito clara do que está querendo. CRISTIANE  
1845 - Bom em relação à ação n.2 operacionalização do conselho estadual de assistência, nós tivemos  
1846 uma execução acumulado no trimestres de 47,45% e ai uma vez, que essa discussão foi feita pela  
1847 manhã, quando dá apresentação do relatório, ai é nós, somos nós conselho estadual de assistência,  
1848 tivemos uma execução de 47,45%, e ai quais foram às justificativas apresentadas. Houve a  
1849 execução a menor do orçamento do CEAS, pelo fato de algumas ações não terem ocorrido, ou o  
1850 orçamento ter sido a menor, a saber: uma plenária descentralizada foi cancelada, interrupção do  
1851 pagamento da prestação do serviço de degradação de ata, uma vez que prestador faleceu, o  
1852 processo de nova contratação não foi finalizado, participações programadas em reuniões da  
1853 URCMAS não ocorreram, as participações foram em numero menor que o previsto. Recursos  
1854 destinados a diligencias em processos de Usinas, bem como de apuração de denúncias não foram  
1855 executados na totalidade por ter havido numero inferior que o previsto. Viagens técnicas para fins  
1856 de analise para fins do PAS Barragem ocorram em numero menor que foi estimado, houve um  
1857 numero menor de empreendimentos. Houve também um numero menor de capacitações do que o  
1858 previsto, o pagamento do contrato do ônibus para as plenárias descentralizadas foi realizado pela  
1859 SUBAS, então estes foram os esclarecimentos com relação à execução. Pode passar para as  
1860 outras, ação n. 3 co-financiamento de serviços e benefícios para municípios da execução social,  
1861 básica, essa ação teve um percentual acumulado de execução de 33.14%. (risos). GERALDO -  
1862 Deixa eu fazer uma colocação aqui. A realização do conselho a menor é justamente porque nós  
1863 primamos em zelas o recurso público, diferentemente do conselho nacional que se predispõe a  
1864 fazer dois encontros nacionais sem nenhum objetivo que pudesse contribuir com a qualificação de  
1865 quem quer que esteja lá. Porque realmetne não foi uma contribuição efetiva, ai eu penso que é pra  
1866 fazer a revisão no orçamento, pode ser este o entendimento. Agora é obvio que aqui não é  
1867 explicação, tem justificativa e justificativa que se chegou à conclusão que não era para acontecer.  
1868 Agora é bom, sim, que se faça a leitura, quando é o gestor que faz nós criticamos. (falas ao fundo).  
1869 ROBERTA - E eu ainda quero acrescentar mais que nós temos um conselheiro presente que é do  
1870 planejamento, cujo órgão gestor, o governo trabalha muito bem com o planejamento, porque  
1871 orçamento não executado é orçamento diminuído e mesmo que o senhor tenha ido otimizar  
1872 conselheiro, quero dizer para o senhor, que ou nós revistamos este planejamento ou teremos o  
1873 orçamento cortado e com muita justificativa. (falas ao fundo). MAURO - É porque ontem nós  
1874 falamos de contratação de ônibus que veio de outra fonte. Eu queria, é que na realidade alguma  
1875 coisa tem que ser recolocado no seu devido lugar, porque eu fiquei sem saber o que é isso.  
1876 Desculpe ontem eu não entendi não. CONSOLAÇÃO - É não é um valor, são em torno de R\$13.000  
1877 reais e quando o convenio nós não tínhamos disponibilização, não tinha cota do conselho, pois  
1878 existia todo um sistema de liberação e nós precisávamos realizar e foi feito lá na SUBAS.  
1879 CRISTIANE - agora voltando então para o relatório do terceiro semestre, em relação a ação 3 que  
1880 é co-financiamento para de serviços e benefícios para municípios na execução da proteção básica,  
1881 o acumulado foi de 33,14% e a justificativa foram, anulação orçamentária em função da  
1882 suplementação no mesmo valor realizada com a fonte 71, alteração das fontes para despesas, a  
1883 suplementação se deu no segundo trimestre a emenda será executada no quarto trimestre  
1884 juntamente com o pagamento das parcelas dos serviços sócio assistenciais, razão pela qual o  
1885 percentual está em torno de 33%, os municípios de Ibitaré, Vespasiano e Ribeirão das Neves,  
1886 receberam recursos conforme cronograma de desembolso do convenio. No mês de agosto não  
1887 houve liquidação para os serviços de idosos, 46 municípios, serviços de convivência familiar,  
1888 fortalecimento de vínculos de 6 a 15, 35 municípios em razão da cota orçamentária ter sido liberada  
1889 em 12/09. O que a comissão observou, quando pegamos o relatório todo, os pagamentos mensais,  
1890 estamos observando isso na discussão que tivemos no primeiro trimestre que é em relação a  
1891 continuidade do repasse de recursos aos municípios, nós percebemos lá que não houve, que os  
1892 municípios não receberam as parcelas de agosto e setembro, e ai a justificativa dada é que a  
1893 SEPLAG liberou a cota somente relativa a Julho, somente em 12/09 e isso ocasionou o atraso de  
1894 dois meses, e a estratégia que a SUBAS propõe para acabar com o atraso de recursos é que seja  
1895 feita solicitação de liberação das cotas dentro do mês de referencia, do mês referente ao  
1896 pagamento, isso já no quarto trimestre. Deixa eu ver se tem mais alguma coisa. Eu vou continuar  
1897 porque essa situação também ocorreu na proteção social especial. Então aconteceu nas duas e ai.  
1898 Com relação ao co-financiamento da proteção social especial a execução foi de 68,7%, a execução

1899 acumulada até o terceiro trimestre, e a situação observada pela comissão foi a mesma, não houve  
1900 repasse de recursos e os municípios não receberam os recursos referente a julho e agosto, pela  
1901 mesma situação da liberação de cota ter sido somente em 12 de setembro e a estratégia está sendo  
1902 a mesma. É que é a questão de solicitar a liberação de cotas no mês de pagamento. Porque tem  
1903 questões técnicas que não sei não. É porque houve uma discussão e é muito importante quando  
1904 temos uma técnica da SEDESE e uma da SEPLAG porque essas questões são tratadas no nível  
1905 técnico e aí a comissão entende melhor que está tendo estratégias e as dificuldades e é por isso  
1906 que estou olhando para os dois, ficou discutindo, o que é cota, como acontece essa liberação, tudo  
1907 foi esclarecido ontem pelos dois, pelo conselheiro e pela técnica. E aí é nós deixamos todos os  
1908 encaminhamentos com relação à prestação para o final, mais uma vez nós pedimos informações e  
1909 vamos ter que esclarecer melhor, em relação ao convênio aliança pela vida, que são as ações os  
1910 repasses, os resultados desse convenio e como está a questão das implantações das televisões,  
1911 das antenas para as capacitações, que eu me lembro que em plenárias passadas foram passadas  
1912 informações sobre como estavam a questão do aliança pela vida e inclusive a Tanit já apresentou  
1913 algumas informações de como está o processo agora do projeto do convenio aliança pela vida.  
1914 Pode seguir? GERALDO - Conselheira Gilvânia! GILVÂNIA – É não sei ontem qual foi o nível de  
1915 vocês, mas o que nós falamos do aliança pela vida anteriormente e que aparece aí nas despesas de  
1916 prestação de contas é o pagamento de recursos dos convênios que estão sendo executados por  
1917 entidades, isso não tem ligação com a questão das antenas não. As antenas é a parceria com o  
1918 Estado da Saúde para oferta do curso a distância prevenção em pauta, que justificou a pactuação  
1919 da compra dos televisores dos CRAS que já tinham antena e já tinham televisores. São duas  
1920 questões. CRISTIANE - Então seriam só informações e resultados do convenio aliança pela vida. 5  
1921 – Vida que segue, sistema único de assistência social SUAS, o acumulo de execução ficou em 59%  
1922 no terceiro trimestre, tem algumas justificativas e aí lembrando os nossos conselheiros que este é o  
1923 piso primeiro, é anulação orçamentária realizada na fonte 71, a suplementação ocorreu no segundo  
1924 trimestre a despesa empenhada negativa refere-se, mas ela foi já foi esclarecida, refere-se a  
1925 empenhos anulados em meses anteriores, por insubsistência. Por um equívoco de digitação o  
1926 município de Ijaci, recebeu o valor de 200,00, a correção será demonstrada na prestação de contas  
1927 do quarto trimestre em outubro, o município de Santa Cruz de Minas, não aceitou o co-  
1928 financiamento dos serviços de assistência social, no mês de agosto, 7 municípios receberam 6  
1929 parcelas em razão da conclusão dos planos de serviços. E 50 municípios foram liquidados no mês  
1930 de agosto. Referente à parcela de julho, os demais municípios foram liquidados em setembro. É a  
1931 comissão mais uma vez percebeu que os municípios não receberam as parcelas de agosto e  
1932 setembro e a justificativa continua a mesma em relação a liberação da cota da SEPLAG. Como  
1933 encaminhamento a comissão quer solicitar à SEDESE, quais as providências que serão tomadas ao  
1934 município de Santa Cruz de Minas que não aceitou o co-financiamento do piso mineiro da  
1935 assistência social. Nós queremos saber qual foi. OK! Não vai discutir isso não. (falas ao fundo).  
1936 Gente nós estamos solicitando a SEDESE, quais as providências em relação ao não aceite.  
1937 GERALDO - Ok! O colegiado, nós devemos cobrar do controle social do município também, porque  
1938 o Prefeito atestada que não tem pobreza que não tem problemas sociais, e rejeita, e como é que  
1939 fica isso dentro da normativa da política pública. ANA PAULA - Era isso que Geraldo falou que eu  
1940 iria colocar. É a questão do Estado ter feito em relação ao município, acredito que não tem força  
1941 não tem correlação nenhuma, por conta da relação do pacto federativo. Ele não pode fazer nada  
1942 obrigar o gestor municipal a aceitar. Eu acho que tem uma ação que é do controle que é do  
1943 controle, o CEAS com o conselho municipal para questionar a adesão ou não do município ao co-  
1944 financiamento, se está tudo bem, como está executando o SUAS lá, como encaminhamento acionar  
1945 o conselho municipal de Santa Cruz para ver quantas andas a execução do sistema lá. GERALDO -  
1946 Eu acho que podemos avançar um pouco mais e chamar a URCMAS do município no sentido de  
1947 provocar a audiência pública na câmara dos vereadores porque eles é quem representa a  
1948 sociedade, e publicizar para a sociedade e dizer que alguém que eles elegeram diz que não tem  
1949 essa necessidade ele atesta isso, e quero chamar outra atenção e aqui é um raciocínio para além,  
1950 quando nós temos uma baixa realização de querer a secretaria aporte e a SEPLAG de repente não  
1951 dá, tem uma condição técnica qualquer e aí há da gente pensar que existe uma diminuição  
1952 permanente e constante de repasse do governo federal do fundo de participação municipal e para o  
1953 fundo estadual também, então quero dizer que quando temos, nós temos que ter essa visão e  
1954 quando começa a ter essa isenção de carro, isenção de branco, isenção de móveis, isenção de IPI,  
1955 isso é imposto federal e é desse imposto que a União arrecada e é desse valor que ele volta para os  
1956 municípios e estados 60% e aí deixa de voltar porque ele arrecadou menos, e aí arrecada menos,  
1957 cai o bloqueio aqui para as nossas secretarias, e aí quando chega nos municípios piora ainda. É  
1958 qual é o primeiro lugar que ele corta, não é compulsória e vai para a política pública de assistência, e  
1959 eu quando falo que sou municipalista é por isso, não é nada mais além do que estamos vendo aqui,  
1960 mas precisamos fazer cortes, querendo ou não. CRISTIANE - Só um esclarecimento Geraldo, não  
1961 há nenhum problema, a comissão até acata essa questão de outro... que pudesse dar o aceite, o  
1962 Fernando, mas assim a comissão achou melhor formalizar um pedido de informações e aí o que  
1963 aconteceu no quarto trimestre, mas aí incorpora agora o controle social, somente para esclarecer  
1964 porque a comissão essas informações, primeiro ao órgão gestor, mas é válido sem dúvida nenhuma  
1965 a incorporação do papel controle social neste discussão. ROBERTA - É eu acho Cristiane, uma  
1966 institucionalidade no encaminhamento para esta questão porque ao meu ver é de um agravamento  
1967 que estamos tratando de uma forma que não estamos tendo a dimensão do que isso significa para  
1968 o SUAS. É a mesma coisa de alguém falar, nós recebemos oficialmente, alguém falar o CRAS, tá  
1969 fechado, como nós vamos tratar isso, porque essas coisas fazem parte da espinha estrutural do  
1970 sistema. Então um prefeito dizer que não quer um co-financiamento, nós não podemos, com toda a  
1971 honestidade, nos estamos tratando algumas questões que são institucionais, com uma banalidade

1972 que as vezes me assusta, porque por exemplo, aqui ao prestar contas o órgão gestor tá dizendo  
1973 assim, não foi repassado para o município tal, por que ele não quis, então ao meu ver a primeira  
1974 coisa, que nós temos que perguntar ao órgão gestor, é o que tem de oficial nesta fala, não é no tero  
1975 da prestação de contas. É preciso pedir, oficialmente, para ser encaminhado para cá, para que o  
1976 controle social, acione o controle interno de lá, como o Geraldo bem como colocou, a câmara dos  
1977 vereadores, porque alguém que está como Prefeito tá dizendo eu não quero este dinheiro, e nós  
1978 precisamos de saber inclusive o índice de pobreza daquele município,. Então nós não podemos  
1979 tratar dessa forma, sob pena de nós perdermos toda a capacidade de discussão do SUAS por conta  
1980 destas questões, porque um fala eu não quero dinheiro, outro fala fechei CRAS, e nós estamos  
1981 discutindo, outro fala fechei CREAS, então o que nós vamos discutir do SUAS, o SUAS é o que?  
1982 Vai sobrar atendimento na secretaria? Vai sobrar atendimento com o dinheiro que tiver, com aquilo  
1983 que tiver. Então não precisamos discutir SUAS não. Se nós não absorvemos isso e entendermos  
1984 que isso aqui é grave, entendeu! Nós não vamos dá conta de discutir SUAS no Estado não. NÍVIA -  
1985 Talvez até complete algo que a Dolores irá falar. Nós fizemos todos os contatos possíveis com o  
1986 município de forma formalizada e o município se recusa até nos responder de forma formal no  
1987 papel, então nós vamos mostrar para este conselho, os ofícios que nós encaminhamos dos contatos  
1988 que foram feitos com o Prefeito, com a gestora de assistência social, com a assembleia legislativa,  
1989 pois sabemos que é uma região em que ele tem uma atuação forte, ele mandou um deputado para  
1990 conversar com o Prefeito, e como era um período eleitoral, ele é candidato à reeleição, nós  
1991 entendemos que ele não queria se complicar naquele momento. Mesmo após as eleições, nos  
1992 formalizamos e nos pedimos que ele, nos formalize a recusa dele, até para termos uma justificativa  
1993 e uma comprovação, pois isso impacta no plano de metas do Estado, nós vamos deixar de cumprir  
1994 essa meta, no início do ano nos pactuamos que repassaríamos para 822 e por conta de um  
1995 município nós já perdemos o ponto no acompanhamento do monitoramento dos projetos  
1996 estruturadores, o piso do projeto estruturador, então nós agendamos uma visita da Gilvânia no  
1997 município, pois ela mesma que estava fazendo contatos com o prefeito, com o gestor, uma  
1998 informação, lá não tem conselho municipal, nós tentamos até pela via do controle social, não vai ser  
1999 este resto de ano que ele irá instituir, pois ele perdeu as eleições, mas nós precisamos até nos  
2000 resguardar e aplicar um plano de providencias no município, de forma documental, o município se  
2001 recusou a responder, o prefeito não se manifesta, não quer saber, não tem conselho, não quer  
2002 saber, não tem pressão, mesmo que com a pressão política que ele recebeu. O deputado da região  
2003 ficou sabendo, nos ligou conversou com a Tereza e disse que estaria indo com o município, ele foi e  
2004 disse que o era para aguardar passar o período eleitoral que ele iria resolver e ele perdeu a eleição,  
2005 e a Gilvânia já está com uma visita agendada lá e nós podemos mandar cópia dos ofícios enviados  
2006 ao município. DOLORES - Dolores, eu só gostaria que fizesse um levantamento anterior, pois tem  
2007 muito município que não dá conta da contrapartida, por conta do orçamento dele. Muitas vezes em  
2008 cima, (falas diversas). GERALDO - Roberta vamos manter o direito de fala dela. DOLORES - Este  
2009 co-financiamento não tem. GERALDO - Não existe contrapartida neste caso. Pessoal, por favor, dê  
2010 sequência. Todo povo tem o governo que merece, tá elegendo. CRISTIANE - A gestão do SUAS, o  
2011 subprodutos que é a ação 60, que é o SUAS regionalizado. Gestão do SUAS, a execução ficou no  
2012 terceiro trimestre um acumulado de 59%, tem a SEDESE, pedindo informações para o gestor, ou  
2013 para o controle do município? Informar a URCMAS, para que proponha uma audiência pública, para  
2014 participação que nós estaremos lá. ROBERTA - Se lá não tem conselho, a URCMAS a essas  
2015 alturas não vai funcionar. E eu de posse dos documentos da SEDESE, que não precisa nem pedir,  
2016 a Nívia poderia mandar para cá os ofícios e mandar pelo menos para a câmara de vereadores, pelo  
2017 menos para a camara de vereadores gente! Para eles próprios ou o Ministério Público, pois estamos  
2018 falando de co-financiamento para abertura de serviços, pelo amor de Deus, se formos esperar  
2019 conselho, URCMAS, o povo vai morrer lá. GERALDO - Então está acatado o encaminhamento  
2020 camara e ministério público. Dê seguimento, por favor! CRISTIANE - Então gestão do SUAS, quanto  
2021 ao acumulado de execução foi de 59%, no terceiro trimestre, justificativa, essa ação será  
2022 suplementada com remanejamento, com vista ao pagamento das parcelas restantes dos CREAS  
2023 regionais, solicitação à SEDESE, considerando que houve divergências de informações dos valores  
2024 do orçameto e os relatórios do segundo trimestre e do terceiro trimestre, solicitar os esclarecimentos  
2025 por escrito para constar em relatório. Deixa-me esclarecer, só foi uma, houve suplmentação em um  
2026 trimestre e anulação em outro e fica parecendo que os orçamentos estão divergentes, mas na  
2027 verdade é porque isso consta, mas ai é só para constar no relatório estamos pedindo isso, mas já  
2028 esclarecemos com a Cláudia e como seria este relatório para ficar claro, e não haver dúvidas  
2029 porque houve mudança do orçamento aqui. É um relatório só para esclarecer, e deixar isso na  
2030 história da análise da prestação de contas. OK! Posso continuar. CREAS regionalizado uma  
2031 execução de 82%, uma justificativa, foi o pagamento de parcelas dos CREAS regionalizado e a  
2032 ação será a suplementada para remanejamento para pagamento das parcelas restantes dos  
2033 CREAS regionais, 6 – manutenção do sistema de informação o SIM, não houve execução e a  
2034 justiicativa é que a SEDESE está aguardando a proposta de orçamento da PRODEMGE para a  
2035 adequação do sistema. Alguma questão. Em relação ao IGD e ao IGD SUAS, é nós temos um saldo  
2036 referente ao IGD Suas de 1.063.365,52 centavos. E no IGD no valor de 1.019.064,89, ou seja, nos  
2037 temos um saldo de IGD na ordem de 2 milhões, e isso foi discutido pela comissão ontem, sendo  
2038 feito esclarecimentos que este recursos é do governo federal, inclusive foi esclarecido e foi falado  
2039 que é exatamente por conta destes saldo que a fonte 10 fica menor e exatamente para poder serem  
2040 usados os recursos da fonte 56. Conclusão. Após a verificação e análise da comissão de orçamento  
2041 e financiamento, que a media de execução das ações do fundo estadual de assistência social, no  
2042 final do terceiro trimestre ficou em aproximadamente 60%, considerando ser este o penúltimo  
2043 trimestre a comissão avalia que é necessario que a execução esteja em 75%, isso significa que no  
2044 quarto trimestre de 2012, o esforço deverá atingir os 40% restantes, a preocupação da comissão é

2045 quanto aos descontos de repasse dos recursos aos municípios na proteção social básica e  
2046 especial e mais o posicionamento estratégico da representante da SEDESE/SUBAS, para o repasse  
2047 regular e automático do recurso mensal aos municípios atendendo a diretriz do co-financiamento  
2048 da política da assistência social. Contudo, pela apresentação de contas, com explicação mais  
2049 detalhada da representante da SEDESE/SUBAS, durante a apreciação e análise da comissão,  
2050 temos como indicativo a aprovação da prestação de contas. GERALDO - Sob a aprovação da  
2051 prestação de contas do terceiro trimestre, alguns quesitos nós abrimos aqui e outros não, alguns  
2052 ainda tem algum questionamento por parte dos conselheiros. Não? OK! Alguém quer se abster do  
2053 voto, voto contrário? Então está aprovado por unanimidade. Podemos ir agora para aos  
2054 encaminhamentos. CRISTIANE - Demais encaminhamentos. Na comissão nós discutimos muito  
2055 essa questão do repasse regular. Eu vou começar pelo segundo encaminhamento primeiro, e aí  
2056 para não deixar para janeiro ou fevereiro, a discussão sobre essa estratégia que a SEDESE vai  
2057 adotar de liberação de recursos, nós vamos pedir que na comissão de dezembro, já possa ser  
2058 apresentado se foi possível regularizar as cotas por parte da SEDESE, SEPLAG, para o co-  
2059 financiamento do CEAS, para que seja pedido no mês. Então nós estamos pedindo na comissão de  
2060 dezembro já possa trazer essa informação. Outra informação é a compra e entrega dos veículos e  
2061 televisores aos municípios, bem como estes municípios que foram contemplados. Essa entrega é  
2062 referente ao valor de 1 milhão de investimento que houve por parte deste conselho, através de  
2063 critérios, que foi definido a compra de carros para equipes itinerantes, e TVs para CRAS, para que  
2064 já em dezembro, possamos ter informações sobre a compra e a entrega. NÍVIA - Então quero já dá  
2065 uma boa notícia, não vou esperar dezembro. Os carros já estão sendo comprados, serão entregues  
2066 plotados, houve um registro de preço e aí foi uma sugestão que eu dei, pois estava havendo uma  
2067 baixa maior de IPI que nós esperássemos um pouco mais e não corresse tanto para fazer o pregão  
2068 eletrônico, até porque estávamos em um período eleitoral e não ficaria nem bem fazer entrega  
2069 desses carros em período eleitoral. Então para coincidir com pós-eleições que o RP fosse feito após  
2070 as eleições, já foi feito e aí o resultado e nós vamos conseguir comprar provavelmente mais cinco  
2071 ou seis carros, o pedido foi encaminhado para a SEPLAG, pois o RP está em vigor, mas os trinta  
2072 veículos já foram comprados. Corsa 4 portas e serão entregues plotados e tv são de 42" Gilvânia? A  
2073 especificação, eu esqueci de olhar agora, mas dentro do convenio que vai para assinatura, nós não  
2074 pagamos ainda, mas está tudo encaminhado. Há Claudia está aqui e fala melhor. É Samsung 42", a  
2075 diretora de capacitação está fazendo uma revisão com os CRAS, que tinham respondido um  
2076 questionário que não tinham TVs e nós estamos revendo com os municípios para definir quais os  
2077 municípios que irão receber as Tvs e os municípios que vão receber os veículos nós já temos a  
2078 definição, e sendo comprado mais cinco ou seis, nós temos uma lista de excedentes, e nos vamos  
2079 só incluir estes municípios, porque dentro daqueles critérios que foram feitos, foram 60 municípios  
2080 e nós fomos ranqueando e no mês de dezembro teremos essa relação. Então no mês de dezembro  
2081 os carros serão entregues. Só um minuto, a conselheira Roberta pediu primeiro. ROBERTA - Eu  
2082 quero só Cristiane, pedi a todos os conselheiros, a questão que está sendo colocado a muito tempo  
2083 pela SEDESE a questão do pagamento de regular e automático. Então assim, nós estamos falando  
2084 de duas coisas, uma coisa é trabalhar a liberação de cotas pelo sistema estruturador da SEPLAG,  
2085 isso é super tranquilo, isso aí à medida que vamos nos organizando a SEPLAG libera isso aí não  
2086 tem problema, quando falamos de pagamento regular e automático, que é uma expressão que esta  
2087 posta na legislação é diferente disso aqui, por isso estou clareando, para vocês não falarem uma  
2088 coisa e depois cobrarem outra. Regular e automático do ponto de vista da SEDESE, somente será  
2089 possível primeiro na medida em que nós trabalharmos todo o sistema de monitoramento que é o  
2090 SIM, porque é o SIM que vai dá segurança no caso para a Nívia, que é ordenadora de despesa que  
2091 está aberto. Porque se ela paga um serviço como o governo federal paga, eu já falei isso aqui duas  
2092 vezes e vou falar insistentemente enquanto vida eu tiver. Se ela paga por um serviço enquanto  
2093 ordenadora de despesa por um serviço que não está aberto na conta, o tribunal de contas é ela  
2094 ordenadora de despesa que responde por isso, não é uma resolução do controle, nem o Estado. É  
2095 ela que é ordenadora de despesa. Prova disse que a Ana Livia do governo federal, pagou muita  
2096 multa com relação a isso. Então é preciso implantar o sistema de repasse fundo a fundo regular e  
2097 automático, acoplado a um monitoramento que nos diga lá na ponta que o serviço está aberto e que  
2098 está sendo entregue a população, que nos não estamos pagando e o serviço está fechado e  
2099 acumulando saldo nas contas da prefeitura, porque isso do ponto de vista do controle do TCU isso  
2100 cria um problema para o órgão gestor de um tamanho que vocês não têm condições de discutir e  
2101 deliberar para nós defender enquanto ordenador de despesa. Então quando se fala em regular  
2102 automático ele está neste patamar de discussão do sistema único de assistência. Quando estamos  
2103 falando de acelerar e pagar isso estrategicamente isso é o que foi discutido, que o Fernando  
2104 colocou que a Claudia colocou, isso é perfeito. Então quando for trabalhar essas discussões é bom  
2105 separar isso para depois cobrar uma coisa e vir outra, até para o entendimento do sistema mais  
2106 macro. Fatima pediu primeiro depois você ok! Cris! FÁTIMA - Nívia, com relação a esses cinco  
2107 carros a mais, será que você não poderia ver se teria condições de contemplar Montes Claros ou  
2108 você, eu falo sim, eu falo que de repente tá questionando um município, e se isso for revisto  
2109 considerando a demanda de Montes Claros, quem sabe isso poderia ser revisto. NÍVIA - Ô Fatima,  
2110 não sei se você se lembra nós deliberamos aqui e pactuamos os critérios, e dentro deste critérios  
2111 que foram deliberados pelo conselho, se não me engano Montes Claros, não entra, nós estivemos  
2112 lá vimos a dificuldade, a questão da água, mas os critérios não diziam respeito a este problema,  
2113 diziam respeito a implantação das equipes volantes, de CRAS rural, de outros tipos de demandas  
2114 dos municípios. Mas imaginamos que não. Então temos muitos municípios em situação pior que  
2115 Montes Claros, porque lá é um município com arrecadação maior, tem o nível de gestão mais  
2116 avançado do SUAS, os municípios que foram contemplados dentro dos critérios que foram  
2117 pactuados aqui a maioria é gestão básica, que não é o caso de Montes Claros. Não é o órgão

gestor, nós já definimos os critérios e fizemos o ranqueamento baseados nos critérios, dá muito trabalho, mas por conta dos nossos sistemas de informação e jogar lá e tirar uma planilha dos municípios que estão dentro dos critérios. Sendo feito o ranqueamento, tem município que está dentro de todos os critérios, tem município que está dentro de 4, uma lista de município a partir dos critérios que nós mesmos deliberamos. Cris, comissão plenária, nós estamos entendendo que a aprovação foi também com os encaminhamentos. Sugeridos pela comissão. Vamos lá então, por favor! Nos encaminhamentos, para nós colocarmos aqui. A Cristiane também depois eu queria fazer uma explicação. CRISTIANE - Agora deixa eu só fazer um esclarecimento para a conselheira Roberta, porque nós pedimos com relação ao liberação das cotas. Nobre Conselheira, a justificativa da SUBAS para o não repasse para agosto e setembro foi a questão da cota, não foi plano de serviço, não foi dificuldade de sistema, nesse trimestre para o não repasse nos meses de agosto e setembro foi dificuldade de liberação das cotas e aí nós discutimos que quem libera as cotas é a SEPLAG, o que causou o atraso de dois meses, agora quando você coloca Roberta essa discussão do repasse regular e automático, eu me lembro que na plenária da discussão do primeiro trimestre, e nós discutimos muito isso e você falou dessas dificuldades ressaltou isso, mas de qualquer forma sempre ficou aquela expectativa por parte do conselho de que houvesse alguma estratégia, os aperfeiçoamentos necessários do sistema, para que isso seja agilizado, quer dizer tudo isso ficou colocado naquela plenária, então em relação ao que está sendo pedido para dezembro é só se essa questão para não deixar para o final do quarto trimestre é se essa estratégia de liberação de cota permitiu o repasse nos três meses do quarto trimestre, tardiamente. Olha o... ROBERTA - Amor! Olha o que você está falando e olha o que está escrito aqui. E mais o posicionamento estratégico da representante da SEDESE/SUBAS, para o repasse regular e automático dos recursos mensais do, você está entendendo? Vocês estão falando uma coisa e escrevendo outra. Isso está me dando uma agonia. Não é possível que sou eu que estou entendendo errado. Porque é uma coisa é a estratégia de liberar a cota no mesmo mês, a outra é quando está aqui que vocês estão pedindo como posicionamento estratégico para repasse regular e automático dos municípios, atendendo as diretrizes do co-financiamento da assistência social. Eu estou defendendo isso aqui. Eu estou dizendo que vocês estão pedindo. CRISTIANE - Não senhora! Não estamos pedindo isso não. Estamos pedindo que diante do posicionamento que foi feito na comissão, nós não estamos pedindo isso não é encaminhamento. O encaminhamento é só o que está embaixo. O que nós estamos pedindo à SEDESE é só em relação, se a liberação funcionou é só isso. Isso aqui é o posicionamento que foi colocado na comissão, tanto da discussão que foi feita pela Claudinha, quanto pelo Fernando. Só. NIVIA - Eu queria ainda só complementar, a explicação que a Roberta fez aqui, essa distancia que a Lei prevê, Cris! É importante para você que é coordenadora da comissão entender isso aqui. Isso que a Roberta disse, da distancia, entre o que a Lei prevê e o que é gostaria nós gostaríamos que o repasse fosse regular e automático, e aí nós subentendemos que independente da execução lá no município, para nós Estado funciona de uma forma muito diferente, da União. Eu já disse aqui neste conselho, o MDS não quis formalizar para nós. Nós já formalizamos para ele nós ensina como vocês tem um sistema, que fazem o repasse regular e automático independente da execução nos municípios e que não fique dependendo de sistema do governo. Não conte para ninguém vocês estão fazendo certo e vocês estão fazendo errado. São palavras do Antônio Henrique, por isso ele não nos formalizou. Eles têm sistema próprio que é desvinculado do sistema de repasse de recursos da União de qualquer outro ministério. E que não deveria fazer um repasse sem um plano de serviço anterior que é o que nós fazemos. Nós ficamos condicionados ao plano de serviço, ao fluxo do sistema de serviço do Estado. E aí, ele entra no bolo e aí nesse bolo esse fluxo não fica rápido e ágil e os municípios que ficam aqui, Zé Fernando e Helena devem saber dizer disso para nós. É nós tentamos fazer com que esse sistema nosso do governo de convênios, ele torne o fluxo mais ágil para nós, que eles criem dentro da secretaria de governo, uma sistemática diferenciada para nós, para que possamos agilizar. Esses sistemas que estão previstos aqui, e nós precisamos comprar e primeiro nós precisamos da autorização institucional da secretaria de governo, desse acordo institucional, depois nós precisamos fazer uma adequação no sistema, porque ele vai abrir uma janela específica para nós no sistema, essa é a nossa sugestão e a nossa intenção. Né Claudinha, e que estamos discutindo desde o início do ano que está em diagnóstico por parte da PRODEMGE que é a empresa que faz a alimentação do sistema. Então temos um entrave operacional do sistema. Não é que o Estado não queria fazer o repasse regular e automático, e aí nós temos outro complicador, nosso sistema de informação e monitoramento é condicionado a esse outro sistema de repasse de recursos. Então se o município não tiver executado o recurso que é isso que a Roberta disse, isso vai implicar em um entreve de repasse. Ano que vem que vamos para os 853 municípios, nós teremos isso mais efetivo, de forma efetiva. Este ano o que aconteceu? Os 821 municípios ainda não cadastraram no SIM, porque houve todo o atraso no início por conta inclusive do sistema, para um repasse dos recursos, mas no ano que vem nós iremos ter todos, nós teremos outro congestionamento ano que vem, pois estamos fazendo todo um trabalho de adequação do sistema, prevendo para evitar que isso aconteça. Mas eu não, sinceramente gente! Eu não posso garantir, pois estamos em um processo de aprimoramento, é um sistema novo, é uma sistemática nova, ela não é uma sistemática independente como é a do MDS, do fundo nacional, ela é vinculada à todas as contas do governo, aos convênios do governo, que é o sistema o SIGCON, o sistema do governo de convênios, mas estamos em um momento, em uma situação real em uma teoria, o que a Lei prevê o que seria real, e o que estamos conseguindo aprimorar de sistema no repasse de recursos no nosso Estado. Mas eu quero deixar claro, não é uma questão. Tivemos diversas dificuldades por conta dos municípios. Este mês pagamos diversos municípios que o dinheiro já foi e voltou, já foi e voltou, várias vezes, por inconsistência de número de conta errado, que os municípios informaram errado, que foi cadastrado errado no sistema. Então nós estamos em um momento que ainda é aprendizado, ainda

2191 é aperfeiçoamento. DOLORES – a nível de repasse com valor de repasse com valor pré-  
2192 determinado como se fosse percapta, tem impedimento? Porque se tivesse impedimento o repasse  
2193 do INSS do BPC traria problema para os outros e ou repasse de bolsa que é regular e automático.  
2194 Não é o modelo não. Será que não seria possível fazer essa consulta, porque existe repasse  
2195 automático do governo. NÃO IDENTIFICADO - Não mais é diferente Dolores, BPC, benefício do  
2196 INSS, é repassado para a conta do beneficiário. Então é aberta uma conta, sem prestação de  
2197 contas, sem condicionamento de prestação de contas. O nosso é fundo a fundo. (falas ao fundo).  
2198 ROBERTA – Deixa eu só explicar aqui para ela entender. Repasse regular e automático o governo  
2199 federal faz, isso ai é só o sistema. Não tem nada haver com SEPLAG não! SEPLAG, por exemplo.  
2200 Existe o sistema corporativo do Estado que se chama SIGCON, tem uma janela aberta que é plano  
2201 de serviço, que é para diferenciar o plano de ação. Estou falando disso com muita propriedade, a  
2202 criadora disso foi na minha época nós criamos juntos, Minas Gerais foi o primeiro Estado a fazer  
2203 fundo a fundo. Ai passar a regular e automático significa você gerar pagamento e mandar pagar,  
2204 sem nenhum problema. Eu quero pagar 800 municípios sem problema e fala para a SEPLAG eu  
2205 quero 8 milhoes, se está dentro do planejamento a SEPLAG libera. Não é essa a discussão. A  
2206 discussão é que toda vez que você gera pagamento, folha de pagamento para município, regular e  
2207 automático, sem monitorar se o serviço tá aberto, quando o Tribunal de Contas vai lá e tem o CRAS  
2208 fechado e ela tá pagando, fazendo saldo, a multa vem pra ela que é ordenadora de despesa. Não!  
2209 Nós não estamos dizendo isso. O monitoramento é mensal. Dolores por favor! O monitoramento é  
2210 mensal, ele pode está aberto hoje e fechar amanhã. Nós trabalhamos nos CRAS com equipe  
2211 contratada, prefeito fecha, se está aberto esta semana, fecha semana que vem, e nós só  
2212 recebemos aqui quando tem denuncia, porque se entra no sistema e preenche que está aberto, nós  
2213 não sabemos também. Porque a relação federativa não é uma relação de fiscalização. Igual fiscal  
2214 da fazenda, isso é um desafio que temos do sistema, é um desafio do sistema único, quando você  
2215 está falando BPC, vai direto para o usuário, não vai para o município. Então o pagamento do Bolsa  
2216 família, vai direto para o cartão do beneficiário, então assim, o que estamos discutindo aqui são  
2217 duas coisas, nós precisamos avançar ainda regular e automático, precisamos! Agora precisamos  
2218 avançar em um sistema de monitoramento que dê tranquilidade ao gestor de que aquilo está aberto.  
2219 Aqui o colegiado sabe que nem os conselhos estão funcionando gente! Nós sabemos disso, que é  
2220 época de conferencia o que acontece. Tem lá na lei que o conselho venha bonitinho, ai vem tem  
2221 três atas que o conselho fez para poder participar da conferência. Isso são gargalos do sistema.  
2222 Agora do ponto de vista do ordenador de despesa 4320, todos nós somos gestores públicos nós  
2223 temos que tomar cuidado, porque essas coisas vêm individuais, ela não vem para um colegiado,  
2224 não vem para! Ela vem para quem está ordenando a despesa. GERALDO – Vencemos então, mutuo  
2225 obrigada conselheira Cristiane! A comissão de orçamento e financiamento que seria a primeira na  
2226 ordem cronológica da nossa pauta. Está vencido Cris? Comissão de política companheiro e  
2227 conselheiro Volney, tá a cargo do conselheiro Júlio César. JÚLIO CÉSAR – ô isso aqui realmente foi  
2228 discutido na comissão de política. É (falas ao fundo), como já foi falado, a participação foi só a  
2229 minha e a da Fátima, os demais conselheiros não estiveram presente. Para deliberação. Dados da  
2230 SEDESE sobre a população em extrema pobreza em áreas rurais de Minas Gerais. Material  
2231 enviado pela secretaria. Encaminhar os dados aos conselheiros do CEAS, bem como resumo da  
2232 situação do arquivo enviado pela SEDESE, elaborado pela secretaria executiva desse conselho.  
2233 Pautar na próxima reunião da comissão para análise. Podemos passar? Como será feito? Todos!  
2234 Após apresentação das. Isso aqui já foi até discutido anteriormente. Vamos para o 3. Lista de CRAS  
2235 que não atingiram as metas do desenvolvimento previsto para 2010/2011, conforme resolução da  
2236 CIT 05 e 08/2010. Essa foi uma discussão conjunta entre a comissão de apoio e comissão de  
2237 normas. As comissões sugerem que sejam remetidos ofícios aos CMAS, cujo nome conste na  
2238 listagem enviada pelo MDS, atentando pelas irregularidades observadas, informando que o plano de  
2239 providencias será feito entre a prefeitura municipal e a SEDESE, para a resolução das mesmas e  
2240 que cabe ao conselho municipal o encaminhamento desse plano. Agora o próximo é listagem do  
2241 censo SUAS, 2011. (falas ao fundo). Listagem do censo SUAS 2011, após avaliação conjunta com  
2242 a comissão de apoio, os conselheiros entenderam que os dados mais de 50 itens devem ser  
2243 filtrados pela secretaria executiva, uma vez que já, numa primeira leitura aponta situações a serem  
2244 corrigidas em relação à legislação do CNAS. Da estrutura da composição dentre outras. Os dados  
2245 trabalhados serão avaliados pelas comissões. Entende-se a necessidade de certificar o CNAS de  
2246 sua situação legal, da situação legal administrativa e também norteá-lo da possibilidade de  
2247 resolução dos problemas identificados. Alguma duvida, sobre? Oi! Você não entendeu? E-mail  
2248 enviado para o conselho em 26/09/2012, pelo conselheiro Volney, que denuncia a falta de  
2249 acessibilidade do idoso e portador de deficiência na estacao rodoviária do município de Governador  
2250 Valadares. A discussão também foi conjunta entre a comissão de politica e a comissão de normas.  
2251 É encaminhar um oficio do CEAS ao conselho estadual em municipais de idosos e deficientes se  
2252 houver, à prefeitura municipal de Governador Valadares e ao CMAS, e ao ministério público  
2253 relatando a situação. É! Tem que fazer essa correção ai! Seria isso! Tá certo, porque são dois do  
2254 idoso e do deficiente. Não é que já foi a discussão anterior. GERALDO – Conselheira Nívia tá  
2255 escrita. NÍVIA – Eu quero só explicar que tem uma demanda aqui nós já trouxemos alguns dados,  
2256 que é com relação ao censo SUAS 2011, no que diz respeito ao DECRAS dos municípios do  
2257 Estado, nós já vínhamos durante o ano fazendo uma estratégia junto aos municípios, que a grande  
2258 maioria deles com grande dificuldade em algum eixo do DECRAS, já estamos fazendo agora um  
2259 levantamento da correção dessas inconsistências por parte dos municípios, inclusive eu havia  
2260 trazido alguns dados aqui, e não deu tempo para enviar ontem e hoje cedo nossa equipe ficou com  
2261 a responsabilidade de terminar o copilado e já tivemos um saneamento muito grande de municípios  
2262 e de itens corrigidos, adequados, ainda temos uma situação um pouco critica com o item recursos  
2263 humanos, mas que também temos um numero de municípios que já superaram e nós estamos

2264 agora nesta semana definido a partir desse levantamento, pois agora já temos um numero de  
2265 municípios que já superaram cada item. Então eu posso até passar aqui para vocês, tem uma  
2266 tabela, nós vamos agora definir ações estratégias para os municípios que não deram conta até  
2267 agora de superar. Que é um trabalho de assessoramento técnico que fazemos de acordo com a  
2268 resolução n. 8. com as orientações dada pela resolução n. 8. Então ao invés de, porque me parece  
2269 que a comissão está solicitando ao órgão gestor, informações não é isso mesmo. Eu deixei meu  
2270 óculo em casa hoje, estou com dificuldade de ler. Ela foi conjunta e a Gilvânia trouxe explicações.  
2271 Eu quero só trazer essa informação que nós já estamos fazendo um monitoramento sobre essa  
2272 questão e temos já um planejamento de acoes estratégicas junto ao município que apresente  
2273 alguma inconsistência alguma pendência identificada, dentro do censo SUAS e que nós podemos  
2274 assim que encerrar esse período de novas informações trazemos estes dados para o conselho.  
2275 JÚLIO CÉSAR - Sobre esta questão o que foi conversado era passar isso para os conselhos  
2276 municipais, só que isso não seria agora, seria em janeiro, considerando as mudanças que irão  
2277 ocorrer. GERALDO- Alguma questão por parte dos conselheiros? Conselheiro Volney. VOLNEY –  
2278 No item D, destacar que a falta de acessibilidade é quando da aquisição de passagens rodoviárias.  
2279 Sabe por que a rodoviária tem acessibilidade o que não tem acessibilidade é na hora de comprar a  
2280 passagem. GERALDO – é uma retificação na redação. Conselheira Roberta. ROBERTA – Já que a  
2281 proposta é esta, eu to implicando neste negocio de escrever e falar, então não tem por que enviar  
2282 para o deficiente. Porque a compra de passagem para o idoso, ali me parece que o que você está  
2283 colocando é que eles não estão tendo acesso à compra de passagem. JÚLIO CÉSAR - A compra  
2284 de passagem no segundo andar. Enquanto embaixo existem várias lojas é em cima que ocorre a  
2285 venda de passagens. GERALDO – Por favor, temos o microfone, existem as inscrições nós vamos  
2286 continuar! Conselheiros por favor, a plenária não terminou, nós temos um microfone e está sendo  
2287 gravado. OK! Pois não conselheira Cris! CRIS – É porque nós discutimos hoje o CREAMS, e quando  
2288 vem um dado desse em relação à população rural ai logo me vem essa questão. É um dado  
2289 importantissimo do ponto de vista de definir ações estretgicas em relação a esta situação. Se  
2290 temos uma pesquisa que aponta uma população de extrema pobreza nas áreas rurais, remete a  
2291 uma discussão de planos e acoes estratégicas em relação a isso, entendendo toda aquela  
2292 discussão que nós tivemos lá em Montes Claros, dá dificuldades em relação ao acesso não só em  
2293 relação à assistência mas de todos os serviços ao meio rural. Só fiquei tentada a chamar a atenção  
2294 para isso, porque discutimos um plano hoje, estamos discutindo um plano e ai vem um dado tão  
2295 relevante aos cidadãos, principalmente ao meio rural. Extrema pobreza claro que precisamos ter  
2296 uma atenção melhor. GERALDO – Conselheiro Júlio César. JÚLIO CÉSAR – Só reforçando estes  
2297 dados são do CAD-Único e nós achamos que esta situação está mais grave do que está constando  
2298 aqui. Isso foi baseado no CAD-Único, mas achamos que a situação é muito mais grave. GERALDO  
2299 – Alguma outra intervenção de conselheiro? ok! Sobre os encaminhamentos feitos no conjunto,  
2300 houve a disponibilidade para todos se manifestarem, algum voto contrário? Alguma abstenção?  
2301 Então nós temos aprovado por unanimidade. Dando sequência ao nosso livro de pautas, a  
2302 conselheira Gilvânia, por favor, fazer a apresentação da comissão de apoio. GILVÂNIA – Boa tarde.  
2303 A comissão de apoio aos conselhos municipais, estávamos eu e o José Fernando e a Paula foi a  
2304 nossa técnica. Está ai o relatório meninas? Apoio. Pontos para deliberação. Ofício SEDESE/SMC/  
2305 652/2012, que encaminhou CD contendo base de dados do censo SUAS relativo à base de dados  
2306 da assistência social. Esse é o mesmo ponto que o colega Julio já colocou. Nós discutimos com a  
2307 comissão de política e o encaminhamento foi de enviar ofício aos municípios, alias solicitar a  
2308 secretaria executiva o levantamento dos dados específicos quanto as reais situação dos conselhos  
2309 municipais, separando a situação dos conselhos por cada pergunta respondida no questionário do  
2310 censo SUAS e ai devolver estes dados para a comissão para os devidos encaminhamentos, Gente!  
2311 Vamos vencer aqui rapidinho. E ai nós discutimos que o CD como ele veio encaminhado pela  
2312 SEDESE, ele traz todos os dados do conselho, ele diz, endereço do conselho, nome do presidente  
2313 e isso essa tabela não nos diz nada. Nós precisamos primeiro apurar os dados, para depois a  
2314 comissão propor alguma ação a este conselho estadual. Discutimos que isso não é bom, na medida  
2315 em que a secretaria executiva precisa de um tempo para copilar os dados, e que o melhor seria  
2316 fazer isso somente no ano que vem dada a mudança de composição dos conselhos municipais.  
2317 Segundo ponto. JÚLIO CÉSAR - Eu quero falar aqui, porque, eu não sei se entendeu o que eu falei  
2318 aqui, mas isso foi o que eu falei aqui. E se foi aprovado porque tá voltando em pauta? GILVÂNIA –  
2319 Ah sim, porque esta é a pauta da comissão de apoio. Eu acredito que na hora uma confusão entre  
2320 as duas comissões. Mas estava na pauta da comissão de apoio. ROBERTA – eu quero só fazer  
2321 uma sugestão de encaminhamento. E para nós tomarmos cuidado. Nós estamos jogando tudo para  
2322 o ano que vem, por conta do novo gestor. Porque é assim, é ano de eleição, tudo para depois das  
2323 eleições. Nós vamos jogando em conta e quando assusta a conta não cabe mais. É igual ao fundo,  
2324 eu gostaria de dá uma sugestão. Que este dado que foram tirados desse CD do censo SUAS, que  
2325 eles fossem tratados pelo observatório da SEDESE, porque tratar uma informação de banco de  
2326 dados não é algo tão simples assim não. Eu acho que precisa ter pessoas que entedam de  
2327 cruzamentos de informações e de variáveis, ai eu acho que o conselho pode pedir oficialmente que  
2328 o observatório faça a tratativa dessas informações e passe para o conselho estadual, dando assim,  
2329 qual é o perfil das informações que foram encontradas do censo SUAS em relação aos conselhos.  
2330 Nós precisamos a aprender a pedir as coisas e a pobre coitada aqui vai ficar não sei quanto tempo  
2331 nesse CD com um computador que as vezes ela não tem a ferramenta necessária para fazer  
2332 cruzamento de variáveis para tirar relatório. Não é algo tao simples, existe o observatório na  
2333 SEDESE e uma das funções do observatório é para atender a estas demandas, são estatísticos  
2334 para atender a SUBAS agora. Pois é, mas tem que pedir que faça esta tratativa, porque, eu sei, eu  
2335 estou incrementando, porque a própria SUBAS, comprou um equipamento que foi solicitado, a  
2336 SUBPROEPS, passou e ajudou a comprar equipamentos sofisticados para o observatório para criar



2337 ferramentas e passar para nós. Ai vem na mão da secretaria executiva coitada, e não sei quanto  
2338 tempo fica, e depois entrar para que a chata aqui diga que o que está escrito não está dito. JOSÉ  
2339 FERNANDP - Aproveitando o que a Roberta está falando e complicou ai foi o seguinte. O CRAS já  
2340 veio assim, se a estrutura, se é RH, já foi extratificado de uma lista que era geral, a Nilce no excel,  
2341 estratificou. A lista do CMAS está geral, ela ainda não foi extratificada. E qual é a competência da  
2342 comissão de apoio. Uma vez que foi pautado por conselhos municipais os problemas e nós estamos  
2343 aqui para orientar e nós não temos ainda, a comissão de apoio não tem extratificado dessa forma.  
2344 Não é a mesma coisa, na verdade a comissão de apoio e a política viu que tem problemas e o apoio  
2345 vai tentar o quê? Orientar. Mas se eu vou orientar eu não posso ficar na frente do computador aqui  
2346 e nem tenho tempo para isso, como a Roberta colocou bem claro, se tem um campo melhor, ou  
2347 seja, uma equipe e uma ferramenta melhor, então que seja encaminhado. Mas qual foi o  
2348 encaminhamento nosso ontem em relação a chegar na frente daquele computador e verificar que  
2349 tem 853 municípios e foi passando vinte e tantas páginas. Só para clearar, nós pedimos que seja  
2350 extratificado e que na próxima reunião com isso já extratificado aí sair o encaminhamento,  
2351 orientativo de fazer o ofício solicitando apoio. JÚLIO CÉSAR - Só voltando aqui, não entenderam o  
2352 que eu li ou não conseguir passar o que foi falado. A listagem do censo SUAS 2011, isso é do  
2353 conselho. O que foi falado, após avaliação conjunta das comissões, os conselheiros entenderam  
2354 que os dados de mais de 50 itens devem ser filtrados pela Secretaria Executiva, não é a mesma  
2355 coisa? NÍVIA – Júlio! Júlio, quando nós saímos, Zé Fernando só um minuto. Quando eu e você  
2356 levantamos e fomos com a Pauta de volta para a sala. Nós levamos de volta este item que nós  
2357 trouxemos e discutimos aqui com vocês. O que aconteceu foi só o que nós não fechamos entre uma  
2358 comissão e outra, ok?! Mas o encaminhamento é o mesmo. Sugestão. NÍVIA – Gente, vamos  
2359 centralizar porque eu preciso ir embora! CRISTIANE – só uma questão. Uma demanda que nós  
2360 sempre falamos aqui seria importante nós termos mapas de Minas Gerais, dando informações sobre  
2361 estas questões. O observatório pode gerar inclusive, uma vez repassando estas informações, ele  
2362 pode gerar mapas? Demonstrando as regiões. ROBERTA – Veja bem Cristiane, nós estamos  
2363 trabalhando com a política pública. E política pública pressupõe, tecnologia e outras coisas mais. E  
2364 a única coisa que nós precisamos e insistir enquanto eu estiver aqui é saber o que queremos. Porque  
2365 aqui tem um grande defeito, não saber o que quer. Fala assim, vai fazer mapas, pois bem, que  
2366 mapa vocês querem que seja feito? Você quer fazer um mapa geográfico que diz, por exemplo, são  
2367 quantos são vermelhos. Eu quero um perfil assim. Se você souber pedir você terá a resposta que  
2368 você quer, se você não souber pedir ele vai dizer, assim! Não entendi o que você pediu. Ou você  
2369 pode pedir A e ele enviar B, se tiver certeza do que você quer o observatório hoje é composto por  
2370 um grupo de pessoas, que tem especialidade de trabalhar com dados, estatísticas, entram no banco  
2371 do IBGE, fazem uma serie de coisas que nós pedimos. Agora a grande certeza é você saber o que  
2372 você está pedindo. O que a comissão quer. Porque se não souber pedir, você vai receber errado.  
2373 GERALDO – Se for questão de ordem Fátima você fala, se não for eu vou cortar. FÁTIMA – Roberta  
2374 esclarecendo, esse levantamento não vai ser feito pela secretaria executiva ou vai para a agora  
2375 pedir que seja feito para a SEDESE, através do observatório. Isto é questão de ordem. Vai ficar na  
2376 mão de uma pessoa ou vai para ficar na mão de... GERALDO – Ok Fátima. Conselheira Gilvânia.  
2377 GILVÂNIA – Eu quero lembrar uma fala anterior nesta mesma plenária, com relação à tratativa de  
2378 dados que se referem ao controle social e dados que se referem à gestão. Nós estamos falando de  
2379 um banco de dados que espelha a situação dos conselhos municipais do estado. Então ao pedirmos  
2380 ao observatório, ai eu comungo com você Roberta, nós temos que saber o que queremos do  
2381 observatório. Quais situações queremos que o observatório identifique neste banco de dados que  
2382 foi projetado ali. Da planilha com tudo dos conselhos. Não acho que isso desenha o perfil. O que é o  
2383 perfil do conselho para nós. É se ele reúne mensalmente, bimestralmente, anualmente, se ele avalia  
2384 prestação de contas mensalmente, trimestralmente, acho que tem indicadores. Tem que enumerar  
2385 quais os indicadores nós queremos. Está tem tudo na base. Ou seja, ele vai ter que. Tem tudo na  
2386 base! Nós temos que eleger quais são os indicadores. É a minha opinião. Só isso que eu gostaria  
2387 de esclarecer. GERALDO – Encaminhamos? OK? Penso que sim! Está deliberado vamos fazer  
2388 ofício e encaminhar pedindo esta solicitação. OK? Eleger os indicadores quais são. GILVÂNIA -  
2389 Plenária, antes de prosseguir, eu vou colocar que vou ler o próximo item, e vou deixar para meu  
2390 companheiro Fernando, porque eu estou com um carro agendado para as 5hs. Ok! E-mail de Três  
2391 Marias, denúncia anônima referente ao um abrigo está descumprindo as normas estabelecidas pelo  
2392 SUAS, devido aos profissionais psicólogos e assistentes sociais, não comporem a equipe de  
2393 referencia. Avaliamos o e-mail buscamos referência na NOBRH e nosso encaminhamento é,  
2394 responder ao denunciante, que o município não está em desacordo com a normativa. De acordo  
2395 com a NOBRH SUAS, a equipe de RH de casa lar, que é o serviço denunciado, deve ser composta  
2396 por profissional de nível médio ou superior na função de coordenador, um profissional de nível  
2397 médio na função de cuidador e um profissional de nível fundamental na função de auxiliar de  
2398 cuidador. O serviço deve ser referenciado à equipe técnica do CRAS, tal qual está descrito na  
2399 denúncia que é. Desculpe CREAS. OK! Item m3 – E-mail de Rio Casca, denúncia anônima  
2400 referente à ausência de fiscalização junto ao terceiro setor. Encaminhamento, enviar notificação ao  
2401 CMAS, buscando esclarecimento às irregularidades relacionadas pelo denunciante, encaminhar ao  
2402 órgão gestor estadual solicitando apuração da denúncia junto ao gestor municipal. Para este  
2403 encaminhamento nós buscamos o entendimento da resolução 363 deste conselho. Que é, ele  
2404 pontua várias questões e falamos no geral. (falas ao fundo). É seguimos na integra. Item 4 – ofício  
2405 circular 17 da SMAS, encaminhamento lista de CRAS que não atingiram o IDECRAS. É o mesmo  
2406 item da comissão de política do meu colega Júlio. Eu só vou esclarecer, discutimos juntos, está na  
2407 pauta dessa comissão, também. Eu só quero fazer um esclarecimento. Não está escrito. Eu só  
2408 quero fazer uma observação. O encaminhamento já é aquele dado pelo colega da comissão de  
2409 política. Aí eu já aproveito e posso fazer uma fala. O IDECRAS, conforme a Nívia começou a

2410 colocar aqui, ele reflete a situação do Estado relativo ao período de 2010/2011, período este que se  
2411 encerra no ultimo dia do censo SUAS 2012, que é agora dia 30 de dezembro. Uma reflexão que nós  
2412 fizemos. Várias situações que estão colocadas neste IDECRAS, e foi encaminhada para o órgão  
2413 gestor, já não existem mais, como a Nívia disse, já foram superadas através de plano de  
2414 providencias com municípios que já implementaram serviços das expansões de recursos federais,  
2415 então por isso quando nós começamos a fazer, um planejamento estratégico de atuação junto ao  
2416 município, primeiro temos que levantar o numero de município que já resolveram as pendencias e  
2417 isso a SEDESE já está fazendo. Como a Nívia colocou aqui, já fez. E a partir desse levantamento  
2418 de pendências, nós fazemos o encaminhamento do IDECRAS, para aqueles municípios que  
2419 continuam com pendência para celebrar o plano de providencias e todo o fluxo da resolução 08 da  
2420 CIT. Eu quero só esclarecer isso, porque é importante o conselho ter ciência de que quando a  
2421 relação chega aqui já está quase no final do ano seguinte. Então nós sempre pegamos uma  
2422 situação que já pode está superada, para não entramos em pânico. OK! Item 5 – Boa tarde para  
2423 vocês, vou solicitar meu colega José Fernando para terminar. JOSÉ FERNANDO – Um abraço, Isso  
2424 aí! É CMAS de Patrocínio. Sugerimos realizar a plenária descentralizada do CEAS em localidade  
2425 mais próximo do Triângulo Mineiro ou Alto Paranaíba, devido à dificuldade de deslocamento. Em  
2426 discussão desta comissão, trouxemos para encaminhamento nesta plenária, para ser priorizada o  
2427 agendamento no primeiro semestre de 2013. Para nós priorizarmos, haja vista tudo que já foi  
2428 comentado, devido à mudança de gestores e governabilidade, isso poderia ser prejudicado em  
2429 função de termino de ano. Ok, quanto ao encaminhamento. Alguém contrário? ROBERTA – Eu  
2430 gostaria de acrescentar o seguinte. Que não seja colocado como prioridade no primeiro semestre,  
2431 pois nós vamos ter que fazer o planejamento do CEAS, e levar em consideração a questão das  
2432 conferencias. Então assim, deliberar que nós vamos chegar com prioridade no primeiro semestre,  
2433 eu acho pouco riscoso, tendo em vista que iremos fazer o planejamento e no planejamento a de se  
2434 inserir a pauta conferência. Ano que vem é ano de conferência. Então assim a minha sugestão é  
2435 jogar para o planejamento do CEAS. Jogar este item dentro do planejamento do CEAS, que será  
2436 feito em janeiro, e não deliberar que faremos no primeiro semestre do ano que vem. JOSÉ  
2437 FERNANDO – Alguma outra contribuição. NÍVIA – Eu gostaria de contribuir. Nós poderíamos  
2438 responder ao ofício do município, para darmos uma satisfação e incluir em uma lista de discussões  
2439 e encaminhamentos e deliberações no planejamento de 2013 e já responder ao município que  
2440 vamos tomar as devidas providencias e ano que vem retornamos. E não criar uma expectativa no  
2441 município que vamos acatar, pois não sabemos a deliberação que vamos acatar, com relação a  
2442 estas plenárias. JOSÉ FERNANDO – De acordo com o planejamento para 2013, este conselho tão  
2443 logo tenha colocado, entrará em contato com município dando retorno se.. ROBERTA – Nós  
2444 deliberarmos e colocar isso no planejamento e de imediato responder ao município dizendo,  
2445 acatamos a sua sugestão e isso foi encaminhado para o momento de planejamento do CEAS, que  
2446 irá definir a data, entendeu. Para não deixar para enviar a ele a correspondência depois do  
2447 planejamento, pois ele fica sem saber se vamos fazer ou não. NÍVIA – Ô Roberta a data e se vai ser  
2448 mesmo contemplado o município de Patrocínio, por que. JOSÉ FERNANDO – Deixar em aberto, se  
2449 é Patrocínio ou município de alto paranaíba. Pegou o encaminhamento? Então item 6 – posso ir  
2450 para o 6. CMAS de Congonhas, encaminhando ofício CMAS/013/2012, resolução 04 também de  
2451 2012, que aprova o plano de ação anual e resolução n. 005/2012, do conselho municipal que aprova  
2452 o plano município de fiscalização de rede socioassistencial. Analisando todo o processo da  
2453 denúncia, todas as ações que foram ocorridas, a comissão pegou o processo ontem, e nós tiramos  
2454 com análise o seguinte encaminhamento. Conforme o plano de providencias de 31/07/2012,  
2455 estartado entre a SEDESE e órgão gestor municipal. De acordo com o relatório de visita técnica da  
2456 SEDESE e comprovada a inspiração dos prazos pactuados. Nós, assim! Expiraram os prazos, mas  
2457 nós não temos o relatório final, porque este relatório foi de agosto da SEDESE, e expirou os prazos  
2458 agora em outubro em nós não temos comprovadamente neste intercio se eles avançaram alguma  
2459 outra atuação. Então estamos dando o encaminhamento. Encaminhar ao órgão gestor estadual,  
2460 para obtermos informações atualizadas do cumprimento ou não do plano, finalizado, porque o prazo  
2461 já está finalizado, para que possamos tomar novos encaminhamentos. Alguma duvida gente? Item 7  
2462 – ofício 801/2012, do DGSUAS, da Secretaria de Assistencia Social, SUBAS/SEDESE,  
2463 encaminhando relatório, de visita técnica ao município de Congonhas e nós colocamos este  
2464 relatório que foi contemplado no item 6 que é de agosto, então nós colocamos aqui contido no item  
2465 anterior, pois este relatório foi incorporado no item 7, para que darmos o encaminhamento. Só para  
2466 dizer que ele foi inserido em cima e não há encaminhamento em baixo por isso. OK! Encerrado  
2467 minha parte também. GERALDO – Aberto aos conselheiros, OK! Alguém quer ser abster do voto,  
2468 tem voto contrário? Então em bloco, está sendo aprovado por unanimidade. Comissão de normas  
2469 ficou a cargo do conselheiro Márcio. MÁRCIO – comissão de normas, presentes na comissão de  
2470 norma, conselheiros Guilhermina, Márcio e Mauro, ausentes, Ana Paula, Marcelo Armando e  
2471 Marcos Vinicios, todos com justificativa da ausência, assistidos e assessorados pela técnica  
2472 Rosalice. Item 1 – Denúncia e-mail enviado em 26/09/2012, pelo conselheiro Volney, que já foi lido  
2473 este item pela comissão de política, onde foi feita a discussão com a comissão de política e o  
2474 encaminhamento já foi dado. OK! Item 2 – Usinas, 2.1 estudo do plano de intervenção da SEDESE  
2475 da comunidade nova soberbo, atingida pela Usina Hidreletrica Risoleta Neves – Candonga, para  
2476 realizar o monitoramento das ações. Conforme deliberado na 173ª plenária ordinária, ocorrida no  
2477 mês de outubro em Montes Claros, a comissão de normas ficou responsável pelo monitoramento  
2478 das ações. O encaminhamento apresentado pela comissão. Reunião extraordinária da comissão de  
2479 normas, um dia antes da reunião ordinária do mês de dezembro para estudo do plano e definição  
2480 das estratégias para o monitoramento. Como já foi aprovado por este conselho, a alteração da  
2481 plenária do mês de dezembro para o dia 10 e 11 de dezembro, nos estamos alterando o nosso  
2482 encaminhamento, e colocando esta reunião extraordinária da comissão para o dia 10 de dezembro,

2483 onde nossa pauta seria a discussão da metodologia do monitoramento dessas ações, frente ao  
2484 processo da Usina Risoleta Neves. Será na segunda-feira dia 10. Nós vamos pegar. GERALDO –  
2485 Nossa plenária foi antecipada. MÁRCIO – Sim, em razão disso, nossa proposta seria que nós  
2486 tínhamos uma extrarodinaria antes das comissões, como houve a antecipação da plenária, nós  
2487 perdemos esta oportunidade, então por isso nós consensuamos e decidimos trazer para o dia 10 de  
2488 dezembro a data para a realização desta discussão especificamente para o monitoramento da  
2489 Risoleta Neves. GERALDO – OK! Conselheira Roberta fez inscrição e logo em seguida  
2490 conselheira Fátima. ROBERTA – eu quero só acrescentar uma informação aqui Márcio, pois não sei  
2491 como vamos trabalhar esta discussão com relação à Candonga, que é o seguinte. Nós debruçamos  
2492 do ponto de vista jurídico da SEDESE para entender qual é o encaminhamento que nós damos,  
2493 qual foi a tratativa que nós demos ao plano de intervenção da SEDESE. Revistando a legislação e  
2494 aí é importantíssimo Consolação o que eu vou colocar aqui, para sabermos como vamos acertar o  
2495 fluxo deste encaminhamento aqui. Do ponto de vista jurídico, nós fizemos uma reunião e ficamos  
2496 dois dias debruçados junto com o jurídico nosso. É o seguinte, primeiro ponto que eu gostaria que  
2497 os conselheiros lembrassem é que na plenária de Montes Claros, tanto o advogado do  
2498 empreendedor, quanto o advogado do atingido entendiam que deveria haver uma deliberação, a  
2499 única coisa que divergia era o conteúdo da deliberação. Um queria uma coisa e o outro queria a  
2500 outra coisa. Mas todos os dois advogados entendiam que deveria haver uma deliberação. Nós no  
2501 conselho reunimos lá tras pela fala do Marcelo que não deveríamos deliberar nada, fomos revistar  
2502 toda a legislação e nós estamos trazendo o parecer do jurídico para cá. Para que a comissão de  
2503 normas, inclusive entenda sobre isso, que é o seguinte, o conselho pode ter a competência de  
2504 deliberar que a SEDESE faça um plano de intervenção, mas o conselho tem que deliberar e isso  
2505 compete ao conselho à aprovação disso ou não. Isso é por lei, porque teve alteração e estamos  
2506 com uma pendencia ainda e acreditamos que em dezembro nós vamos trazer o indicativo daquela  
2507 pendência de extensão de quintal, que possivelmente aquele plano inicial, foi feito uma adequação  
2508 dele. Porque o que nós apresentamos foi uma serie de pendencias não foram resolvidas e que 10  
2509 anos depois vai ser resolvida de forma diferente. Então o conselho vai ter que deliberar, porque a  
2510 competência de dizer que nós podemos intervir para poder formular solução por aquelas  
2511 pendências está tranquila, mas a competência de aprovar esse novo plano é do conselho. O  
2512 conselho vai ter que deliberar em cima disso, porque estamos tratando de um plano que ficou para  
2513 trás a 10 anos atrás e foi adequado agora e mais ou menos alencado ai 5 eixos que vai  
2514 desencadear uma série de ações. Então para vocês monitorarem vocês terão que ter esta  
2515 deliberação de que aquele ali está aprovado por este colegiado. Que vai resolver aquelas  
2516 pendências, posto isto é que vem a metodologia de acompanhamento. Porque se não tivermos a  
2517 deliberação, nos vamos está acompanhamento algo que tem uma serie de desdobramentos  
2518 naqueles eixos, tem uma serie de ações que tem que ser feita para resolver aqueles problemas. Na  
2519 verdade nós estamos fazendo uma nova adequação daquele plano, na verdade isso precisa ser  
2520 pensado e talvez nós poderíamos encaminhar nesta reunião da comissão que vocês estão  
2521 querendo fazer com antecedência, nós trazemos esta discussão jurídica na comissão e trazemos na  
2522 plenária com muita clareza, para nós, sob pena, só para não cometermos erro processual, que  
2523 possa nos levar futuramente a uma ação judicial da qual o conselho cometeu falha no processo, ao  
2524 invés de encaminhar de uma forma, fez de outra. E isso nós vamos trazer e na reunião de vocês  
2525 podemos vir e clarear. Uma coisa é discutir isso, a necessidade da deliberação aprovação ou não.  
2526 Isto posto, ai sim criar uma metodologia de uma coisa que tem a resolução de acompanhamento de  
2527 uma coisa que é definitiva, porque tanto dos dois lados, tanto os atingidos quanto o consórcio, eles  
2528 precisam de uma deliberação, porque o plano que foi feito a 10anos atrás ele está suspenso. O que  
2529 tem agora é a nova adequação de um novo plano com uma nova realidade e isso tem que ser  
2530 pensando e ai o que nós estamos propondo é que nesta reunião que vocês estão propondo, nós  
2531 traríamos essa discussão, clareava a todos os conselheiros a luz da questão juridicada e ajudaria  
2532 no processo da metodologia de acompanhamento, porque parte desse acompanhamento tem haver  
2533 com o que o consorcio irá fazer e parte tem haver com o que o poder público irá fazer, e isso tem  
2534 que está claro para vocês. Inclusive aquele cronograma público, aquele time, e aí estou me  
2535 prontificando a ir neste dia que vocês estão pensando em reunir e vir para trazer e ajudar vocês.  
2536 GERALDO - Conforme Roberta colocou, mas penso também que se deixa isso para um dia apenas  
2537 antes da nossa assembleia, da nossa plenária é complicada, comungar e estender para todo o  
2538 colegiado. Muitos outros conselheiros tem interesse, então nós poderíamos pensar nisso aqui hoje e  
2539 deliberar para uma extraordinária, por conta da importância e da responsabilidade que todo o nosso  
2540 colegiado tem para fazer esta tratativa. Pois não, conselheira Fátima! FÁTIMA - Geraldo, eu  
2541 também, é isto que eu estou preocupada, eu até comentei com ele na hora do almoço. Se nós  
2542 estendermos mais para dezembro que a maioria dos conselheiros estará em recesso, nós vamos  
2543 aumentar este problema para o futuro. Com esta ordinária, eu penso que se contemplasse mais um  
2544 dia, fossem dois dias, porque o assunto é de tamanha complexidade, difícil resolver de acordo com  
2545 o jurídico. Poderia pedir a presença do jurídico, né Roberta. Você disse que foi feita uma análise  
2546 pelo jurídico e todas as pessoas que possam contribuir para que seja encaminhado com mais  
2547 sucesso, porque este é um assunto muito complexo, vocês terão que pensar. É muita coisa que tem  
2548 que ser analisada, o processo que eu vi lá eu fiquei preocupada. Não sei quantas folhas você  
2549 imagina resolver tudo isso em um dia você analisar tudo em um dia com o jurídico com lei, formular  
2550 e tudo Roberta. Você não acha não? ROBERTA, a dimensão da coisa. O que nós estamos  
2551 propondo neste dia é apresentar a questão jurídica e criar uma metodologia de monitoramneto.  
2552 Inclusive na metodologia de monitoramneto você pode ter a análise gradual destas coisas, é só  
2553 termos em mente um cronograma. (falas ao fundo). GERALDO - Pessoal à data foi removida, e a  
2554 reinvidicação do conselheiro antes de ouvir a manifestação dele, é que seja antecipado o assunto

2555 que merece um tratamento diferenciado em função da importância e responsabilidade deste  
2556 colegiado, não é de SEDESE e nem governo, é do colegiado, a tratativa é esta. Mas também quero  
2557 manifestar acho Fátima é quase que impossível fazermos isso em dois dias, não é o caso. É uma  
2558 reunião ai de meio expediente, se tiver adesão e agenda. Conselheiro Márcio não falou gostaria de  
2559 ouvi-lo. MÁRCIO - Primeiro ponto, quero esclarecer que a comissão de normas, trouxe este  
2560 encaminhamento em virtude da deliberação na conferencia descentralizado. Na plenária, Ok! Este  
2561 novos elementos que foram trazidos pela conselheira Roberta que faz este plenário refletir e  
2562 aprofundar esta discussão em função da gravidade da profundidade, da amplitude deste problema  
2563 nada impede dessa proposição da antecipação, pelo contrario, enriquece nossa discussão e dá  
2564 mais clareza para nós possamos tomar decisões mais acertivas. Em função desta demanda  
2565 também do dia 10 que nós havíamos colocado por questão também de agenda técnica que está  
2566 fazendo o acampamento e nos outros agendamentos aqui já temos outros encaminhamentos de  
2567 visitas a usinas nós teríamos uma proposição de datas, ai é um consenso que teríamos que verificar  
2568 com o plenário. Seria no período de 26, 27 e 28 de novembro, Ok! Ou dia 3 e 4 de dezembro. Neste  
2569 período, porque as demais datas, eu já estou fazendo, nos vamos colocar aqui processo de visita a  
2570 usinas e já tenho outras demandas de outras fiscalizações aqui de barragem. ROBERTA - Eu só  
2571 queria, só pra nós entendermos Márcio, como nós estamos falando de Condonga, nós estamos  
2572 delimitando um Time, você também tá dizendo que precisa de dois. Não! Eu estou colocando o  
2573 período para que possamos definir a data para que façamos a reunião ordinária. Entao vejamos! É  
2574 consenso para todo mundo que precisa de um dia. É consenso! E não dois dias como a Fatima está  
2575 propondo. É consenso. E você está propondo no final de novembro que é isso que você tá dizendo.  
2576 Exato! Ou inicio de dezembro, agora ficou claro. Nestes dias que você colocou nós selecionaríamos  
2577 um dia para fazer a extraordinária da comissão de normas. MÁRCIO - Exatamente! ROBERTA -  
2578 Perfeito! MÁRCIO - A nossa intenção inicial era que a comissão tivesse a oportunidade de se reunir  
2579 extraordinariamente com a presença dos conselheiros do interior, que virão um dia antes, agora é a  
2580 questão da nossa definição. Dia 26, 27 ou 28 de novembro, ou dia 3 ou dia 4 de dezembro. Até a  
2581 Rose lembrando ainda, dia 10 poderíamos até ter uma continuidade da discussão ainda, se caso  
2582 fosse necessário. No dia 10 ainda a possibilidade de continuar com a discussão. Então 26, pode  
2583 ser? 26, você está aqui presidente! Então podemos passar os outros pontos e depois voltamos  
2584 nestes. Ok! Ponto 2.2. CGH Farias, a comprovação da implantação do PAS CH Farias ocorreu por  
2585 meio da resolução CEAS 41/2012 de agosto de 2012, em seu art. Segundo ficou determinado que o  
2586 posto de atendimento social instalado no distrito de farias continua funcionando por mais seis  
2587 meses, após inicio da geração de energia. Período este prorrogado a critério do CEAS, após analise  
2588 de relatório a ser apresentado pelo empreendedor. Em 31 de outubro de 2012, conselho municipal  
2589 de assistencia social de Guanhaes encaminhou relatório da visita ao posto de atendimento e a obra  
2590 da CGH Farias ocorrido no dia 22 de outubro de 2012 e conforme relatório o posto de atendimento  
2591 não estaria em funcionamento há quatro meses. Encaminhamento a comissão sugero que o  
2592 conselheiro relator do processo Márcio Caldeira, faça uma visita de fiscalização ao local com data a  
2593 definir. Nós estamos propondo dia 29 e 30 para esta visita. Nós seguimos. CGH corrente grande,  
2594 resolução 390, comprovou a implantação do PAS da CGH corrente grande e determinou no seu  
2595 artigo segundo que o posto de atendimento social continue funcionando por mais seis meses após o  
2596 inicio da geração de energia período este prorrogável a critério do CEAS. Após analise de relatório a  
2597 ser apresentada pelo empreendedor. Após a referida resolução a RAI Brasil Energia S. A,  
2598 encaminhou em 27 de setembro de 2012 o fechamento do posto de atendimento social, instalado no  
2599 município de Guanhões. Por meio dos ofícios CEAS 264/2012 e 265/2012, foi solicitadoo parecer  
2600 dos conselhos municipais de Guanhões e Virginópolis sobre o referido relatório, para subsidiar a  
2601 delibração do CEAS na plenária a ser realizada no mês de novembro com prazo de resposta até 31  
2602 de outubro. As respostas do conselho municipal de Guanhões por meio de ofícios 12 do CNAS de  
2603 2012 e de Virginópolis por meio do oficio 01/2012, foram favoráveis ao fechamento do posto de  
2604 atendimento de assistência social. Encaminhamento, sugestão emitir comprovação do artigo  
2605 segundo da resolução 390 de 2012 aprovando o fechamento do posto considerando a avaliação dos  
2606 dois conselhos municipais. Damos sequência? Ponto 2.4, PCH Serra das Agulhas. Em 5 de  
2607 setembro de 2012 a Segma Energia Empreendedor da PCH Serra das Agulhas, protocolou no CEAS,  
2608 adendo ao PAS barragem, com as propostas de modificação sócio ambientais para atender a  
2609 SUPRAM Jequitinhonha no âmbito do processo de licenciamento de instalação do empreendimento  
2610 com destaque para mudança da APP, da PCH Serra das Agulhas e a inclusão de área destinada a  
2611 proteção de cavidades naturais em torno do reservatório. Por meio da correspondência PCA 2012,  
2612 que encaminha o adendo, o empreendedor solicita ao CEAS, a inclusão destas informações ao  
2613 PAS, como também sua manifestação caso necessário sob o adendo ao plano de assistência  
2614 social da PCH Serra das Agulhas. Foi feito analise técnica deste processo e o encaminhamento,  
2615 solicitar parecer dos conselhos municipais de Bonjolos e Diamantina antes da manifestação do  
2616 CEAS. Porque estes dois municípios, houve uma ampliação da área de APP deste empreendimento  
2617 e foi detectado na região algumas grutas, alguma cavidades e que estas grutas também deveriam  
2618 ser preservadas segundo laudo da SUPRAM. Então foi solicitado a este empreendimento esta  
2619 ampliação. O empreendedor solicitou revisão do CEAS em razão desta área de APP em relação ao  
2620 nosso plano de assistência social. A nossa solicitação ao conselho municipal é esta área de APP  
2621 era para ser ampliada isso vai impactar em alguma família em alguma propriedade atingida, que vai  
2622 alterar o plano de assistencia social, então dentro desta perspectiva solicitando manifestação dos  
2623 conselhos municipais para que possamos nos manifestar que dentro desta área que será ampliada  
2624 da APP do empreendimento, não haverá nenhuma família atingida ou nenhum atingido ao ampliar  
2625 esta área, por isso é nosso encaminhamento nesta área. ROBERTA - Eu só queria tomar cuidado  
2626 que às vezes entramos em determinadas áreas que nós não conhecemos Márcio. E assim por

2627 exemplo. Toda solicitação de APP é porque não tem pessoas habitando, entendeu? Então quem  
2628 tem que nos dá esta garantia é a questão ambiental não é o nosso conselho. Eu acho que nós  
2629 precisamos inverter isso aí. Nós precisamos mandar para o COPAM local dizendo, olha! Existe esta  
2630 demanda e a preocupação desse conselho é para que não tenha e se tiver alguma família para  
2631 fazer todo o encaminhamento de uma proposição a este conselho, não pode ser o nosso conselho  
2632 municipal. Estamos delegando uma competência ao nosso conselho municipal que muitas vezes ele  
2633 nem sabe gente! Porque até para saber o que é APP, metragem não sei o que, não sei se os  
2634 nossos conselheiros municipais teriam competência para isso não! Nós temos que inverter para o  
2635 COPAM, entendeu! Não podemos colocar isso nas mãos dos nossos conselheiros municipais não!  
2636 Estamos colocando nas mãos deles coisa que não é da competência deles. Não tem nenhuma  
2637 legitimidade para eles fazerem isso. É remeter uma correspondência para o COPAM e dizer que  
2638 recebemos isto aqui do empreendedor e qual é a nossa preocupação e que o COPAM nos  
2639 responda, porque se ele der a licença que o COPAM assuma que lá não tenha ninguém. Caso  
2640 tenha que ele manifeste com o plano. Então cuidado com o que estamos fazendo nos conselhos  
2641 municipais. MÁRCIO - A nossa discussão na comissão ela foi muito nesta direção, qual é a garantia  
2642 que o conselho estadual teria que se dentro desta área de APP teria ou não alguma população  
2643 diretamente atingida. Então nós não tínhamos ferramentas e nem qual o nosso direcionamento para  
2644 fazer esta verificação, este ofício foi encaminhado pelo empreendedor e não pelos órgãos da  
2645 SUPRAM nem PROPAM, então eu acho que isso é um dado é um elemento a mais que o  
2646 conselheiro está trazendo pra nós aqui e que dentro da APP, não existe pessoas atingidas.  
2647 GERALDO - Conselheiro Márcio, você traz a esta plenária para contribuição mesmo. A Roberta está  
2648 contribuindo com algo que eu quero comungar com ela em gênero, número e grau. Eu acho que é  
2649 isso mesmo que devemos fazer. Agora é óbvio que iremos ouvir os demais conselheiros. Estão de  
2650 acordo? FÁTIMA - Conselheira Fatima. Eu também eu quero neste ofício, qual é a área que está  
2651 tomada, especifica neste ofício, qual é a área que será invadida, qual é a área que está sofrendo.  
2652 Porque aí amanhã ou depois se houver algum questionamento não foi especificado a área que está  
2653 tomada. Qual a área que está sendo atingida. OK! Esta área não está contribuindo com nada, esta  
2654 área está livre, esta área, especificar no ofício. GERALDO - Conselheiro Márcio, as colocações que  
2655 Fátima traz já estão asseguradas. Conselheiro! MÁRCIO - Exatamente o encaminhamento dado ao  
2656 COPAM. (falas ao fundo) esses dados técnicos já estão até no próprio documento que foi  
2657 protocolado aqui. A área anteriormente era atingida por uma plantação de eucalipto, a área de APP  
2658 se manteve dentro desta área, então não teve, conforme diagnóstico do documento apresentado  
2659 pelo empreendedor. Então a área, precisamos ter esta informação que a Roberta está trazendo aqui  
2660 para nós dá a garantia para que nós possamos trazer aqui a deliberação. Tenho dimensionamento,  
2661 tá tudo lá. GERALDO - Conselheira Fatima, a documentação está lá a sua disposição para  
2662 confirmar depois, porque o que você coloca aí já está assegurado, aí a documentação está lá para  
2663 você olhar. Mas está assegurado tá! Por favor, Márcio dê seguimento! MÁRCIO - Item 3, nova  
2664 reunião para inscrição de novas entidades. O encaminhamento era se nós deliberaríamos em  
2665 reunião extraordinária para janeiro de 2013, nós não definimos a data desta reunião, a continuidade  
2666 da reunião da discussão sobre inscrição de entidades que este conselho já. Não existe mais data,  
2667 não existe mais agenda este ano para que possamos promover estas reuniões. ROBERTA -  
2668 Conselheira Roberta, gostaria de pedir Márcio que no primeiro momento que se instala-se uma nova  
2669 discussão sobre inscrição de entidades que fosse enviado um convite para a diretoria de registro da  
2670 SEDESE, porque há alguns equívocos, vou até discutir com a Secretaria, pois esta diretoria está na  
2671 minha subsecretaria, de alguns maus entendimentos no registro de entidades na SEDESE, cujo uns  
2672 dos documentos é o registro no conselho municipal de assistência social. Ali me parece eu vou me  
2673 aprofundar no item, mas parece que minha equipe está equivocada, entendeu. No encaminhamento  
2674 ao que foi dado para Coronel Fabriciano. Aí eu quero pedir que vocês enviem um convite para nós  
2675 para que eu possa inserir a diretoria de registro nesta discussão. Entendeu! Porque sabemos da  
2676 complexidade desta discussão e o setor de registro não pode ficar de fora desta discussão uma vez  
2677 que ela recebe a inscrição do conselho municipal. A ela não cabe questionar, mas é bom ela saber  
2678 inclusive para ajudar as entidades quando elas vão até a SEDESE para registro. Eu gostaria de  
2679 fazer este pedido. OK! MÁRCIO - Sugestão acatada pela comissão. Item 4 revisão da legislação  
2680 que dispõe sobre o PAS Barragem, lei estadual 12912/98, resolução do CEAS 317/2010, e  
2681 resolução CEAS 318/2010, conforme a deliberação de plenária a comissão de normas iniciará a  
2682 revisão da legislação que dispõe sobre o PAS Barragem, discutir a possibilidade e deixar no site do  
2683 CEAS os PAS Barragens aprovados. Encaminhamento: a) solicitar a todos os conselheiros que  
2684 encaminhe a secretaria executiva do CEAS, suas contribuições sobre a referida legislação lei 8812,  
2685 resolução 31 e 318, que fará o compilado das propostas, item B, agendar reunião extraordinária  
2686 para o mês de janeiro de 2013, para estudar as propostas. Agendar reunião extraordinária para o  
2687 mês de janeiro para estudar as proposta. Não! Ok! GERALDO - Eu acho que está bem otimizado,  
2688 ou o colegiado irá trabalhar eletronicamente, e quando eu falo trabalhar é trabalhar e dar a  
2689 contribuição. Fica parecendo assim, toda vez que se encaminha um e-mail as pessoas não dão  
2690 resposta e nem contribuição. Fica para um dois, então eu acho que nós temos que assumir esta  
2691 responsabilidade. O fato é que nós é que nós vamos fazer isso eletronicamente, para que no dia da  
2692 extraordinária as pessoas estarem aqui. A outra situação é nós fazermos esta tratativa em volume  
2693 extraordinária, daí realmente precisa retirar, sobre a questão de coro e acertar esta agenda, para ter  
2694 coro e fazer a tratativa das questões feitas. ROBERTA - Conselheira Roberta. Proposta de  
2695 discussão, nós vamos encaminhar alguma proposição para alterar a Lei? MÁRCIO - O que foi  
2696 deliberado foi que o CEAS fizesse uma reedição do PAS Barragem para fazermos as  
2697 rediscussões em função das novas demandas que o conselho vem. Pois é, fazer atualização aonde  
2698 Márcio? Nas resoluções! Porque a Lei é outra instância para que nós possamos propor alguma

2699 alteração. Ok! GERALDO - Conselheiro Márcio, bom tem este encaminhamento que temos que  
2700 tomar. Conselheira Nívia quer fazer inscrição sobre algum item? NÍVIA - Márcio, é só sobre destacar  
2701 aqui, sobre o item 2.3, que nós pedimos que você fizesse a leitura de todos os pontos e agora  
2702 teríamos que voltar neste item que faz a sugestão de uma resolução do artigo segundo da  
2703 resolução 390/2012, aprovando o fechamento do posto de atendimento social considerando a  
2704 avaliação dos conselhos municipais. Então teríamos que deliberar sobre uma resolução da CGH  
2705 Corrente Grande. GERALDO - Quanto a data que foi pensada aqui, pelo menos no que diz respeito  
2706 à mesa aqui foi dia 26 de novembro que faríamos o dia inteiro da discussão de Condongas, vai ser  
2707 o dia inteiro, início preferencialmente às 08h:30min e para os que gostam de dormir até mais tarde  
2708 nós podemos dar desconto até 09hs. Ok! Pode ser? Ok! Então estas deliberações a secretaria  
2709 executiva vai encaminhar estas datas tá! E eu pediria que nós agora vamos... observamos este  
2710 agendamento, para estas adequações das resoluções. MÁRCIO - A comissão de normas não  
2711 apontou nenhuma data porque o mês de janeiro é daqui a dois meses ainda. E nós saberíamos  
2712 dizer qual é a participação efetiva do conselho. Então é por isso que estamos colocando. GERALDO  
2713 - Eu penso que cada um de nós poderia estar observando que o mês de janeiro que é o mês de  
2714 férias, para deliberar na plenária de dezembro porque dá tempo ainda. Porque seria em janeiro,  
2715 porque em função da data de janeiro encaminharíamos desta forma. Ok! MÁRCIO - Com relação à  
2716 deliberação do ponto 2.3 sobre o fechamento do posto de atendimento social na CGH Corrente  
2717 Grande, nós temos que fazer! Fechou! CONSOLAÇÃO - Só esclarecimento, o que for deliberado  
2718 para virar resolução sempre nós deliberamos de acordo com aquilo que foi aprovado. Então não  
2719 precisa trazer o texto da resolução em si. MÁRCIO - Aqui encerra a pauta da comissão de normas.  
2720 GERALDO - As colocações foram feitas pelos conselheiros, se ainda se lembrarem de alguma que  
2721 gostaria de fazer no momento. Então nós vamos fazer votação pelas deliberações sugeridas. Não  
2722 mais discussão. Então nos vamos deliberar pela aprovação da deliberação que será construída.  
2723 Pode ser? Algum voto contrário? Não, alguma abstenção. Apoiado, obrigado conselheiro Márcio.  
2724 Dia 26 de novembro é o dia da discussão de Condonga, por favor, agendem. Ok! NÍVIA - Eu quero  
2725 sugerir uma data nós havíamos discutido no início desta plenária sobre fazer uma discussão das  
2726 Casas Lares, da disjudiciação das vagas para que seja elevado para discussão no FONACEAS,  
2727 então eu gostaria de discutir uma data, acho importante a participação da Dolores. O Volney, que  
2728 havia também se interessado, se tiver também algum outro conselheiro que queria participar da  
2729 discussão e possa contribuir, nós temos que... ROBERTA - de o âmbito da discussão no FONSEAS.  
2730 É isso que eu não entendi. NÍVIA - FONACEAS. ROBERTA - Ah é FONACEAS? Dos conselhos?  
2731 NÍVIA - eu falei FONACEAS. Perdão gente é FONACEAS, tá?! Então nós estamos propondo que ao  
2732 final da discussão de Condonga no dia 26? Que dia é o FONACEAS? Então nós vamos falar fora  
2733 do microfone um consenso de data para que possamos encerrar a reunião. Vou passar para o  
2734 Presidente. Ok! Então este grupo tira a data depois. GERALDO - Pessoal agradeço o  
2735 comprometimento daqueles que ficaram até agora. Mais uma vez quero, só um minuto, por favor.  
2736 Eu gostaria de agradecer a contribuição daqueles que ficam até o término da plenária, mais uma  
2737 vez ressaltar, hora nós temos ouvido e visto várias explicações, a respeito de ausência a respeito de  
2738 necessidade de se ausentar no período da tarde, a respeito de n situações, justificativa de fato eu  
2739 não tenho visto não. Então eu só pediria que nós assumíssemos o compromisso, dia de plenária é  
2740 plenária, nós sabemos que ela vai até as 17, 17h:30min e tem dia que vamos aqui até 20hs, então  
2741 cadê o comprometimento, então é comum alteramos pauta em função de algumas deliberações que  
2742 precisam ser feitas. Mas normalmente em função de alguns eu gostaria que se houvesse  
2743 deliberação em função da maioria e não em função de alguns, então gostaria de chamar a atenção  
2744 para este comprometimento, mais uma vez ressalto a importância daqueles que ficam, tenham  
2745 todos um bom retorno aos seus lares e o bom final de semana, e muito obrigada por mais esta  
2746 plenária. Roberta, você quer fazer. Só um minuto, por favor. Não OK! Obrigado! Nada mais  
2747 havendo, encerrou-se a presente ata degravada que após lida e aprovada será assinada pelos  
2748 presentes.

Nome	Entidade/Orgão	Assinatura
Maria de Fátima Bergamini	SIND-Saúde	
José Fernando Antunes Milane	CMAS/Cataguases	
Marcelo Armando Rodrigues	CRESS	
Volney Lopes Araújo Costa	PSIND	
Júlio Cesar de Oliveira Brum	IMSNS	
Mauro Alves de Souza	ACONEQUISTC	
Maria Albanita Roberta de Lima	SEDESE	
Nívia Soares da Silva	SEDESE	
Gilvânia Francisca de Paula	SEDESE	
Raquel Fonseca Veloso	SES	
Cristiane Nazareth da Silva	ISJB	
Adriana Rocha	SEAPA	
Fernando Henrique G. rezende	SEPLAG	
Márcio Caldeira	ASSPROM	
Luiz George Marcelino da Trindade	CMAS/Lagoa Santa	

Maria Dolores da Cunha Pinto	FED.APAEs	
Henedina Dias Fernandes	CMAS/Japaraiba	
Geraldo Gonçalves de O. Filho	SINTIBREF	

2749 .